



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 729

Segunda-feira - 02 de Maio de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Campo Alegre	2
Canoinhas	4
Capinzal	5
Catanduvas	5
Chapadão do Lageado	60
Concórdia	61
Cordilheira Alta	62
Coronel Martins	65
Curitibanos	65
Ermo	77
Eral Velho	78
Forquilha	80
Fraiburgo	81
Garopaba	88
Gaspar	89
Governador Celso Ramos	90
Guaramirim	93
Herval do Oeste	94
Imbituba	96
Irineópolis	114
Joaçaba	116
Lages	118
Lindóia do Sul	120
Luzerna	120
Massaranduba	120
Meleiro	121
Passo de Torres	125
Porto Belo	125
Rio do Sul	128
Salto Veloso	130
São Lourenço do Oeste	130
São Pedro de Alcântara	130
Schroeder	132
Timbó	147
Tunápolis	150
Turvo	150
Videira	151

Consórcio

CINCO	153
-------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Decisão - Pregão Presencial N° 029/2011 EXTRATO DE DECISÃO

Pregão Presencial: nº 029/2011;

Processo nº: 056/2011;

Objeto: aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o Posto de Saúde desta municipalidade.

Visto Etc.

Foi lançada no dia 01 de abril de 2011 a licitação supracitada com vista a aquisição de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o Posto de Saúde desta municipalidade.

Após a disponibilização do edital para os licitantes, a empresa Dimaci Material Cirúrgico SC, apresentou no dia 11/04/2011 impugnação quanto ao item 101, argumentando em síntese o direcionamento daquele item, uma vez que a exigência daquele item de 4 eletrodos atenderia apenas a uma marca.

Solicitou ainda a alteração editalícia, pugnando pela possibilidade de fornecimento de fitas e aparelhos fotométricos, o que foi, a princípio, aceito por este pregoeiro em 14 de abril de 2011.

Ocorre que, após tomar conhecimento das alterações em questão, a Secretaria Municipal de Saúde comunicou a este pregoeiro que tal alteração não atendia as suas necessidades, uma vez que, conforme justificou, não é de interesse daquela secretaria a aquisição de fitas e aparelhos que realizam o exame de fotometria.

Quanto a um possível direcionamento, a Secretaria Municipal de Saúde, orientou para a alteração nas exigências editalícias, afim de que fosse tirada a exigência de 04 eletrodos, abrindo assim a relação de empresas e marcas aptas a participar do presente certame, caindo por terra qualquer alegação de direcionamento.

Destarte, é imperioso afirmar que com a presente alteração não há o que se falar em direcionamento do processo licitatório no tocante ao item 101, uma vez que segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, aquela descrição é atendida por, pelo menos, quatro marcas diferentes facilmente encontradas no mercado, tais como Abbott, Roche, Schering do Brasil e Bioeasy Diagnóstica.

Quanto à escolha do sistema de testes do item 101 - fotométrico ou amperométrico - é legalmente possível que a administração pública, no uso do seu poder discricionário e, principalmente, com vistas a alcançar o bem maior proposto - neste caso a aquisição do melhor aparelho dentro de sua necessidade e realidade - proceda a especificação do método de exame que melhor atende as suas necessidades.

Se a Administração entende, pelas suas razões, que o melhor para o interesse público é pela aquisição de fitas e aparelhos que realizam exame amperométrico, e se várias empresas fornecem estas fitas e aparelhos, não há o que se alegar em sentido contrário. No caso em espécie, não há direcionamento do processo e muito

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

menos restrição à participação de qualquer licitante. Ao contrário, há a fundamentada descrição do objeto pretendido pela Municipalidade, dentro de análises e parâmetros que entende serem os melhores para o atendimento da população. É o caso de, por exemplo, se optar na descrição de um computador, por um sistema operacional - Windows ou Linux. Ambos realizam o mesmo trabalho, só que possuem diferenças e vantagens entre si que podem ser necessárias para uma administração e não necessárias para outras, inclusive no tocante ao preço. Da mesma forma na aquisição, por exemplo, de uma TV, aonde a administração pode escolher entre Plasma, LCD ou LED, dentro de suas características e necessidades, como exatamente ocorre no caso em particular, em que, para a Secretaria Municipal de Saúde, o melhor exame dentro das suas avaliações é o exame amperométrico.

Pelo todo acima exposto, ante as argumentações apresentadas e inexistindo direcionamento ou restrição a participação neste processo licitatório, DECIDO pela alteração editalícia, no tocante ao item 101, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Fita para realização de teste para glicose para sangue capilar que messa por tecnologia de amperometria, faixa de medição no mínimo entre 20 e 500 mg/dl sendo aceito igualmente os aparelhos que agem na faixa de medição entre 10 e 600 mg/dl, volume de amostra até 2 uL, tipo de aspiração eletroquímica. Caixa c/50 tiras para realização de 50 exames (o vencedor do item deverá fornecer ao fundo Municipal de Saúde de Antonio Carlos a quantia aproximada de 300 aparelhos compatíveis com as tiras cotadas em regime de comodato, bem como treinamento e assistência técnica para utilização dos mesmos).

Desta feita, tendo em vista a alteração no texto do edital, designo nova data de entrega dos envelopes e abertura 13/05/2011, às 08:00 horas.

Antônio Carlos, 29 de Abril de 2011.

RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Aditivo de Cooperação Técnica e Financeira

ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, S/Nº, que entre si celebram a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA FAMÍLIA por meio da União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais Afins - UNAPMIF e o MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, para implantação de um Sistema de Saúde Hospitalar para a Comarca de Biguaçu incluindo a construção de um Hospital de baixa e média complexidade para atender a rede de saúde da Comarca.

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e onze, nesta cidade de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, o Município de Biguaçu, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor José Castelo Deschamps, portador do RG/SESP/SC 4.950.534, inscrito no CPF/MF sob n. 290.378.839-15 por meio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor Leandro Adriano de Barros, portador do RG/SESP/SC 4.415.527, inscrito no CPF/MF sob n. 048.348.759-70 e a Organização Mundial da Família (World Family Organization), através da União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais Afins - UNAPMIF,

neste ato representado por sua Presidente Mundial, Excelentíssima Senhora, Dra. Deisi Noeli Weber Kusztra, portadora do RG/SESP/PR 776025, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob N. 00.481.752/0001-11, tendo em vista as razões dispostas em requerimento formulado e aceitas pela autoridade competente do Município, resolvem assinar o presente termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

A Cláusula Sétima do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, acima referido, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O prazo de vigência do presente Convênio será de 25 (vinte e cinco) meses, contados da data da liberação da primeira parcela dos recursos, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que haja comum acordo entre as partes e que a solicitação seja feita no prazo mínimo de trinta dias antes do término de sua vigência".

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os prazos de 15 (quinze) meses referido no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, acima indicado, passam a ser de 25 (vinte e cinco) meses.

As demais cláusulas do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado com a UNAPMIF ficam inalteradas.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor e forma para que possa surtir seus efeitos.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

DRA. DEISI NOELI WEBER KUSZTRA
Presidente - OMF/UNAPMIF

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.519 de 29 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.519 DE 29 DE ABRIL DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO
CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. MÁRCIA DOLORES RUNSCHKA, Professora, matrícula nº 954924, a partir de 29 de abril de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de abril de 2011.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.195 de 26 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.195 DE 26 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, LÚCIA SALETE KUIASKY, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema sob nº 297000, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 819,82 (oitocentos e dezenove reais, oitenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 15 de abril de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de abril de 2011

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.196 de 26 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.196 DE 26 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal

- Auxiliar de Educador, LOURDES GALLAS MARCZACK, Matrícula Funcional nº 000120, Registro no Sistema sob nº 385900, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência F para o Nível 2 Sub-Nível 23 Referência A no valor de R\$ 983,79 (novecentos e oitenta e três reais, setenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 03 de abril de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de abril de 2011.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.197 de 26 de Abril de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.197 DE 26 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, SELMA ROSELINDA PEREIRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000224, Registro no Sistema sob nº 682300, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 12 Referência A no valor de R\$ 343,20 (trezentos e quarenta e três reais, vinte centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 12 de março de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de março de 2011.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Julgamento Convite Nº 41/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
JULGAMENTO CONVITE Nº 41/2011
ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 41/2011)

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Joceli de Souza, Lucilaine Mokfa Schwarz, e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 41/2011, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de peças para conserto da máquina Patrola nº 23 (Huber Warco), pertencente a frota municipal. Empresas convidadas: Tratoração Comércio de Peças para Tratores Ltda EPP, Alpeças Com. De Peças para Tratores Ltda, Tratorbig Peças para Tratores Ltda, SC Equipamentos Peças e Serviços Ltda e Julio Silvestri Me. A empresa Trator Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda, solicitou a retirada do edital em tempo. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão nominando os presentes, sendo Sr. Anselmo Lubas, representante da empresa Alpeças Com. De Peças para Tratores Ltda, Sr. Iwerson Roberto Ferreira, representante da empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Sr. José Antônio Moura, representante da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda. A empresa Julio Silvestri Me não se fez representar na sessão. Passou-se a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas proponentes: Alpeças Com. De Peças para Tratores Ltda, Tratorbig Peças para Tratores Ltda, Julio Silvestri Me e Trator Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda. A Comissão julgou todas as empresas licitantes devidamente HABILITADAS. Todas as empresas licitantes apresentaram documento que comprova o enquadramento como ME ou EPP para valerem-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. A Comissão julgou a empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 4.997,98, sendo que a empresa Alpeças Com. De Peças para Tratores Ltda apresentou valor global de R\$ 5.132,66, a empresa Julio Silvestri Me apresentou valor global de R\$ 5.710,70 e a empresa Trator Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda apresentou valor global de R\$ 6.303,50. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Pregão (presencial) - Nº 44/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) - Registro de Preços - Nº 44/2011

O objeto da licitação consiste na aquisição de calcário para distribuição gratuita aos produtores rurais do município de campo alegre, cadastrados no "programa municipal de distribuição de calcário" conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor máximo fixado (por tonelada)	Valor Unitário	Valor Total
01	1.400	Toneladas	CALCÁRIO DOLOMÍTICO TIPO C, PRNT MÍNIMO DE 75,2%, (Á GRANEL)	R\$ 16,00		

- O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO (por item).

DIA: 12/05/2011

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

Código Reduzido: 139; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico; Unidade: 07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente; Função: 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão rural; Programa: 28 - Agregação de renda ao produtor Rural; Atividade: 1.039 - Distribuição de Calcário; Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição gratuita; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 42/2011".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 28 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n.º FMS 21/2011

Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: CONTESTADO - PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ: 04.104.480/0001-91).

Contratação de empresa ou entidade para prestação de serviços emergencial, com pessoal na área médica, como médico plantonista, para atuarem no P. A. Pronto Atendimento, pelo período de 15 dias a contar de 01/05/2011.

Valor do contrato: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Vigência do Contrato 01/05/2011 até 15/05/2011.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e./Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico Nº 0018/2011 - FMSC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2011

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2011, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 18/05/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:
No endereço www.cidadecompras.com.br
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 02 de maio de 2011.
PAULO RANALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0019/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2011

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos (de distribuição gratuita), destinada a aquisição nas farmácias locais, para entrega imediata, para atendimento de emergência na eventual falta de medicamentos no estoque da Farmácia Básica da Secretaria da Saúde, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 19/05/2011.
MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 02 de maio de 2011.
PAULO RANALDO WAMES
Pregoeiro

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato FMS Nº 0039/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0039/2011
Pregão nº 0014/2011 (processo licitatório nº 0050/2011).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Infraestrutura e Saúde.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): ANTONIO ADÃO MARCON & CIA LTDA ME.
Valor global contratado: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Vigência: de 18 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.
Data e assinatura do contrato: 18 de abril de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0040/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0040/2011
Pregão nº 0014/2011 (processo licitatório nº 0050/2011).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Infraestrutura e Saúde.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): LINDONIR RAMPAZZO ME.
Valor global contratado: R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais).
Vigência: de 18 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.
Data e assinatura do contrato: 18 de abril de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0091/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0091/2011
Pregão nº 0014/2011 (processo licitatório nº 0050/2011).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Infraestrutura e Saúde.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA ME.
Valor global contratado: R\$ 83.800,00 (oitenta e três mil e oitocentos reais).
Vigência: de 18 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.
Data e assinatura do contrato: 18 de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0092/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0092/2011

Pregão nº 0014/2011 (processo licitatório nº 0050/2011).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Infraestrutura e Saúde.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ANTONIO ADÃO MARCON & CIA LTDA ME.

Valor contratado: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - Secretária de Infraestrutura e, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) - Secretária de Educação, Cultura e Desporto.

Vigência: de 18 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 18 de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0093/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0093/2011

Pregão nº 0014/2011 (processo licitatório nº 0050/2011).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Infraestrutura e Saúde.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): LINDONIR RAMPAZZO ME.

Valor contratado: R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) - Secretaria de Infraestrutura e, R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Vigência: de 18 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 18 de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Relatorio da Contabilidade Publica Balancete do Financeiro-FIA - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.399,51	DESPESA ORCAMENTARIA	339,00
RECEITAS CORRENTES	1.399,51	ASSISTÊNCIA SOCIAL	339,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.397,65		
RECEITA PATRIMONIAL	1,86		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	339,00	> DESPESA PAGA	339,00
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	339,00	CREDITO LIQUIDADO	339,00
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	339,00
> SALDOS ANTERIORES	402,06	> SALDOS ATUAIS	1.462,57
APLICACOES FINANCEIRAS	400,39	APLICACOES FINANCEIRAS	162,25
BANCO DO BRASIL	1,67	BANCO DO BRASIL	1.300,32
> TOTAL	2.140,57	> TOTAL	2.140,57

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Balancete do Financeiro-FMAS - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	21.974,99	DESPESA ORCAMENTARIA	55.581,54
RECEITAS CORRENTES	21.974,99	ASSISTÊNCIA SOCIAL	55.581,54
RECEITA PATRIMONIAL	3,18		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.971,81		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.698,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	198,00
PREVIDENCIA SOCIAL	99,00	PREVIDENCIA SOCIAL	99,00
INSS	99,00	INSS	99,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	20.599,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG,	99,00
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	20.599,00	Fornecedores do exercício de 2010 proce	99,00
> DESPESA EMPENHADA	55.581,54	> DESPESA PAGA	47.939,69
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	55.581,54	CREDITO LIQUIDADO	47.939,69
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	47.939,69
> SALDOS ANTERIORES	50.774,22	> SALDOS ATUAIS	45.309,52
APLICACOES FINANCEIRAS	370,94	APLICACOES FINANCEIRAS	373,09
BANCO DO BRASIL	43.234,07	BANCO DO BRASIL	44.440,68
BB BESC	7.169,21	BB BESC	495,75
> TOTAL	149.028,75	> TOTAL	149.028,75

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Balancete do Financeiro-FMS - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	95.190,73	DESPESA ORCAMENTARIA	337.314,45
RECEITAS CORRENTES	95.190,73	SAÚDE	337.314,45
RECEITA PATRIMONIAL	327,70		
RECEITA DE SERVIÇOS	800,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94.063,03		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	238.213,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	34.119,96
PREVIDENCIA SOCIAL	21.754,13	PREVIDENCIA SOCIAL	13.577,23
INSS	21.754,13	INSS	13.577,23
INSS	21.721,13	INSS	13.544,23
INSS/EMPRESA	33,00	INSS/EMPRESA	33,00
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	436,00	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	432,00
TESOURO NACIONAL	16.773,20	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	361,28
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	16.773,20	Assistência Médica UNIMED	361,28
IRRF S/ RENDIMENTOS DO TRABALHO	16.773,20	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	2.373,03
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	2.128,06	Empréstimo CEF	1.413,48
Assistência Médica UNIMED	2.128,06	Empréstimo B. Brasil	959,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	3.851,72	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	17.376,42
Empréstimo CEF	2.106,07	ASSERV	661,22
Empréstimo B. Brasil	1.745,65	Taxa de Manutenção das Carteirinhas	147,20
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	26.313,80	Desconto Sindicato	317,05
ASSERV	1.382,41	Emprest Consig BV Financeira	15.498,17
Taxa de Manutenção das Carteirinhas	334,30	Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	752,78
Desconto Sindicato	444,76		
Emprest Consig BV Financeira	23.399,55		
Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	752,78		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	166.956,09		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	166.956,09		
> DESPESA EMPENHADA	337.314,45	> DESPESA PAGA	391.513,05
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	337.314,45	CREDITO LIQUIDADO	391.513,05
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	391.513,05
> SALDOS ANTERIORES	371.729,28	> SALDOS ATUAIS	279.500,00
APLICACOES FINANCEIRAS	67.474,03	APLICACOES FINANCEIRAS	27.098,70
BANCO DO BRASIL	171.913,73	BANCO DO BRASIL	157.967,16
BB BESC	33.072,60	BB BESC	47.052,63
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	99.268,92	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	47.381,51
> TOTAL	1.042.447,46	> TOTAL	1.042.447,46

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatorio da Contabilidade Publica Balancete do Financeiro-FUNREBOM - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	38.849,59	DESPESA ORCAMENTARIA	23.478,00
RECEITAS CORRENTES	38.849,59	SEGURANÇA PÚBLICA	23.478,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	37.235,19		
RECEITA PATRIMONIAL	84,93		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.500,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29,47		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	23.478,00	> DESPESA PAGA	13.809,38
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	23.478,00	CREDITO LIQUIDADO	13.809,38
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	13.809,38
> SALDOS ANTERIORES	22.749,61	> SALDOS ATUAIS	47.789,82
APLICACOES FINANCEIRAS	13.314,15	APLICACOES FINANCEIRAS	13.399,08
BANCO DO BRASIL	1.778,39	BANCO DO BRASIL	1.987,92
BB BESC	7.657,07	BB BESC	32.402,82
> TOTAL	85.077,20	> TOTAL	85.077,20

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Balancete do Financeiro-PMC - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.764.191,00	DESPESA ORCAMENTARIA	1.144.247,57
RECEITAS CORRENTES	1.764.191,00	ADMINISTRAÇÃO	181.453,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	652.394,37	SEGURANÇA PÚBLICA	461,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	30.353,35	TRABALHO	1.710,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.356,52	EDUCAÇÃO	456.125,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00	CULTURA	44.828,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.031.740,50	URBANISMO	85.419,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.346,26	HABITAÇÃO	300,00
		SANEAMENTO	26.871,32
		AGRICULTURA	19.115,26
		COMUNICAÇÕES	1.050,00
		TRANSPORTE	178.083,63
		DESPORTO E LAZER	29.690,59
		ENCARGOS ESPECIAIS	119.137,89
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	73.005,48	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	403.080,07
PREVIDENCIA SOCIAL	27.010,75	PREVIDENCIA SOCIAL	28.303,59
INSS	27.010,75	INSS	28.303,59
INSS	27.010,75	INSS	28.303,59
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	1.139,05	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	1.128,60
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	5.058,96	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	5.504,75
ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	5.058,96	ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	5.504,75
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	11.830,11	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	6.247,30
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	5.911,10	EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	6.247,30
EMPRESTIMO CEF	5.919,01	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	24.905,54
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	27.966,61	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5.145,63
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.553,78	ASSERV	5.145,63
ASSERV	4.553,78	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	19.759,91
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	23.412,83	TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	811,73
TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	815,25	DESCONTO MASTERFARMA	35,10
DESCONTO MASTERFARMA	125,74	DESCONTO SINDICATO	575,45
DESCONTO SINDICATO	575,84	Emprest Consignacao BV Financeira	18.337,63
Emprest Consignacao BV Financeira	19.450,85	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG,	7.569,20
Multa de Transito	167,58	Fornecedores do exercício de 2010 proce	7.569,20
Restituições	2.277,57	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	329.421,09
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM ASSIST SOC	36.599,00
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM SAUDE	166.956,09
		REPASSE REF TRANSF FINANC CM VEREADORES	125.866,00
> DESPESA EMPENHADA	1.144.247,57	> DESPESA PAGA	944.217,18
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.144.247,57	CREDITO LIQUIDADO	944.217,18
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	944.217,18
> SALDOS ANTERIORES	994.299,84	> SALDOS ATUAIS	1.484.199,07
APLICACOES FINANCEIRAS	219.830,54	APLICACOES FINANCEIRAS	618.214,92
BANCO DO BRASIL	639.061,94	BANCO DO BRASIL	722.421,21
BB BESC	114.652,46	BB BESC	123.549,50
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20.754,90	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20.013,44
> TOTAL	3.975.743,89	> TOTAL	3.975.743,89

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Despesa-FIA - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
20	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
2001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
0027	ADOLESCENTE ASSISTIDO	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
2075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA I	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	339,00	339,00	0,00	3.311,00	339,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	339,00	339,00	0,00	3.311,00	339,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	339,00	339,00	0,00	3.311,00	339,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,00	99,00	0,00	0,00	99,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	240,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000 DESPESAS CORRENTES	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	339,00	339,00	0,00	3.311,00	339,00	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	339,00	339,00	0,00	3.311,00	339,00	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	339,00	339,00	0,00	3.311,00	339,00	0,00
33903007 * " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,00	99,00	0,00	0,00	99,00	0,00
33903999 * " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	240,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	15.650,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	339,00	339,00	0,00	15.311,00	339,00	0,00
					Estornos até o Mes		0,00		Pagos até o Mes	339,00	

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Despesa-FMAS - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85
3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85
0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL	577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85
2076	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNIC	163.400,00	5.266,60	0,00	0,00	168.666,60	20.932,30	20.932,30	0,00	147.734,30	21.571,23	-638,93
30000000	DESPESAS CORRENTES	152.400,00	5.266,60	0,00	0,00	157.666,60	20.932,30	20.932,30	0,00	136.734,30	20.766,23	166,07
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	152.400,00	5.266,60	0,00	0,00	157.666,60	20.932,30	20.932,30	0,00	136.734,30	20.766,23	166,07
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	152.400,00	5.266,60	0,00	0,00	157.666,60	20.932,30	20.932,30	0,00	136.734,30	20.766,23	166,07
33900000	* 0150 000006 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0163 000056 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 63 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232,00	-232,00
33903007	* 63 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,00	-230,00
33903007	* 63 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.279,60	3.279,60	0,00	0,00	232,00	3.047,60
33903007	* 63 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241,26	241,26	0,00	0,00	71,92	169,34
33903007	* 63 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395,00	-1.395,00
33903014	* 52 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,00	785,00	0,00	0,00	0,00	785,00
33903014	* 52 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.253,00	-4.253,00
33903014	* 52 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	602,00	602,00	0,00	0,00	0,00	602,00
33903016	* 50 000006 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.184,60	1.184,60	0,00	0,00	0,00	1.184,60
33903016	* 50 000006 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,00	-67,00
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 50 000006 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	-25,00
33903020	* 52 000067 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.585,00	3.585,00	0,00	0,00	0,00	3.585,00
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,50	52,50	0,00	0,00	80,00	-27,50
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276,98	276,98	0,00	0,00	135,00	141,98
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	469,77	469,77	0,00	0,00	0,00	469,77
33903026	* 52 000067 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,07	187,07	0,00	0,00	0,00	187,07
33903030	* 63 000056 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085,00	-1.085,00
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251,19	251,19	0,00	0,00	1.932,21	-1.681,02
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.749,88	1.749,88	0,00	0,00	0,00	1.749,88
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,45	82,45	0,00	0,00	0,00	82,45
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	476,90	-476,90
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.806,40	-4.806,40
33903699	* 63 000056 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33903699	* 63 000056 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.720,00	1.720,00	0,00	0,00	907,80	812,20
33903905	* 52 000067 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
33903914	* 50 000006 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	-2.500,00
33903917	* 52 000067 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00	0,00	85,00
33903959	* 50 000006 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137,00	-137,00
33903999	* 63 000056 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	2.000,00	-700,00
33903999	* 63 000056 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903999	* 63 000056 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00
33904710	* 50 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00	1.980,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	805,00	-805,00
44000000	INVESTIMENTOS	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	805,00	-805,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	805,00	-805,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225,00	-225,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	-580,00
2077	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERA	198.800,00	0,00	0,00	0,00	198.800,00	11.604,98	11.604,98	0,00	187.195,02	22.368,46	-10.763,48
30000000	DESPESAS CORRENTES	184.300,00	0,00	0,00	0,00	184.300,00	11.604,98	11.604,98	0,00	172.695,02	17.748,46	-6.143,48
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.300,00	0,00	0,00	0,00	94.300,00	11.604,98	11.604,98	0,00	82.695,02	17.748,46	-6.143,48
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	94.300,00	0,00	0,00	0,00	94.300,00	11.604,98	11.604,98	0,00	82.695,02	17.748,46	-6.143,48
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054,11	1.054,11	0,00	0,00	1.054,11	0,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444,00	444,00	0,00	0,00	0,00	444,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.022,32	1.022,32	0,00	0,00	0,00	1.022,32
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784,43	-784,43
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.804,45	-2.804,45
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,70	47,70	0,00	0,00	0,00	47,70
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,82	165,82	0,00	0,00	0,00	165,82
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.103,76	-1.103,76
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115,79	1.115,79	0,00	0,00	2.002,87	-887,08
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	495,05	-450,05
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	0,00	95,00
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596,56	-596,56
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,00	540,00	0,00	0,00	0,00	540,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	515,11	-515,11
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	-430,00
33903967	* 00 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145,00	2.145,00	0,00	0,00	1.860,00	285,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,85	-20,85
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.930,24	4.930,24	0,00	0,00	6.081,27	-1.151,03
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	4.620,00	-4.620,00
44000000	INVESTIMENTOS	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	4.620,00	-4.620,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	4.620,00	-4.620,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.620,00	-4.620,00
2078	CONSERVACAO E REFORMA DO CENTRO DE CO	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
2083	ESTUDOS SOCIOS ECONOMICOS E AUXILIO C	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.594,26	4.594,26	0,00	15.405,74	0,00	4.594,26
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.594,26	4.594,26	0,00	15.405,74	0,00	4.594,26
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.594,26	4.594,26	0,00	15.405,74	0,00	4.594,26
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.594,26	4.594,26	0,00	15.405,74	0,00	4.594,26
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.594,26	4.594,26	0,00	0,00	0,00	4.594,26
2084	TRANSFERENCIAS A CLUBE DE IDOSOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2085	TRANSFERENCIAS A CLUBES DE MAES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2086	TRANSFERENCIAS A APAE	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.600,00	3.600,00	0,00	46.400,00	4.000,00	-400,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.600,00	3.600,00	0,00	46.400,00	4.000,00	-400,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.600,00	3.600,00	0,00	46.400,00	4.000,00	-400,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.600,00	3.600,00	0,00	46.400,00	4.000,00	-400,00
33504101	* 00 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	-4.000,00
33504102	* 00 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00
2087	TRANSFERENCIAS AO PATRONATO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	14.850,00	14.850,00	0,00	5.150,00	0,00	14.850,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	14.850,00	14.850,00	0,00	5.150,00	0,00	14.850,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	14.850,00	14.850,00	0,00	5.150,00	0,00	14.850,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	14.850,00	14.850,00	0,00	5.150,00	0,00	14.850,00
33504102	* 00 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.850,00	14.850,00	0,00	0,00	0,00	14.850,00
2088	TRANSFERENCIAS A COMUNIDADE CASA ESPE	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1080	IMPLANTACAO DE ACADEMIAS DE GINASTICA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1102	AQUISICAO DE VEICULOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	441.700,00	5.266,60	0,00	0,00	446.966,60	55.581,54	55.581,54	0,00	391.385,06	42.514,69	13.066,85
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	351.700,00	5.266,60	0,00	0,00	356.966,60	55.581,54	55.581,54	0,00	301.385,06	42.514,69	13.066,85
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	18.450,00	18.450,00	0,00	66.550,00	4.000,00	14.450,00
33504101	* " 000000 despesa com manutenç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	-4.000,00
33504102	* " 000000 despesa com manutenç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.450,00	18.450,00	0,00	0,00	0,00	18.450,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	266.700,00	5.266,60	0,00	0,00	271.966,60	37.131,54	37.131,54	0,00	234.835,06	38.514,69	-1.383,15
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0150 000006 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0163 000056 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054,11	1.054,11	0,00	0,00	1.054,11	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444,00	444,00	0,00	0,00	0,00	444,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.022,32	1.022,32	0,00	0,00	0,00	1.022,32
33903007	* " 000004 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232,00	-232,00
33903007	* " 000005 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,00	-230,00
33903007	* " 000006 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.279,60	3.279,60	0,00	0,00	232,00	3.047,60
33903007	* " 000056 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241,26	241,26	0,00	0,00	71,92	169,34
33903007	* " 000067 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395,00	-1.395,00
33903014	* " 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,00	785,00	0,00	0,00	0,00	785,00
33903014	* " 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.253,00	-4.253,00
33903014	* " 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	602,00	602,00	0,00	0,00	0,00	602,00
33903016	* " 000006 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.184,60	1.184,60	0,00	0,00	0,00	1.184,60
33903016	* " 000056 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,00	-67,00
33903017	* " 000067 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000006 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	-25,00
33903020	* " 000067 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.585,00	3.585,00	0,00	0,00	0,00	3.585,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000006 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,50	52,50	0,00	0,00	80,00	-27,50
33903022	* " 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276,98	276,98	0,00	0,00	135,00	141,98
33903022	* " 000067 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	469,77	469,77	0,00	0,00	0,00	469,77
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784,43	-784,43
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.804,45	-2.804,45
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,70	47,70	0,00	0,00	0,00	47,70
33903026	* " 000067 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,07	187,07	0,00	0,00	0,00	187,07
33903030	* " 000056 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085,00	-1.085,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,82	165,82	0,00	0,00	0,00	165,82
33903099	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251,19	251,19	0,00	0,00	1.932,21	-1.681,02
33903099	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.749,88	1.749,88	0,00	0,00	0,00	1.749,88
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.594,26	4.594,26	0,00	0,00	1.103,76	3.490,50
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115,79	1.115,79	0,00	0,00	2.002,87	-887,08
33903299	* " 000004 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,45	82,45	0,00	0,00	0,00	82,45
33903299	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	476,90	-476,90
33903299	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.806,40	-4.806,40
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33903699	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.720,00	1.720,00	0,00	0,00	907,80	812,20
33903905	* " 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903914	* " 000006 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	-2.500,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	495,05	-450,05
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	0,00	95,00
33903917	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00	0,00	85,00
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596,56	-596,56
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,00	540,00	0,00	0,00	0,00	540,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	515,11	-515,11
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	-430,00
33903959	* " 000006 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137,00	-137,00
33903967	* " 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145,00	2.145,00	0,00	0,00	1.860,00	285,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,85	-20,85
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.930,24	4.930,24	0,00	0,00	6.081,27	-1.151,03
33903999	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	2.000,00	-700,00
33903999	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903999	* " 000067 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00
33904710	* " 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00	1.980,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	135.500,00	0,00	0,00	0,00	135.500,00	0,00	0,00	0,00	135.500,00	5.425,00	-5.425,00
44000000	INVESTIMENTOS	135.500,00	0,00	0,00	0,00	135.500,00	0,00	0,00	0,00	135.500,00	5.425,00	-5.425,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	135.500,00	0,00	0,00	0,00	135.500,00	0,00	0,00	0,00	135.500,00	5.425,00	-5.425,00
44905230	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225,00	-225,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.200,00	-5.200,00
TOTAL GERAL		577.200,00	5.266,60	0,00	0,00	582.466,60	55.581,54	55.581,54	0,00	526.885,06	47.939,69	7.641,85
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	47.939,69	

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Despesa-FMS - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.667.565,00	42.800,24	0,00	0,00	3.710.365,24	337.314,45	337.314,45	0,00	3.373.050,79	391.513,05	-54.198,60
2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.667.565,00	42.800,24	0,00	0,00	3.710.365,24	337.314,45	337.314,45	0,00	3.373.050,79	391.513,05	-54.198,60
10	SAÚDE	3.667.565,00	42.800,24	0,00	0,00	3.710.365,24	337.314,45	337.314,45	0,00	3.373.050,79	391.513,05	-54.198,60
301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	42.800,24	0,00	0,00	3.684.965,24	336.501,65	336.501,65	0,00	3.348.463,59	390.592,25	-54.090,60
0025	SAÚDE PARA TODOS	3.642.165,00	42.800,24	0,00	0,00	3.684.965,24	336.501,65	336.501,65	0,00	3.348.463,59	390.592,25	-54.090,60
2089	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	1.228.000,00	0,00	0,00	0,00	1.228.000,00	73.068,42	73.068,42	0,00	1.154.931,58	89.689,57	-16.621,15
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.228.000,00	0,00	0,00	0,00	1.228.000,00	73.068,42	73.068,42	0,00	1.154.931,58	89.689,57	-16.621,15
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	451.000,00	0,00	0,00	0,00	451.000,00	28.906,10	28.906,10	0,00	422.093,90	28.906,10	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	451.000,00	0,00	0,00	0,00	451.000,00	28.906,10	28.906,10	0,00	422.093,90	28.906,10	0,00
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	918,58	918,58	0,00	0,00	918,58	0,00
31901101	* 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.552,84	14.552,84	0,00	0,00	14.552,84	0,00
31901131	* 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901137	* 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.321,55	1.321,55	0,00	0,00	1.321,55	0,00
31901145	* 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	408,79	408,79	0,00	0,00	408,79	0,00
31901199	* 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.560,90	6.560,90	0,00	0,00	6.560,90	0,00
31901302	* 02 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.143,44	5.143,44	0,00	0,00	5.143,44	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	777.000,00	0,00	0,00	0,00	777.000,00	44.162,32	44.162,32	0,00	732.837,68	60.783,47	-16.621,15
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	777.000,00	0,00	0,00	0,00	777.000,00	44.162,32	44.162,32	0,00	732.837,68	60.783,47	-16.621,15
33900000	* 02 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 02 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.708,03	1.708,03	0,00	0,00	1.613,14	94,89
33903001	* 02 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,80	176,80	0,00	0,00	0,00	176,80
33903004	* 02 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	180,00	0,00	0,00	0,00	180,00
33903007	* 02 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.032,29	3.032,29	0,00	0,00	0,00	3.032,29
33903009	* 02 000000 material farmacológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,25	197,25	0,00	0,00	2.157,31	-1.960,06
33903016	* 02 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.655,00	1.655,00	0,00	0,00	0,00	1.655,00
33903019	* 02 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 02 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 02 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 02 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,18	195,18	0,00	0,00	0,00	195,18
33903025	* 02 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 02 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	317,60	317,60	0,00	0,00	0,00	317,60
33903036	* 02 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.216,54	1.216,54	0,00	0,00	9.696,65	-8.480,11
33903039	* 02 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277,50	1.277,50	0,00	0,00	1.319,00	-41,50
33903096	* 02 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 02 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 02 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.287,14	8.287,14	0,00	0,00	24.717,25	-16.430,11
33903630	* 02 000000 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	0,00	33,00	142,00
33903699	* 02 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903905	* 02 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.693,75	-3.693,75
33903911	* 02 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 02 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00	0,00	0,00	160,00
33903917	* 02 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 02 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071,50	1.071,50	0,00	0,00	755,00	316,50
33903935	* 02 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903936	* 02 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 02 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.861,11	21.861,11	0,00	0,00	11.349,61	10.511,50
33903958	* 02 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.291,22	-3.291,22
33903978	* 02 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,16	-6,16
33903981	* 02 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903983 * 02 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
33903999 * 02 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710 * 02 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,38	151,38	0,00	0,00	151,38	0,00
2090 REFORMA PARA ADEQUAÇÃO DOS POSTOS DE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
2091 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE	1.629.100,00	0,00	0,00	0,00	1.629.100,00	203.810,84	203.810,84	0,00	1.425.289,16	284.940,93	-81.130,09
30000000 DESPESAS CORRENTES	1.629.100,00	0,00	0,00	0,00	1.629.100,00	203.810,84	203.810,84	0,00	1.425.289,16	284.940,93	-81.130,09
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.015.500,00	0,00	0,00	0,00	1.015.500,00	153.303,63	153.303,63	0,00	862.196,37	265.923,87	-112.620,24
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	1.015.500,00	0,00	0,00	0,00	1.015.500,00	153.303,63	153.303,63	0,00	862.196,37	265.923,87	-112.620,24
31900499 * 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900901 * 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.084,49	1.084,49	0,00	0,00	2.111,92	-1.027,43
31901101 * 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.802,60	108.802,60	0,00	0,00	205.694,27	-96.891,67
31901131 * 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148,82	1.148,82	0,00	0,00	2.297,64	-1.148,82
31901137 * 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.306,76	6.306,76	0,00	0,00	11.650,20	-5.343,44
31901142 * 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143 * 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145 * 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,49	966,49	0,00	0,00	966,49	0,00
31901199 * 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.637,37	8.637,37	0,00	0,00	16.846,25	-8.208,88
31901302 * 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.357,10	26.357,10	0,00	0,00	26.357,10	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	613.600,00	0,00	0,00	0,00	613.600,00	50.507,21	50.507,21	0,00	563.092,79	19.017,06	31.490,15
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	613.600,00	0,00	0,00	0,00	613.600,00	50.507,21	50.507,21	0,00	563.092,79	19.017,06	31.490,15
33900000 * 64 000008 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004 * 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,00	84,00	0,00	0,00	0,00	84,00
33903004 * 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903010 * 64 000008 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,80	179,80	0,00	0,00	0,00	179,80
33903024 * 64 000008 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,06	121,06	0,00	0,00	0,00	121,06
33903026 * 64 000008 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 64 000008 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 64 000008 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	269,00	269,00	0,00	0,00	0,00	269,00
33903099 * 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202 * 67 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341,50	341,50	0,00	0,00	0,00	341,50
33903202 * 67 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.758,62	31.758,62	0,00	0,00	5.138,66	26.619,96
33903202 * 67 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.476,30	13.476,30	0,00	0,00	9.094,55	4.381,75
33903917 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.046,32	-3.046,32
33903944 * 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716,68	-1.716,68
33903950 * 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
33903981 * 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,85	-20,85
33909232 * 64 000008 material de distribui	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.076,93	3.076,93	0,00	0,00	0,00	3.076,93
2092 MANUTENCAO DO PROGRAMA PSF	635.065,00	0,00	0,00	0,00	635.065,00	16.822,15	16.822,15	0,00	618.242,85	15.512,35	1.309,80
30000000 DESPESAS CORRENTES	635.065,00	0,00	0,00	0,00	635.065,00	16.822,15	16.822,15	0,00	618.242,85	15.512,35	1.309,80
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	626.065,00	0,00	0,00	0,00	626.065,00	15.818,71	15.818,71	0,00	610.246,29	14.792,35	1.026,36
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	626.065,00	0,00	0,00	0,00	626.065,00	15.818,71	15.818,71	0,00	610.246,29	14.792,35	1.026,36
31900402 * 00 000000 serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * 70 000012 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * 70 000012 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.796,02	15.796,02	0,00	0,00	14.771,62	1.024,40

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
31900901	* 70 000012 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,69	22,69	0,00	0,00	20,73	1,96
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	1.003,44	1.003,44	0,00	7.996,56	720,00	283,44
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	1.003,44	1.003,44	0,00	7.996,56	720,00	283,44
33903010	* 00 000000 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713,44	713,44	0,00	0,00	0,00	713,44
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720,00	-720,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	290,00	0,00	0,00	0,00	290,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1093	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNIC	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
1094	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensilio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1101	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PSF CENTRO E B	40.000,00	42.800,24	0,00	0,00	82.800,24	42.800,24	42.800,24	0,00	40.000,00	449,40	42.350,84
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	42.800,24	0,00	0,00	82.800,24	42.800,24	42.800,24	0,00	40.000,00	449,40	42.350,84
44000000	INVESTIMENTOS	40.000,00	42.800,24	0,00	0,00	82.800,24	42.800,24	42.800,24	0,00	40.000,00	449,40	42.350,84
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	42.800,24	0,00	0,00	82.800,24	42.800,24	42.800,24	0,00	40.000,00	449,40	42.350,84
44905191	* 23 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.800,24	42.800,24	0,00	0,00	449,40	42.350,84
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	812,80	812,80	0,00	6.687,20	812,80	0,00
0025	SAÚDE PARA TODOS	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	812,80	812,80	0,00	6.687,20	812,80	0,00
2095	MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	812,80	812,80	0,00	6.687,20	812,80	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	812,80	812,80	0,00	2.187,20	812,80	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	812,80	812,80	0,00	2.187,20	812,80	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	812,80	812,80	0,00	2.187,20	812,80	0,00
33903016	* 70 000015 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,00	198,00	0,00	0,00	198,00	0,00
33903017	* 70 000015 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157,80	157,80	0,00	0,00	157,80	0,00
33903039	* 70 000015 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337,00	337,00	0,00	0,00	337,00	0,00
33903919	* 70 000015 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	120,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00	108,00	-108,00
0025	SAÚDE PARA TODOS	17.900,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00	108,00	-108,00
2096	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGI	17.900,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00	108,00	-108,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	108,00	-108,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	108,00	-108,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	108,00	-108,00
33903019	* 70 000016 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 70 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,00	-108,00
33903920	* 70 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.900,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000 INVESTIMENTOS	2.900,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	2.900,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00
44905212 * 70 000016 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	3.667.565,00	42.800,24	0,00	0,00	3.710.365,24	337.314,45	337.314,45	0,00	3.373.050,79	391.513,05	-54.198,60

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000 DESPESAS CORRENTES	3.510.165,00	0,00	0,00	0,00	3.510.165,00	294.514,21	294.514,21	0,00	3.215.650,79	391.063,65	-96.549,44
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.092.565,00	0,00	0,00	0,00	2.092.565,00	198.028,44	198.028,44	0,00	1.894.536,56	309.622,32	-111.593,88
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	2.092.565,00	0,00	0,00	0,00	2.092.565,00	198.028,44	198.028,44	0,00	1.894.536,56	309.622,32	-111.593,88
31900402 * " 000000 serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * " 000012 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.796,02	15.796,02	0,00	0,00	14.771,62	1.024,40
31900901 * " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.003,07	2.003,07	0,00	0,00	3.030,50	-1.027,43
31900901 * " 000012 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,69	22,69	0,00	0,00	20,73	1,96
31901101 * " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.355,44	123.355,44	0,00	0,00	220.247,11	-96.891,67
31901131 * " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148,82	1.148,82	0,00	0,00	2.297,64	-1.148,82
31901137 * " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.628,31	7.628,31	0,00	0,00	12.971,75	-5.343,44
31901142 * " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143 * " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145 * " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.375,28	1.375,28	0,00	0,00	1.375,28	0,00
31901199 * " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.198,27	15.198,27	0,00	0,00	23.407,15	-8.208,88
31901302 * " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,54	31.500,54	0,00	0,00	31.500,54	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.417.600,00	0,00	0,00	0,00	1.417.600,00	96.485,77	96.485,77	0,00	1.321.114,23	81.441,33	15.044,44
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	1.417.600,00	0,00	0,00	0,00	1.417.600,00	96.485,77	96.485,77	0,00	1.321.114,23	81.441,33	15.044,44
33900000 * 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000 * 0164 000008 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414 * " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.708,03	1.708,03	0,00	0,00	1.613,14	94,89
33903001 * " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,80	176,80	0,00	0,00	0,00	176,80
33903004 * " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264,00	264,00	0,00	0,00	0,00	264,00
33903004 * " 000008 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007 * " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.032,29	3.032,29	0,00	0,00	0,00	3.032,29
33903009 * " 000000 material farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,25	197,25	0,00	0,00	2.157,31	-1.960,06
33903010 * " 000000 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903010 * " 000008 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,80	179,80	0,00	0,00	0,00	179,80
33903016 * " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.655,00	1.655,00	0,00	0,00	0,00	1.655,00
33903016 * " 000015 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,00	198,00	0,00	0,00	198,00	0,00
33903017 * " 000015 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157,80	157,80	0,00	0,00	157,80	0,00
33903019 * " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019 * " 000016 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020 * " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021 * " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,18	195,18	0,00	0,00	0,00	195,18
33903024 * " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713,44	713,44	0,00	0,00	0,00	713,44
33903024 * " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,06	121,06	0,00	0,00	0,00	121,06
33903025 * " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	317,60	317,60	0,00	0,00	0,00	317,60
33903026 * " 000008 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028 * " 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720,00	-720,00
33903028 * " 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,00	-108,00
33903036 * " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.216,54	1.216,54	0,00	0,00	9.696,65	-8.480,11
33903039 * " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277,50	1.277,50	0,00	0,00	1.319,00	-41,50
33903039 * " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	269,00	269,00	0,00	0,00	0,00	269,00
33903039 * " 000015 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337,00	337,00	0,00	0,00	337,00	0,00
33903044 * " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	290,00	0,00	0,00	0,00	290,00
33903096 * " 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 006

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. até o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.628,64	8.628,64	0,00	0,00	24.717,25	-16.088,61
33903202	* " 000008 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.758,62	31.758,62	0,00	0,00	5.138,66	26.619,96
33903202	* " 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.476,30	13.476,30	0,00	0,00	9.094,55	4.381,75
33903630	* " 000000 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	0,00	33,00	142,00
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.693,75	-3.693,75
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00	0,00	0,00	160,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071,50	1.071,50	0,00	0,00	755,00	316,50
33903919	* " 000015 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	120,00	0,00
33903920	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903935	* " 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903936	* " 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.046,32	-3.046,32
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716,68	-1.716,68
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.061,11	23.061,11	0,00	0,00	11.349,61	11.711,50
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.291,22	-3.291,22
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,16	-6,16
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,85	-20,85
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,38	151,38	0,00	0,00	151,38	0,00
33909232	* " 000008 material de distribu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.076,93	3.076,93	0,00	0,00	0,00	3.076,93
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	157.400,00	42.800,24	0,00	0,00	200.200,24	42.800,24	42.800,24	0,00	157.400,00	449,40	42.350,84
44000000	INVESTIMENTOS	157.400,00	42.800,24	0,00	0,00	200.200,24	42.800,24	42.800,24	0,00	157.400,00	449,40	42.350,84
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	157.400,00	42.800,24	0,00	0,00	200.200,24	42.800,24	42.800,24	0,00	157.400,00	449,40	42.350,84
44905191	* " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.800,24	42.800,24	0,00	0,00	449,40	42.350,84
44905212	* " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000016 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		3.667.565,00	42.800,24	0,00	0,00	3.710.365,24	337.314,45	337.314,45	0,00	3.373.050,79	391.513,05	-54.198,60
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	391.513,05	

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVATÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Despesa-FUNREBOM - Março de 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNRE	157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
4001	FUNREBOM	157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
06	SEGURANÇA PÚBLICA	157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
182	DEFESA CIVIL	157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
0070	ADMINISTRAÇÃO GERAL	157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
2097	MANUTENCAO DO FUNREBOM	157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
30000000	DESPESAS CORRENTES	107.200,00	0,00	0,00	0,00	107.200,00	15.978,00	15.978,00	0,00	91.222,00	7.822,38	8.155,62
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.200,00	0,00	0,00	0,00	107.200,00	15.978,00	15.978,00	0,00	91.222,00	7.822,38	8.155,62
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	107.200,00	0,00	0,00	0,00	107.200,00	15.978,00	15.978,00	0,00	91.222,00	7.822,38	8.155,62
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,03	56,03	0,00	0,00	0,00	56,03
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324,00	324,00	0,00	0,00	0,00	324,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206,65	206,65	0,00	0,00	381,50	-174,85
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141,00	1.141,00	0,00	0,00	449,20	691,80
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498,00	498,00	0,00	0,00	0,00	498,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	580,01	-230,01
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
33903036	* 00 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147,52	1.147,52	0,00	0,00	0,00	1.147,52
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.743,28	1.743,28	0,00	0,00	705,97	1.037,31
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00	724,00	0,00	0,00	0,00	724,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347,20	347,20	0,00	0,00	347,20	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.353,32	5.353,32	0,00	0,00	0,00	5.353,32
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.205,00	1.205,00	0,00	0,00	69,50	1.135,50
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036,72	-1.036,72
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396,83	-396,83
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	-30,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,45	-130,45
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.445,00	-2.445,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	42.500,00	5.987,00	1.513,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	42.500,00	5.987,00	1.513,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	42.500,00	5.987,00	1.513,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.987,00	-5.987,00
TOTAL GERAL		157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	107.200,00	0,00	0,00	0,00	107.200,00	15.978,00	15.978,00	0,00	91.222,00	7.822,38	8.155,62
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.200,00	0,00	0,00	0,00	107.200,00	15.978,00	15.978,00	0,00	91.222,00	7.822,38	8.155,62
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	107.200,00	0,00	0,00	0,00	107.200,00	15.978,00	15.978,00	0,00	91.222,00	7.822,38	8.155,62
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,03	56,03	0,00	0,00	0,00	56,03
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324,00	324,00	0,00	0,00	0,00	324,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206,65	206,65	0,00	0,00	381,50	-174,85
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141,00	1.141,00	0,00	0,00	449,20	691,80
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498,00	498,00	0,00	0,00	0,00	498,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	580,01	-230,01
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147,52	1.147,52	0,00	0,00	0,00	1.147,52
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.743,28	1.743,28	0,00	0,00	705,97	1.037,31
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00	724,00	0,00	0,00	0,00	724,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347,20	347,20	0,00	0,00	347,20	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.353,32	5.353,32	0,00	0,00	0,00	5.353,32
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.205,00	1.205,00	0,00	0,00	69,50	1.135,50
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036,72	-1.036,72
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396,83	-396,83
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	-30,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,45	-130,45
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.445,00	-2.445,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	42.500,00	5.987,00	1.513,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	42.500,00	5.987,00	1.513,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	42.500,00	5.987,00	1.513,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.987,00	-5.987,00
TOTAL GERAL		157.200,00	0,00	0,00	0,00	157.200,00	23.478,00	23.478,00	0,00	133.722,00	13.809,38	9.668,62
						Estornos até o Mes		0,00		Pagos até o Mes		13.809,38

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Despesa-PMC - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS	Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada	Exercício: 2011
ESTADO DE SANTA CATARINA	Mes de março, Saldos até 31/03/2011	Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
02	GABINETE PREFEITO E VICE	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
0201	GABINETE DO PREFEITO	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
04	ADMINISTRAÇÃO	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
0006	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
2004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
30000000	DESPESAS CORRENTES	334.400,00	0,00	0,00	0,00	334.400,00	37.815,66	37.815,66	0,00	296.584,34	25.640,73	12.174,93
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	285.900,00	0,00	0,00	0,00	285.900,00	23.323,35	23.323,35	0,00	262.576,65	23.323,35	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	285.900,00	0,00	0,00	0,00	285.900,00	23.323,35	23.323,35	0,00	262.576,65	23.323,35	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.409,67	18.409,67	0,00	0,00	18.409,67	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490,89	490,89	0,00	0,00	490,89	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.422,79	4.422,79	0,00	0,00	4.422,79	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.500,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	14.492,31	14.492,31	0,00	34.007,69	2.317,38	12.174,93
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	48.500,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	14.492,31	14.492,31	0,00	34.007,69	2.317,38	12.174,93
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	0,00	75,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.383,51	11.383,51	0,00	0,00	2.256,45	9.127,06
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,80	35,80	0,00	0,00	0,00	35,80
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,93	-60,93
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.998,00	2.998,00	0,00	0,00	0,00	2.998,00
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.588.575,00	0,00	0,00	0,00	1.588.575,00	143.638,32	143.638,32	0,00	1.444.936,68	135.046,16	8.592,16
0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GE	1.588.575,00	0,00	0,00	0,00	1.588.575,00	143.638,32	143.638,32	0,00	1.444.936,68	135.046,16	8.592,16
04	ADMINISTRAÇÃO	1.588.575,00	0,00	0,00	0,00	1.588.575,00	143.638,32	143.638,32	0,00	1.444.936,68	135.046,16	8.592,16
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.588.575,00	0,00	0,00	0,00	1.588.575,00	143.638,32	143.638,32	0,00	1.444.936,68	135.046,16	8.592,16
0009	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.588.575,00	0,00	0,00	0,00	1.588.575,00	143.638,32	143.638,32	0,00	1.444.936,68	135.046,16	8.592,16
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETAR	1.248.557,00	0,00	0,00	0,00	1.248.557,00	129.758,04	129.758,04	0,00	1.118.798,96	113.742,02	16.016,02
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.248.557,00	0,00	0,00	0,00	1.248.557,00	129.758,04	129.758,04	0,00	1.118.798,96	113.742,02	16.016,02
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	674.000,00	0,00	0,00	0,00	674.000,00	53.724,88	53.724,88	0,00	620.275,12	53.724,88	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	674.000,00	0,00	0,00	0,00	674.000,00	53.724,88	53.724,88	0,00	620.275,12	53.724,88	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.273,04	14.273,04	0,00	0,00	14.273,04	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.706,25	20.706,25	0,00	0,00	20.706,25	0,00
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.920,78	4.920,78	0,00	0,00	4.920,78	0,00
31901133	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.274,16	2.274,16	0,00	0,00	2.274,16	0,00
31901143	* 00 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	651,72	651,72	0,00	0,00	651,72	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756,84	756,84	0,00	0,00	756,84	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.142,09	10.142,09	0,00	0,00	10.142,09	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	574.557,00	0,00	0,00	0,00	574.557,00	76.033,16	76.033,16	0,00	498.523,84	60.017,14	16.016,02
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	574.557,00	0,00	0,00	0,00	574.557,00	76.033,16	76.033,16	0,00	498.523,84	60.017,14	16.016,02
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126,00	126,00	0,00	0,00	0,00	126,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	949,16	949,16	0,00	0,00	0,00	949,16
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,35	624,35	0,00	0,00	0,00	624,35

CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	912,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191,27	1.191,27	0,00	0,00	0,00	1.191,27
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.780,00	8.780,00	0,00	0,00	8.780,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,51	49,51	0,00	0,00	0,00	49,51
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,00	17,00	0,00	0,00	46,25	-29,25
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.750,00	-4.750,00
33903096	* 00 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	-1.800,00
33903645	* 00 000000 jetons a conselheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	3.365,90	451,10
33903696	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	-2.000,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.457,50	9.457,50	0,00	0,00	8.420,00	1.037,50
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.355,92	21.355,92	0,00	0,00	0,00	21.355,92
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.424,00	1.424,00	0,00	0,00	1.224,00	200,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,00	520,00	0,00	0,00	0,00	520,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	1.488,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
33903935	* 00 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,12	85,12	0,00	0,00	85,12	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.028,87	-2.028,87
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	647,92	-647,92
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.021,00	7.021,00	0,00	0,00	4.520,00	2.501,00
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	-350,00
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.930,00	1.930,00	0,00	0,00	800,00	1.130,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,23	-93,23
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
33903963	* 00 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.489,00	2.489,00	0,00	0,00	2.489,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.883,42	-4.883,42
33903983	* 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	758,90	758,90	0,00	0,00	0,00	758,90
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.286,09	13.286,09	0,00	0,00	12.996,09	290,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737,34	737,34	0,00	0,00	737,34	0,00
2008	CONTRIBUICOES A ENTIDADES E ASSOCIACO	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	9.136,28	9.136,28	0,00	190.863,72	17.090,14	-7.953,86
30000000	DESPESAS CORRENTES	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	9.136,28	9.136,28	0,00	190.863,72	17.090,14	-7.953,86
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	9.136,28	9.136,28	0,00	190.863,72	17.090,14	-7.953,86
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	9.136,28	9.136,28	0,00	190.863,72	17.090,14	-7.953,86
33504101	* 00 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.136,28	6.136,28	0,00	0,00	6.136,28	0,00
33504102	* 00 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.953,86	-7.953,86
2013	DESPESAS COM PESSOAL (CIGA)	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	134,40	-134,40
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	134,40	-134,40
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	134,40	-134,40
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	134,40	-134,40
31711199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,80	-100,80
31711399	* 00 000000 outras obrigações pat	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,60	-33,60
2014	DESPESA CORRENTE (CIGA)	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	67,20	-67,20
30000000	DESPESAS CORRENTES	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	67,20	-67,20
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	67,20	-67,20
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	67,20	-67,20
33713999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,20	-67,20
2015	CAPITAL (CIGA)	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	22,40	-22,40

CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	22,40	-22,40
44000000	INVESTIMENTOS	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	22,40	-22,40
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	22,40	-22,40
44715299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,40	-22,40
1012	REFORMA E AMPLIACAO DO PREDIO DA PREF	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	90,00	-90,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	90,00	-90,00
44000000	INVESTIMENTOS	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	90,00	-90,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	0,00	0,00	0,00	97.475,00	90,00	-90,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	-90,00
1103	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	4.744,00	4.744,00	0,00	35.256,00	3.900,00	844,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	4.744,00	4.744,00	0,00	35.256,00	3.900,00	844,00
44000000	INVESTIMENTOS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	4.744,00	4.744,00	0,00	35.256,00	3.900,00	844,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	4.744,00	4.744,00	0,00	35.256,00	3.900,00	844,00
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00	280,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.464,00	4.464,00	0,00	0,00	3.900,00	564,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	5.027.060,00	81.000,00	0,00	0,00	5.108.060,00	531.694,57	531.694,57	0,00	4.576.365,43	343.948,07	187.746,50
0401	EDUCAÇÃO	4.352.410,00	81.000,00	0,00	0,00	4.433.410,00	436.330,26	436.330,26	0,00	3.997.079,74	305.032,45	131.297,81
12	EDUCAÇÃO	4.352.410,00	81.000,00	0,00	0,00	4.433.410,00	436.330,26	436.330,26	0,00	3.997.079,74	305.032,45	131.297,81
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	16.319,10	16.319,10	0,00	72.980,90	0,00	16.319,10
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	89.300,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	16.319,10	16.319,10	0,00	72.980,90	0,00	16.319,10
2016	MERENDA ESCOLAR	89.300,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	16.319,10	16.319,10	0,00	72.980,90	0,00	16.319,10
30000000	DESPESAS CORRENTES	89.300,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	16.319,10	16.319,10	0,00	72.980,90	0,00	16.319,10
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	89.300,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	16.319,10	16.319,10	0,00	72.980,90	0,00	16.319,10
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	89.300,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	16.319,10	16.319,10	0,00	72.980,90	0,00	16.319,10
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0160 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.319,10	16.319,10	0,00	0,00	0,00	16.319,10
361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	81.000,00	0,00	0,00	4.088.810,00	394.329,42	394.329,42	0,00	3.694.480,58	280.981,06	113.348,36
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	4.007.810,00	81.000,00	0,00	0,00	4.088.810,00	394.329,42	394.329,42	0,00	3.694.480,58	280.981,06	113.348,36
2017	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUND	2.997.310,00	81.000,00	0,00	0,00	3.078.310,00	307.302,26	307.302,26	0,00	2.771.007,74	232.947,48	74.354,78
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.962.310,00	81.000,00	0,00	0,00	3.043.310,00	307.302,26	307.302,26	0,00	2.736.007,74	232.947,48	74.354,78
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.558.400,00	0,00	0,00	0,00	2.558.400,00	210.497,01	210.497,01	0,00	2.347.902,99	211.923,81	-1.426,80
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.558.400,00	0,00	0,00	0,00	2.558.400,00	210.497,01	210.497,01	0,00	2.347.902,99	211.923,81	-1.426,80
31900499	* 01 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.496,01	8.496,01	0,00	0,00	7.742,12	753,89
31900901	* 18 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	752,53	752,53	0,00	0,00	676,35	76,18
31901101	* 18 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.897,78	100.897,78	0,00	0,00	102.493,44	-1.595,66
31901131	* 18 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.179,91	30.179,91	0,00	0,00	30.455,01	-275,10
31901137	* 18 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.314,40	11.314,40	0,00	0,00	11.335,04	-20,64
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,89	-57,89
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,73	-150,73
31901145	* 18 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402,14	402,14	0,00	0,00	421,43	-19,29
31901199	* 18 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.352,90	15.352,90	0,00	0,00	15.490,46	-137,56
31901302	* 18 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.101,34	43.101,34	0,00	0,00	43.101,34	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	403.910,00	81.000,00	0,00	0,00	484.910,00	96.805,25	96.805,25	0,00	388.104,75	21.023,67	75.781,58
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	403.910,00	81.000,00	0,00	0,00	484.910,00	96.805,25	96.805,25	0,00	388.104,75	21.023,67	75.781,58
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33901414	* 01 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.872,57	1.872,57	0,00	0,00	1.872,57	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214,00	214,00	0,00	0,00	0,00	214,00
33903004	* 01 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	582,00	582,00	0,00	0,00	0,00	582,00
33903014	* 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.241,13	16.241,13	0,00	0,00	0,00	16.241,13
33903017	* 01 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265,50	265,50	0,00	0,00	0,00	265,50
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.862,98	13.862,98	0,00	0,00	0,00	13.862,98
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,51	-151,51
33903026	* 01 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,00	215,00	0,00	0,00	0,00	215,00
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,90	100,90	0,00	0,00	0,00	100,90
33903029	* 01 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 01 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.253,10	5.253,10	0,00	0,00	4.169,80	1.083,30
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 00 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.270,00	1.270,00	0,00	0,00	0,00	1.270,00
33903096	* 00 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,01	-140,01
33903099	* 01 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.926,20	2.926,20	0,00	0,00	1.760,00	1.166,20
33903299	* 01 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.899,87	36.899,87	0,00	0,00	0,00	36.899,87
33903607	* 00 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.433,00	7.433,00	0,00	0,00	7.433,00	0,00
33903639	* 01 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00
33903696	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	-35,00
33903901	* 00 000000 assinatura de periódic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375,00	375,00	0,00	0,00	0,00	375,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
33903919	* 01 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.530,00	6.530,00	0,00	0,00	322,00	6.208,00
33903920	* 01 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
33903936	* 00 000000 multas ineducativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.204,42	-3.204,42
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895,36	-895,36
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	-300,00
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	-120,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054,00	1.054,00	0,00	0,00	0,00	1.054,00
33903963	* 00 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* 01 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
33903999	* 01 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00	0,00	0,00	380,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909247	* 01 000000 obrigações tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	240,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
44905210	* 01 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 01 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	MATERIAL ESCOLAR	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	9.510,72	-9.510,72
30000000	DESPESAS CORRENTES	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	9.510,72	-9.510,72
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	9.510,72	-9.510,72

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	0,00	0,00	0,00	30.150,00	9.510,72	-9.510,72
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.510,72	-9.510,72
2020	TRANSPORTE ESCOLAR/MANUTENÇÃO EDUCAÇÃ	494.400,00	0,00	0,00	0,00	494.400,00	79.719,16	79.719,16	0,00	414.680,84	33.688,86	46.030,30
30000000	DESPESAS CORRENTES	494.400,00	0,00	0,00	0,00	494.400,00	79.719,16	79.719,16	0,00	414.680,84	33.688,86	46.030,30
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	494.400,00	0,00	0,00	0,00	494.400,00	79.719,16	79.719,16	0,00	414.680,84	33.688,86	46.030,30
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	494.400,00	0,00	0,00	0,00	494.400,00	79.719,16	79.719,16	0,00	414.680,84	33.688,86	46.030,30
33900000	* 0122 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0158 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926	* 58 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.719,16	79.719,16	0,00	0,00	33.688,86	46.030,30
2022	CONSERVACAO, AQUISICAO DE MAQUINAS E	88.825,00	0,00	0,00	0,00	88.825,00	2.052,00	2.052,00	0,00	86.773,00	0,00	2.052,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	88.825,00	0,00	0,00	0,00	88.825,00	2.052,00	2.052,00	0,00	86.773,00	0,00	2.052,00
44000000	INVESTIMENTOS	88.825,00	0,00	0,00	0,00	88.825,00	2.052,00	2.052,00	0,00	86.773,00	0,00	2.052,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	88.825,00	0,00	0,00	0,00	88.825,00	2.052,00	2.052,00	0,00	86.773,00	0,00	2.052,00
44900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905210	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905228	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780,00	1.780,00	0,00	0,00	0,00	1.780,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272,00	272,00	0,00	0,00	0,00	272,00
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	CONSERVACAO E REFORMA DE ESPACOS EDUC	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.256,00	5.256,00	0,00	34.744,00	2.945,00	2.311,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.256,00	5.256,00	0,00	34.744,00	2.945,00	2.311,00
44000000	INVESTIMENTOS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.256,00	5.256,00	0,00	34.744,00	2.945,00	2.311,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	5.256,00	5.256,00	0,00	34.744,00	2.945,00	2.311,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.256,00	5.256,00	0,00	0,00	2.945,00	2.311,00
1021	AQUISICAO DE VEICULOS	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00	0,00	27.125,00	0,00	0,00
1025	CONSTRUCAO E REFORMA DE ABRIGOS PARA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1027	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS EDU	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	1.889,00	-1.889,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	1.889,00	-1.889,00
44000000	INVESTIMENTOS	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	1.889,00	-1.889,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	1.889,00	-1.889,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889,00	-1.889,00
1028	CENTROS DE INCLUSAO DIGITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	0,00	0,00	0,00	255.300,00	25.681,74	25.681,74	0,00	229.618,26	24.051,39	1.630,35
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	255.300,00	0,00	0,00	0,00	255.300,00	25.681,74	25.681,74	0,00	229.618,26	24.051,39	1.630,35
2018	MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	5.300,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00	667,30	667,30	0,00	4.632,70	0,00	667,30
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.300,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00	667,30	667,30	0,00	4.632,70	0,00	667,30
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.300,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00	667,30	667,30	0,00	4.632,70	0,00	667,30
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.300,00	0,00	0,00	0,00	5.300,00	667,30	667,30	0,00	4.632,70	0,00	667,30
33903014	* 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490,00	490,00	0,00	0,00	0,00	490,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177,30	177,30	0,00	0,00	0,00	177,30
1029	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CRECHES	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	25.014,44	25.014,44	0,00	224.985,56	24.051,39	963,05
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	25.014,44	25.014,44	0,00	224.985,56	24.051,39	963,05
44000000	INVESTIMENTOS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	25.014,44	25.014,44	0,00	224.985,56	24.051,39	963,05
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	25.014,44	25.014,44	0,00	224.985,56	24.051,39	963,05
44905191	* 19 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.014,44	25.014,44	0,00	0,00	24.051,39	963,05
0402	DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
12	EDUCAÇÃO	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO M	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00
0403	DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
12	EDUCAÇÃO	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
2024	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
30000000	DESPESAS CORRENTES	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	19.795,30	19.795,30	0,00	60.204,70	5.880,47	13.914,83
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.755,30	19.755,30	0,00	0,00	5.880,47	13.874,83
33904801	* 00 000000 auxilio financeiro a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
0404	DIVISÃO DE ESPORTES	267.100,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00	29.690,59	29.690,59	0,00	237.409,41	22.038,48	7.652,11
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00	29.690,59	29.690,59	0,00	237.409,41	22.038,48	7.652,11
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00	29.690,59	29.690,59	0,00	237.409,41	22.038,48	7.652,11
0021	ESPORTE É VIDA	267.100,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00	29.690,59	29.690,59	0,00	237.409,41	22.038,48	7.652,11
2035	APOIO AO ESPORTE AMADOR	187.100,00	0,00	0,00	0,00	187.100,00	29.690,59	29.690,59	0,00	157.409,41	22.038,48	7.652,11
30000000	DESPESAS CORRENTES	187.100,00	0,00	0,00	0,00	187.100,00	29.690,59	29.690,59	0,00	157.409,41	22.038,48	7.652,11
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.400,00	0,00	0,00	0,00	20.400,00	1.500,44	1.500,44	0,00	18.899,56	1.500,44	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.400,00	0,00	0,00	0,00	20.400,00	1.500,44	1.500,44	0,00	18.899,56	1.500,44	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.415,51	1.415,51	0,00	0,00	1.415,51	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,93	84,93	0,00	0,00	84,93	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	166.700,00	0,00	0,00	0,00	166.700,00	28.190,15	28.190,15	0,00	138.509,85	20.538,04	7.652,11
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	166.700,00	0,00	0,00	0,00	166.700,00	28.190,15	28.190,15	0,00	138.509,85	20.538,04	7.652,11
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.231,42	1.231,42	0,00	0,00	1.231,42	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,57	624,57	0,00	0,00	0,00	624,57
33903014	* 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.822,70	6.822,70	0,00	0,00	1.440,00	5.382,70
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	381,01	381,01	0,00	0,00	3.900,00	-3.518,99
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.663,55	5.663,55	0,00	0,00	0,00	5.663,55
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* 00 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.311,74	-5.311,74
33903622	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	70,00	0,00	0,00	0,00	70,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.153,30	5.153,30	0,00	0,00	2.900,00	2.253,30
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.788,99	-1.788,99

CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,29	-1.050,29
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	-1.280,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.943,60	7.943,60	0,00	0,00	1.635,60	6.308,00
1104	CONSTR DE ARQUIBANCADAS NO ESTADIO MU	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
1105	CONSTRUÇ QUADRAS COBERTAS P/PRATICA D	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1106	REFORMA DE GINASIO E QUADRAS DE ESPOR	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
0405	DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO	314.050,00	0,00	0,00	0,00	314.050,00	45.878,42	45.878,42	0,00	268.171,58	10.996,67	34.881,75
13	CULTURA	293.150,00	0,00	0,00	0,00	293.150,00	44.828,42	44.828,42	0,00	248.321,58	9.546,32	35.282,10
392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	0,00	0,00	0,00	293.150,00	44.828,42	44.828,42	0,00	248.321,58	9.546,32	35.282,10
0049	CATANDUVAS E NOSSA HISTÓRIA	293.150,00	0,00	0,00	0,00	293.150,00	44.828,42	44.828,42	0,00	248.321,58	9.546,32	35.282,10
2030	MANUTENCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS E	287.925,00	0,00	0,00	0,00	287.925,00	44.828,42	44.828,42	0,00	243.096,58	9.546,32	35.282,10
30000000	DESPESAS CORRENTES	287.925,00	0,00	0,00	0,00	287.925,00	44.828,42	44.828,42	0,00	243.096,58	9.546,32	35.282,10
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	287.925,00	0,00	0,00	0,00	287.925,00	44.828,42	44.828,42	0,00	243.096,58	9.546,32	35.282,10
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	287.925,00	0,00	0,00	0,00	287.925,00	44.828,42	44.828,42	0,00	243.096,58	9.546,32	35.282,10
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.959,89	4.959,89	0,00	0,00	0,00	4.959,89
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,00	97,00	0,00	0,00	0,00	97,00
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315,00	315,00	0,00	0,00	0,00	315,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991,29	991,29	0,00	0,00	131,00	860,29
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 00 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484,00	1.484,00	0,00	0,00	0,00	1.484,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.591,24	3.591,24	0,00	0,00	0,00	3.591,24
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	763,10	286,90
33903910	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
33903914	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
33903923	* 00 000000 festividades e homena	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	-7.000,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,98	-604,98
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	-72,24
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450,00	1.450,00	0,00	0,00	0,00	1.450,00
33903963	* 00 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.370,00	1.370,00	0,00	0,00	0,00	1.370,00
33903977	* 00 000000 vigilância ostensiva/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840,00	1.840,00	0,00	0,00	975,00	865,00

CPL Informática.

Pág. 008

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
2032	CONSERVACAO DE ESPACOS CULTURAIS E AR	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
0016	RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
2031	MANUTENCAO DE REPETIDORAS DE SINAIS D	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.900,00	0,00	0,00	0,00	20.900,00	1.050,00	1.050,00	0,00	19.850,00	1.450,35	-400,35
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,35	-850,35
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	3.576.390,00	78.247,36	0,00	0,00	3.654.637,36	284.628,81	284.628,81	0,00	3.370.008,55	236.353,91	48.274,90
0601	SERVIÇOS URBANOS	1.659.625,00	2.600,00	0,00	0,00	1.662.225,00	85.719,92	85.719,92	0,00	1.576.505,08	59.755,51	25.964,41
15	URBANISMO	1.122.950,00	2.600,00	0,00	0,00	1.125.550,00	85.419,92	85.419,92	0,00	1.040.130,08	55.255,51	30.164,41
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	2.600,00	0,00	0,00	610.750,00	38.969,41	38.969,41	0,00	571.780,59	16.834,01	22.135,40
0046	URBANIZAÇÃO DE VIAS	608.150,00	2.600,00	0,00	0,00	610.750,00	38.969,41	38.969,41	0,00	571.780,59	16.834,01	22.135,40
2044	CONSERVACAO DA SINALIZACAO DAS VIAS P	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1037	PAVIMENTACAO DE RUAS ESTRADAS E PASSE	370.000,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	35.579,41	35.579,41	0,00	334.420,59	13.530,91	22.048,50
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	370.000,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	35.579,41	35.579,41	0,00	334.420,59	13.530,91	22.048,50
44000000	INVESTIMENTOS	370.000,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	35.579,41	35.579,41	0,00	334.420,59	13.530,91	22.048,50
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	370.000,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	35.579,41	35.579,41	0,00	334.420,59	13.530,91	22.048,50
44900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.579,41	35.579,41	0,00	0,00	13.530,91	22.048,50
1043	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PASSEIOS, P	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	790,00	790,00	0,00	39.210,00	703,10	86,90
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	790,00	790,00	0,00	39.210,00	703,10	86,90
44000000	INVESTIMENTOS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	790,00	790,00	0,00	39.210,00	703,10	86,90
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	790,00	790,00	0,00	39.210,00	703,10	86,90
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	790,00	790,00	0,00	0,00	703,10	86,90
1046	CONSTRUCAO DE SANITARIOS PUBLICOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1047	CONSTRUCAO E REFORMA ABRIGOS DE PASSA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1049	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE GALERIAS PL	73.150,00	2.600,00	0,00	0,00	75.750,00	2.600,00	2.600,00	0,00	73.150,00	2.600,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	73.150,00	2.600,00	0,00	0,00	75.750,00	2.600,00	2.600,00	0,00	73.150,00	2.600,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	73.150,00	2.600,00	0,00	0,00	75.750,00	2.600,00	2.600,00	0,00	73.150,00	2.600,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	73.150,00	2.600,00	0,00	0,00	75.750,00	2.600,00	2.600,00	0,00	73.150,00	2.600,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00	2.600,00	0,00
1050	CONSTRUCAO DE CENTROS DE CONVIVENCIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 009

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	0,00	0,00	0,00	514.800,00	46.450,51	46.450,51	0,00	468.349,49	38.421,50	8.029,01
0031	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	514.800,00	0,00	0,00	0,00	514.800,00	46.450,51	46.450,51	0,00	468.349,49	38.421,50	8.029,01
2038	LIMPEZA E ILUMINACAO PUBLICA	404.800,00	0,00	0,00	0,00	404.800,00	46.450,51	46.450,51	0,00	358.349,49	38.421,50	8.029,01
30000000	DESPESAS CORRENTES	404.800,00	0,00	0,00	0,00	404.800,00	46.450,51	46.450,51	0,00	358.349,49	38.421,50	8.029,01
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	404.800,00	0,00	0,00	0,00	404.800,00	46.450,51	46.450,51	0,00	358.349,49	38.421,50	8.029,01
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	404.800,00	0,00	0,00	0,00	404.800,00	46.450,51	46.450,51	0,00	358.349,49	38.421,50	8.029,01
33903026	* 17 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.906,21	10.906,21	0,00	0,00	0,00	10.906,21
33903031	* 17 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.218,20	-11.218,20
33903916	* 17 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 17 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.026,30	26.026,30	0,00	0,00	26.026,30	0,00
33903978	* 17 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.177,00	-1.177,00
33903999	* 17 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.518,00	9.518,00	0,00	0,00	0,00	9.518,00
2048	CONSERVACAO E REFORMA CAPELA MORTUARI	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
1041	CONSTRUCAO DA GARAGEM DAS MAQUINAS E	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
16	HABITAÇÃO	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
0061	MORAR MELHOR	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
1040	AQUISICAO DE TERRENO E CONSTRUCAO DE	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
44000000	INVESTIMENTOS	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	536.675,00	0,00	0,00	0,00	536.675,00	300,00	300,00	0,00	536.375,00	4.500,00	-4.200,00
44900000	* 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	* 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905193	* 00 000000 benfeitorias em propr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	4.500,00	-4.200,00
0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES	1.252.940,00	44.500,00	0,00	0,00	1.297.440,00	178.083,63	178.083,63	0,00	1.119.356,37	139.356,93	38.726,70
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	44.500,00	0,00	0,00	1.297.440,00	178.083,63	178.083,63	0,00	1.119.356,37	139.356,93	38.726,70
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	44.500,00	0,00	0,00	1.297.440,00	178.083,63	178.083,63	0,00	1.119.356,37	139.356,93	38.726,70
0039	ESTRADAS VICINAIS	1.252.940,00	44.500,00	0,00	0,00	1.297.440,00	178.083,63	178.083,63	0,00	1.119.356,37	139.356,93	38.726,70
2051	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	1.091.815,00	44.500,00	0,00	0,00	1.136.315,00	148.641,63	148.641,63	0,00	987.673,37	96.981,45	51.660,18
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.091.815,00	44.500,00	0,00	0,00	1.136.315,00	148.641,63	148.641,63	0,00	987.673,37	96.981,45	51.660,18
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	698.100,00	0,00	0,00	0,00	698.100,00	67.820,25	67.820,25	0,00	630.279,75	67.820,25	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	698.100,00	0,00	0,00	0,00	698.100,00	67.820,25	67.820,25	0,00	630.279,75	67.820,25	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.134,34	5.134,34	0,00	0,00	5.134,34	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	727,83	727,83	0,00	0,00	727,83	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.436,71	34.436,71	0,00	0,00	34.436,71	0,00
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,45	377,45	0,00	0,00	377,45	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.612,48	3.612,48	0,00	0,00	3.612,48	0,00
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.344,35	1.344,35	0,00	0,00	1.344,35	0,00

CPL Informática.

Pág. 010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.014,51	10.014,51	0,00	0,00	10.014,51	0,00
31901301	* 00 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,53	89,53	0,00	0,00	89,53	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.083,05	12.083,05	0,00	0,00	12.083,05	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	393.715,00	44.500,00	0,00	0,00	438.215,00	80.821,38	80.821,38	0,00	357.393,62	29.161,20	51.660,18
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	393.715,00	44.500,00	0,00	0,00	438.215,00	80.821,38	80.821,38	0,00	357.393,62	29.161,20	51.660,18
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.657,00	-1.657,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,00	42,00	0,00	0,00	0,00	42,00
33903007	* 16 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.417,22	3.417,22	0,00	0,00	1.438,28	1.978,94
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,30	100,30	0,00	0,00	0,00	100,30
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438,00	438,00	0,00	0,00	164,00	274,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615,77	615,77	0,00	0,00	0,00	615,77
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.245,50	2.245,50	0,00	0,00	3.325,30	-1.079,80
33903025	* 16 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,20	356,20	0,00	0,00	638,65	-282,45
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 16 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,51	198,51	0,00	0,00	0,00	198,51
33903039	* 16 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.983,56	28.983,56	0,00	0,00	8.089,99	20.893,57
33903042	* 16 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213,50	213,50	0,00	0,00	0,00	213,50
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156,00	156,00	0,00	0,00	0,00	156,00
33903096	* 00 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.515,75	-1.515,75
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,00	65,00	0,00	0,00	150,00	-85,00
33903919	* 16 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.059,90	40.059,90	0,00	0,00	3.341,50	36.718,40
33903935	* 16 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191,54	191,54	0,00	0,00	0,00	191,54
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.859,59	-1.859,59
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.761,38	-2.761,38
33903947	* 00 000000 serviços de comunicac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	-300,00
33903949	* 16 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00
33903999	* 16 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.447,00	3.447,00	0,00	0,00	3.576,84	-129,84
33904710	* 16 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,38	151,38	0,00	0,00	151,38	0,00
2053	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	61.125,00	0,00	0,00	0,00	61.125,00	29.442,00	29.442,00	0,00	31.683,00	39.795,48	-10.353,48
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	61.125,00	0,00	0,00	0,00	61.125,00	29.442,00	29.442,00	0,00	31.683,00	39.795,48	-10.353,48
44000000	INVESTIMENTOS	61.125,00	0,00	0,00	0,00	61.125,00	29.442,00	29.442,00	0,00	31.683,00	39.795,48	-10.353,48
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	61.125,00	0,00	0,00	0,00	61.125,00	29.442,00	29.442,00	0,00	31.683,00	39.795,48	-10.353,48
44900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.442,00	29.442,00	0,00	0,00	39.795,48	-10.353,48
1052	CONSTRUCAO DE PONTES E BOEIROS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1107	AQUISICAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	2.580,00	-2.580,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	2.580,00	-2.580,00
44000000	INVESTIMENTOS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	2.580,00	-2.580,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	2.580,00	-2.580,00
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630,00	-630,00

CPL Informática.

Pág. 011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905240 * 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.950,00	-1.950,00
44905257 * 00 000000 acessórios para autom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603 DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	255.225,00	0,00	0,00	0,00	255.225,00	1.710,00	1.710,00	0,00	253.515,00	1.644,17	65,83
11 TRABALHO	255.225,00	0,00	0,00	0,00	255.225,00	1.710,00	1.710,00	0,00	253.515,00	1.644,17	65,83
334 FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	0,00	0,00	0,00	255.225,00	1.710,00	1.710,00	0,00	253.515,00	1.644,17	65,83
0060 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	255.225,00	0,00	0,00	0,00	255.225,00	1.710,00	1.710,00	0,00	253.515,00	1.644,17	65,83
2055 APOIO A EMPRESAS	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
33600000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
1056 GALPAO DESTINADO A INCUBADORA DE EMPR	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
1057 TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1058 INFRAESTRUTURA EM AREAS DE TERRA DIST	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.710,00	1.710,00	0,00	78.290,00	1.644,17	65,83
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.710,00	1.710,00	0,00	78.290,00	1.644,17	65,83
44000000 INVESTIMENTOS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.710,00	1.710,00	0,00	78.290,00	1.644,17	65,83
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.710,00	1.710,00	0,00	78.290,00	1.644,17	65,83
44905199 * 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.710,00	1.710,00	0,00	0,00	1.644,17	65,83
1060 URBANIZACAO DA CHACARA FRITZ	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	408.600,00	31.147,36	0,00	0,00	439.747,36	19.115,26	19.115,26	0,00	420.632,10	35.597,30	-16.482,04
20 AGRICULTURA	408.600,00	31.147,36	0,00	0,00	439.747,36	19.115,26	19.115,26	0,00	420.632,10	35.597,30	-16.482,04
606 EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	31.147,36	0,00	0,00	439.747,36	19.115,26	19.115,26	0,00	420.632,10	35.597,30	-16.482,04
0048 PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	408.600,00	31.147,36	0,00	0,00	439.747,36	19.115,26	19.115,26	0,00	420.632,10	35.597,30	-16.482,04
2063 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARI	347.600,00	15.000,00	0,00	0,00	362.600,00	2.967,90	2.967,90	0,00	359.632,10	6.149,94	-3.182,04
30000000 DESPESAS CORRENTES	347.600,00	15.000,00	0,00	0,00	362.600,00	2.967,90	2.967,90	0,00	359.632,10	6.149,94	-3.182,04
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.600,00	0,00	0,00	0,00	41.600,00	2.967,90	2.967,90	0,00	38.632,10	2.967,90	0,00
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	41.600,00	0,00	0,00	0,00	41.600,00	2.967,90	2.967,90	0,00	38.632,10	2.967,90	0,00
31901101 * 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051,85	2.051,85	0,00	0,00	2.051,85	0,00
31901137 * 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,11	123,11	0,00	0,00	123,11	0,00
31901199 * 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792,94	792,94	0,00	0,00	792,94	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	306.000,00	15.000,00	0,00	0,00	321.000,00	0,00	0,00	0,00	321.000,00	3.182,04	-3.182,04
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	306.000,00	15.000,00	0,00	0,00	321.000,00	0,00	0,00	0,00	321.000,00	3.182,04	-3.182,04
33900000 * 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000 * 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001 * 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720,00	-720,00
33903917 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.910,16	-1.910,16

CPL Informática.

Pág. 012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551,88	-551,88
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2101	TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1064	AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQU	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	-12.500,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	-12.500,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	-12.500,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	-12.500,00
44905240	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	-12.500,00
1065	IMP. POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGRO IND	1.000,00	16.147,36	0,00	0,00	17.147,36	16.147,36	16.147,36	0,00	1.000,00	16.947,36	-800,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	16.147,36	0,00	0,00	17.147,36	16.147,36	16.147,36	0,00	1.000,00	16.947,36	-800,00
44000000	INVESTIMENTOS	1.000,00	16.147,36	0,00	0,00	17.147,36	16.147,36	16.147,36	0,00	1.000,00	16.947,36	-800,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	16.147,36	0,00	0,00	17.147,36	16.147,36	16.147,36	0,00	1.000,00	16.947,36	-800,00
44905191	* 24 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.647,36	2.647,36	0,00	0,00	2.647,36	0,00
44905191	* 24 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	-800,00
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	900.000,00	15.500,00	0,00	0,00	915.500,00	119.598,89	119.598,89	0,00	795.901,11	173.041,07	-53.442,18
0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	900.000,00	15.500,00	0,00	0,00	915.500,00	119.598,89	119.598,89	0,00	795.901,11	173.041,07	-53.442,18
06	SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	461,00	461,00	0,00	69.539,00	730,00	-269,00
181	POLICIAMENTO	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	461,00	461,00	0,00	69.539,00	730,00	-269,00
0032	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	461,00	461,00	0,00	69.539,00	730,00	-269,00
2069	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL	18.500,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00	461,00	461,00	0,00	18.039,00	0,00	461,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	461,00	461,00	0,00	4.439,00	0,00	461,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	461,00	461,00	0,00	4.439,00	0,00	461,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	461,00	461,00	0,00	4.439,00	0,00	461,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	0,00	35,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,00	36,00	0,00	0,00	0,00	36,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	13.600,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	13.600,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	13.600,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00	0,00	0,00
2070	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR	51.500,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00	730,00	-730,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	11.500,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	730,00	-730,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.500,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	730,00	-730,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	11.500,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	730,00	-730,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	730,00	-730,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	15.500,00	0,00	0,00	845.500,00	119.137,89	119.137,89	0,00	726.362,11	172.311,07	-53.173,18
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	15.500,00	0,00	0,00	645.500,00	76.200,68	76.200,68	0,00	569.299,32	76.200,68	0,00
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	630.000,00	15.500,00	0,00	0,00	645.500,00	76.200,68	76.200,68	0,00	569.299,32	76.200,68	0,00

CPL Informática.

Pág. 013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
0071	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	16.879,50	16.879,50	0,00	213.120,50	16.879,50	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	16.879,50	16.879,50	0,00	213.120,50	16.879,50	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	16.879,50	16.879,50	0,00	213.120,50	16.879,50	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	16.879,50	16.879,50	0,00	213.120,50	16.879,50	0,00
31900101	* 00 000000 proventos pessoal civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.930,26	14.930,26	0,00	0,00	14.930,26	0,00
31900301	* 00 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	0,00
0073	CONTRIBUICAO AO PASEP	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	18.465,44	18.465,44	0,00	146.534,56	18.465,44	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	18.465,44	18.465,44	0,00	146.534,56	18.465,44	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	18.465,44	18.465,44	0,00	146.534,56	18.465,44	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	18.465,44	18.465,44	0,00	146.534,56	18.465,44	0,00
33904712	* 00 000000 contribuição para o P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.465,44	18.465,44	0,00	0,00	18.465,44	0,00
33909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0074	SENTENCAS JUDICIAIS	235.000,00	15.500,00	0,00	0,00	250.500,00	40.855,74	40.855,74	0,00	209.644,26	40.855,74	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	235.000,00	15.500,00	0,00	0,00	250.500,00	40.855,74	40.855,74	0,00	209.644,26	40.855,74	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00
31909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	15.500,00	0,00	0,00	85.500,00	40.855,74	40.855,74	0,00	44.644,26	40.855,74	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	15.500,00	0,00	0,00	85.500,00	40.855,74	40.855,74	0,00	44.644,26	40.855,74	0,00
33909102	* 00 000000 precatórios incluídos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.855,74	40.855,74	0,00	0,00	40.855,74	0,00
33909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	42.937,21	42.937,21	0,00	157.062,79	96.110,39	-53.173,18
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	42.937,21	42.937,21	0,00	157.062,79	96.110,39	-53.173,18
0072	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA FUND	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	42.937,21	42.937,21	0,00	157.062,79	96.110,39	-53.173,18
30000000	DESPESAS CORRENTES	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.791,34	21.791,34	0,00	78.208,66	50.351,43	-28.560,09
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.791,34	21.791,34	0,00	78.208,66	50.351,43	-28.560,09
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.791,34	21.791,34	0,00	78.208,66	50.351,43	-28.560,09
32902102	* 00 000000 juros da dívida contr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.363,37	5.363,37	0,00	0,00	11.979,52	-6.616,15
32902202	* 00 000000 outros encargos da dí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.427,97	16.427,97	0,00	0,00	38.371,91	-21.943,94
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.145,87	21.145,87	0,00	78.854,13	45.758,96	-24.613,09
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.145,87	21.145,87	0,00	78.854,13	45.758,96	-24.613,09
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.145,87	21.145,87	0,00	78.854,13	45.758,96	-24.613,09
46907102	* 00 000000 amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.145,87	21.145,87	0,00	0,00	45.758,96	-24.613,09
08	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE CA	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	26.871,32	26.871,32	0,00	333.128,68	30.187,24	-3.315,92
0801	SANEAMENTO BASICO	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	26.871,32	26.871,32	0,00	333.128,68	30.187,24	-3.315,92
17	SANEAMENTO	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	26.871,32	26.871,32	0,00	333.128,68	30.187,24	-3.315,92
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	26.871,32	26.871,32	0,00	333.128,68	30.187,24	-3.315,92
0070	SANEAMENTO BASICO URBANO	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00	26.871,32	26.871,32	0,00	333.128,68	30.187,24	-3.315,92
2100	MANUT DO SANEAM BASICO, LIMPEZA PUB E	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	150.665,08	910,06	18.424,86
30000000	DESPESAS CORRENTES	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	150.665,08	910,06	18.424,86
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	150.665,08	910,06	18.424,86
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	150.665,08	910,06	18.424,86
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.948,68	2.948,68	0,00	0,00	0,00	2.948,68
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.386,24	16.386,24	0,00	0,00	910,06	15.476,18
1081	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE GALERIAS PL	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	7.536,40	7.536,40	0,00	182.463,60	29.277,18	-21.740,78
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	7.536,40	7.536,40	0,00	182.463,60	29.277,18	-21.740,78
44000000	INVESTIMENTOS	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	7.536,40	7.536,40	0,00	182.463,60	29.277,18	-21.740,78
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	7.536,40	7.536,40	0,00	182.463,60	29.277,18	-21.740,78
44900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905199 * 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.536,40	7.536,40	0,00	0,00	29.277,18	-21.740,78
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
2999 Reserva de Contigência	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
90000000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99000000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99990000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	11.801.425,00	174.747,36	0,00	0,00	11.976.172,36	1.144.247,57	1.144.247,57	0,00	10.831.924,79	944.217,18	200.030,39

CPL Informática.

Pág. 015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.732.025,00	156.000,00	0,00	0,00	8.888.025,00	991.930,09	991.930,09	0,00	7.896.094,91	741.482,23	250.447,86
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.674.888,00	0,00	0,00	0,00	4.674.888,00	376.713,33	376.713,33	0,00	4.298.174,67	378.274,53	-1.561,20
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	0,00	0,00	0,00	1.488,00	134,40	-134,40
31711199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,80	-100,80
31711399	* " 000000 outras obrigações pa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,60	-33,60
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.673.400,00	0,00	0,00	0,00	4.673.400,00	376.713,33	376.713,33	0,00	4.296.686,67	378.140,13	-1.426,80
31900101	* " 000000 proventos pessoal ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.930,26	14.930,26	0,00	0,00	14.930,26	0,00
31900301	* " 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	0,00
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.903,39	27.903,39	0,00	0,00	27.149,50	753,89
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,36	1.480,36	0,00	0,00	1.404,18	76,18
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.917,77	177.917,77	0,00	0,00	179.513,43	-1.595,66
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.478,14	35.478,14	0,00	0,00	35.753,24	-275,10
31901133	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.899,97	17.899,97	0,00	0,00	17.920,61	-20,64
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,89	-57,89
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,73	-150,73
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.398,21	2.398,21	0,00	0,00	2.417,50	-19,29
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.917,19	26.917,19	0,00	0,00	27.054,75	-137,56
31901301	* " 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,53	89,53	0,00	0,00	89,53	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.749,27	69.749,27	0,00	0,00	69.749,27	0,00
31909115	* " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.791,34	21.791,34	0,00	78.208,66	50.351,43	-28.560,09
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.791,34	21.791,34	0,00	78.208,66	50.351,43	-28.560,09
32902102	* " 000000 juros da dívida cont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.363,37	5.363,37	0,00	0,00	11.979,52	-6.616,15
32902202	* " 000000 outros encargos da d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.427,97	16.427,97	0,00	0,00	38.371,91	-21.943,94
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.957.137,00	156.000,00	0,00	0,00	4.113.137,00	593.425,42	593.425,42	0,00	3.519.711,58	312.856,27	280.569,15
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	9.136,28	9.136,28	0,00	200.863,72	17.090,14	-7.953,86
33504101	* " 000000 despesa com manutenç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.136,28	6.136,28	0,00	0,00	6.136,28	0,00
33504102	* " 000000 despesa com manutenç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.953,86	-7.953,86
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	0,00	0,00	0,00	855,00	67,20	-67,20
33713999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,20	-67,20
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.741.057,00	156.000,00	0,00	0,00	3.897.057,00	584.289,14	584.289,14	0,00	3.312.767,86	295.698,93	288.590,21
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0122 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0158 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0160 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.103,99	3.103,99	0,00	0,00	3.103,99	0,00
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286,00	286,00	0,00	0,00	1.657,00	-1.371,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.025,84	10.025,84	0,00	0,00	1.438,28	8.587,56
33903014	* " 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.822,70	6.822,70	0,00	0,00	1.440,00	5.382,70
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.965,78	16.965,78	0,00	0,00	0,00	16.965,78
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.712,50	1.712,50	0,00	0,00	164,00	1.548,50
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.670,02	15.670,02	0,00	0,00	0,00	15.670,02

CPL Informática.

Pág. 016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903023	* "	000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	805,00	805,00	0,00	0,00	805,00
33903024	* "	000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	11.968,81	11.968,81	0,00	0,00	-4.036,49
33903025	* "	000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	356,20	356,20	0,00	0,00	-433,96
33903026	* "	000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	17.825,56	17.825,56	0,00	0,00	17.694,56
33903028	* "	000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	299,41	299,41	0,00	0,00	299,41
33903029	* "	000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* "	000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* "	000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	11.383,51	11.383,51	0,00	0,00	-2.091,14
33903039	* "	000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	34.603,66	34.603,66	0,00	0,00	22.297,62
33903042	* "	000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	213,50	213,50	0,00	0,00	213,50
33903044	* "	000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	156,00	156,00	0,00	0,00	-4.594,00
33903046	* "	000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	2.754,00	2.754,00	0,00	0,00	2.754,00
33903096	* "	000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,01	-140,01
33903099	* "	000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	6.589,24	6.589,24	0,00	0,00	4.829,24
33903203	* "	000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	16.319,10	16.319,10	0,00	0,00	16.319,10
33903299	* "	000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	36.899,87	36.899,87	0,00	0,00	22.077,41
33903607	* "	000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	7.433,00	7.433,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* "	000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	-1.800,00
33903622	* "	000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	70,00	0,00	0,00	70,00
33903639	* "	000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00	250,00
33903645	* "	000000 jetons a conselheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	451,10
33903696	* "	000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.035,00	-2.035,00
33903699	* "	000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	286,90
33903901	* "	000000 assinatura de períod	0,00	0,00	0,00	0,00	375,00	375,00	0,00	0,00	375,00
33903905	* "	000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	10.057,50	10.057,50	0,00	0,00	1.037,50
33903910	* "	000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
33903911	* "	000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	21.355,92	21.355,92	0,00	0,00	21.355,92
33903912	* "	000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	3.150,00
33903914	* "	000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	800,00
33903916	* "	000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	6.967,30	6.967,30	0,00	0,00	607,55
33903917	* "	000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	625,00	625,00	0,00	0,00	475,00
33903919	* "	000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	46.649,90	46.649,90	0,00	0,00	42.256,40
33903920	* "	000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00
33903923	* "	000000 festividades e homen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	-7.000,00
33903926	* "	000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	99.474,46	99.474,46	0,00	0,00	59.905,13
33903935	* "	000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	276,66	276,66	0,00	0,00	0,00
33903936	* "	000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* "	000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	26.026,30	26.026,30	0,00	0,00	-12.247,36
33903944	* "	000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.979,07	-5.979,07
33903947	* "	000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	7.021,00	7.021,00	0,00	0,00	1.901,00
33903949	* "	000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	340,00	0,00	0,00	-130,00
33903950	* "	000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	1.930,00	1.930,00	0,00	0,00	1.130,00
33903957	* "	000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* "	000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.345,84
33903959	* "	000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	3.204,00	3.204,00	0,00	0,00	3.204,00
33903963	* "	000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	3.859,00	3.859,00	0,00	0,00	1.370,00
33903969	* "	000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	2.948,68	2.948,68	0,00	0,00	2.948,68
33903974	* "	000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903977	* "	000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	300,00

CPL Informática.

Pág. 017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de março, Saldos até 31/03/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903978 * " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.384,24	19.384,24	0,00	0,00	3.367,06	16.017,18
33903981 * " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.883,42	-4.883,42
33903983 * " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358,90	1.358,90	0,00	0,00	0,00	1.358,90
33903999 * " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.414,69	36.414,69	0,00	0,00	19.563,53	16.851,16
33904710 * " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338,72	1.338,72	0,00	0,00	888,72	450,00
33904712 * " 000000 contribuição para o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.465,44	18.465,44	0,00	0,00	18.465,44	0,00
33904801 * " 000000 auxilio financeiro a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
33909102 * " 000000 precatórios incluído	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.855,74	40.855,74	0,00	0,00	40.855,74	0,00
33909115 * " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909247 * " 000000 obrigações tributári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	240,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	3.054.400,00	18.747,36	0,00	0,00	3.073.147,36	152.317,48	152.317,48	0,00	2.920.829,88	202.734,95	-50.417,47
44000000 INVESTIMENTOS	2.954.400,00	18.747,36	0,00	0,00	2.973.147,36	131.171,61	131.171,61	0,00	2.841.975,75	156.975,99	-25.804,38
44710000 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	22,40	-22,40
44715299 * " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,40	-22,40
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	2.954.200,00	18.747,36	0,00	0,00	2.972.947,36	131.171,61	131.171,61	0,00	2.841.775,75	156.953,59	-25.781,98
44900000 * 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 * 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 * 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191 * " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.661,80	27.661,80	0,00	0,00	26.698,75	963,05
44905191 * " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00
44905193 * " 000000 benfeitorias em prop	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199 * " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.213,81	83.213,81	0,00	0,00	97.684,84	-14.471,03
44905210 * " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224 * " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905228 * " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780,00	1.780,00	0,00	0,00	0,00	1.780,00
44905230 * " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552,00	552,00	0,00	0,00	0,00	552,00
44905233 * " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630,00	-630,00
44905234 * " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	-90,00
44905235 * " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.464,00	4.464,00	0,00	0,00	3.900,00	564,00
44905240 * " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.450,00	-14.450,00
44905242 * " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257 * " 000000 acessórios para auto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46000000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.145,87	21.145,87	0,00	78.854,13	45.758,96	-24.613,09
46900000 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	21.145,87	21.145,87	0,00	78.854,13	45.758,96	-24.613,09
46907102 * " 000000 amortização da dívid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.145,87	21.145,87	0,00	0,00	45.758,96	-24.613,09
90000000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99000000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99900000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	11.801.425,00	174.747,36	0,00	0,00	11.976.172,36	1.144.247,57	1.144.247,57	0,00	10.831.924,79	944.217,18	200.030,39
						Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	944.217,18	

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Receita-FIA - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	1.600,00	1.399,51	1.399,51		200,49
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.600,00	1.399,51	1.399,51		200,49
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.600,00	1.399,51	1.399,51		200,49
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	1.397,65	1.397,65	1.397,65	
12100000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	1.397,65	1.397,65	1.397,65	
12103800	CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P	0,00	1.397,65	1.397,65	1.397,65	
12103801 0100 000000	Receita dos Principal Contribuicoe	0,00	1.397,65	1.397,65	1.397,65	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1,86	1,86	1,86	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1,86	1,86	1,86	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	1,86	1,86	1,86	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	0,00	0,00		1.600,00
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	600,00	0,00	0,00		600,00
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	600,00	0,00	0,00		600,00
19119900 0100 000000	Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	0,00	0,00		600,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199900	OUTRAS MULTAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199901 0100 000000	Multas de Infracao da Lei "eca"	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31000001	0100 000000 Inss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000002	0100 000000 Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003	0100 000000 Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31000004	0100 000000 Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	1.600,00	1.399,51	1.399,51
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.600,00	1.399,51	1.399,51
TOTAL GERAL	1.600,00	1.399,51	1.399,51

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Receita-FMAS - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	158.400,00	22.073,99	22.073,99		136.326,01
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	158.400,00	21.974,99	21.974,99		136.425,01
10000000	RECEITAS CORRENTES	158.400,00	21.974,99	21.974,99		136.425,01
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000 0100 000000	Imposto Sobre Patrimonio e a Renda	0,00	0,00	0,00		0,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	3,18	3,18	3,18	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	3,18	3,18	3,18	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	3,18	3,18	3,18	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	158.400,00	21.971,81	21.971,81		136.428,19
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	158.400,00	21.971,81	21.971,81		136.428,19
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	158.400,00	21.971,81	21.971,81		136.428,19
17213400	TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL AS	158.400,00	21.971,81	21.971,81		136.428,19
17213401 0147 000003	Api - Programa de Atencao a Pessoa	0,00	0,00	0,00		0,00
17213402 0149 000000	Ppd - Atencao a Pessoas Portadoras	4.200,00	340,56	340,56		3.859,44
17213403 0148 000000	Pac - Apoio a Crianca de 0 a 6 Ano	28.200,00	1.000,00	1.000,00		27.200,00
17213404 0150 000000	Peti - Programa de Erradicacao do	50.000,00	4.500,00	4.500,00		45.500,00
17213405 0163 000000	Programa Bolsa Familia	50.000,00	9.000,00	9.000,00		41.000,00
17213406 0152 000000	Bpc - Beneficio de Prestacao Conti	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
17213407 0152 000000	Igd - Indice de Gestao descentrali	12.500,00	1.375,00	1.375,00		11.125,00
17213408 0152 000000	Convenio Pro-jovem Adolescente	12.000,00	1.256,25	1.256,25		10.743,75
17213499 0152 000000	Outros Programas Sociais	500,00	4.500,00	4.500,00	4.000,00	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000056	Convenio Bolsa Familia/pbfi	0,00	0,00	0,00		0,00
17619913 0124 000000	Convenio Bpc	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	0,00	0,00	0,00		0,00
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	0,00	0,00	0,00		0,00
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0124 000000	Convenio P.b.f. Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0152 000067	Convenio Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00		0,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	99,00	99,00	99,00	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	99,00	99,00	99,00	
31000002	0100 000000 Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009	0100 000000 Inss/empresa	0,00	99,00	99,00	99,00	

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	0,00	3,18	3,18
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	3,18	3,18
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000056Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
47=Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	0,00	0,00
000003Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00
48=Programa de Atenção à Criança PAC	28.200,00	1.000,00	1.000,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	28.200,00	1.000,00	1.000,00
49=Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física PPD	4.200,00	340,56	340,56
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	4.200,00	340,56	340,56
50=Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	50.000,00	4.500,00	4.500,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	50.000,00	4.500,00	4.500,00
52=Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis	26.000,00	7.131,25	7.131,25
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	26.000,00	7.131,25	7.131,25
000067Outros Detalhamentos	0,00	0,00	0,00
63=Bolsa Família	50.000,00	9.000,00	9.000,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	50.000,00	9.000,00	9.000,00
TOTAL GERAL	158.400,00	21.974,99	21.974,99

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Receita-FMS - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	943.740,00	166.447,64	166.447,64		777.292,36
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	943.740,00	95.190,73	95.190,73		848.549,27
10000000	RECEITAS CORRENTES	933.740,00	95.190,73	95.190,73		838.549,27
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	21.000,00	0,00	0,00		21.000,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	0,00	0,00	0,00		0,00
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	0,00	0,00	0,00		0,00
11200000	TAXAS	21.000,00	0,00	0,00		21.000,00
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	14.000,00	0,00	0,00		14.000,00
11211700 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia	14.000,00	0,00	0,00		14.000,00
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.000,00	0,00	0,00		2.000,00
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	1.200,00	327,70	327,70		872,30
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	327,70	327,70		872,30
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.200,00	327,70	327,70		872,30
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	1.200,00	317,78	317,78		882,22
13250106 0102 000000	Rec.rem.dep.banc.rec.vinc.-acoes e	1.200,00	317,78	317,78		882,22
13250200 0100 000000	Rem.depositos de Recursos Nao Vinc	0,00	9,92	9,92	9,92	
16000000	RECEITA DE SERVICOS	99.300,00	800,00	800,00		98.500,00
16000500	SERVICOS DE SAUDE	99.300,00	800,00	800,00		98.500,00
16000501 0112 000000	Servicos Hospitalares	45.800,00	800,00	800,00		45.000,00
16000502 0100 000000	Servicos Hospitalares - Aih	53.500,00	0,00	0,00		53.500,00
16000599 0112 000000	Outros Servicos de Saude	0,00	0,00	0,00		0,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	810.540,00	94.063,03	94.063,03		716.476,97
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	807.540,00	94.063,03	94.063,03		713.476,97
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	807.540,00	94.063,03	94.063,03		713.476,97
17213300	TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SU	807.540,00	94.063,03	94.063,03		713.476,97
17213301 0164 000000	Mpab - Piso de Atencao Basica Fixo	160.700,00	36.261,00	36.261,00		124.439,00
17213302 0170 000000	Mpsf - Programa Saude da Familia	268.800,00	22.400,00	22.400,00		246.400,00
17213303 0170 000000	Mpacs - Agentes Comunitarios de Sa	156.240,00	0,00	0,00		156.240,00
17213304 0170 000000	Mpecd - Epidemiologia e Controle d	17.900,00	0,00	0,00		17.900,00
17213305 0167 000000	Mpfb - Farmacia Basica	50.000,00	10.645,83	10.645,83		39.354,17
17213306 0170 000000	Mpvs - Vigilancia Sanitaria	7.500,00	5.781,08	5.781,08		1.718,92
17213307 0170 000000	Mpsb - Saude Bucal	25.100,00	0,00	0,00		25.100,00
17213308 0170 000000	Mpmac - Acoes Estrategicas	0,00	0,00	0,00		0,00
17213311 0170 000000	Outros Programas Fundo a Fundo	31.300,00	0,00	0,00		31.300,00
17213312 0170 000000	Mpmopl - Vacinacao Poliomielite	0,00	0,00	0,00		0,00
17213313 0123 000000	Programa - Nasf-nucleo Apoio a Sau	70.000,00	15.000,00	15.000,00		55.000,00
17213314 0123 000000	Tfd - Preventivo Pre-natal	0,00	133,65	133,65	133,65	
17213315 0170 000000	Boletim de Producao Ambulatorial -	20.000,00	3.841,47	3.841,47		16.158,53
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17610600 0123 000000	Convenio Hipertensos/diabetes/asma	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17620001 0123 000000	Convenio Vigilancia Epidemiologica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620002 0123 000000	Cartao Sus	0,00	0,00	0,00		0,00
17620003 0123 000010	Convenio Psf	0,00	0,00	0,00		0,00
17620004 0123 000000	Convenio Pacs	0,00	0,00	0,00		0,00
17620005 0123 000000	Convenio Incentivo Saude Bucal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620006 0123 000000	Convenio Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00		0,00
17620007 0123 000000	Convenio Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620008 0123 000000	Boletim Producao Ambulatorial - Bp	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17620009 0123 000000	Programa Siscolo Extrateto	0,00	0,00	0,00		0,00
17620010 0123 000000	Extrateto Sis Pre-natal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620100 0123 000055	Transferencia de Conv. dos Estados	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.700,00	0,00	0,00		1.700,00
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00		0,00
19220000 0100 000000	Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.700,00	0,00	0,00		1.700,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.700,00	0,00	0,00		1.700,00
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22150000 0189 000000	Alienacao de Veiculos	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
24710100 0123 000054	Transf. de Conv. Uniao P/sistema U	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
24729900 0123 000055	Outras Transferencias de Convenio	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	71.256,91	71.256,91	71.256,91	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	71.256,91	71.256,91	71.256,91	
31000001	0101 000000 Inss	0,00	21.721,13	21.721,13	21.721,13	
31000002	0101 000000 Asserv	0,00	1.382,41	1.382,41	1.382,41	
31000003	0101 000000 Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	334,30	334,30	334,30	
31000004	0101 000000 Assistencia Medica Unimed	0,00	2.128,06	2.128,06	2.128,06	
31000005	0101 000000 Emprestimo Cef	0,00	2.106,07	2.106,07	2.106,07	
31000006	0101 000000 Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000007	0101 000000 Pensao Alimenticia	0,00	436,00	436,00	436,00	
31000008	0101 000000 Inss/empresa	0,00	33,00	33,00	33,00	
31000009	0101 000000 Deducao Cfe Autorizacao	0,00	0,00	0,00		0,00
31000010	0101 000000 Irrf / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31000011	0101 000000 Emprestimo B. Brasil	0,00	1.745,65	1.745,65	1.745,65	
31000012	0100 000000 Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	16.773,20	16.773,20	16.773,20	
31000013	0100 000000 Iss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014	0100 000000 Desconto Masterfarma	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015	0100 000000 Desconto Sindicato	0,00	444,76	444,76	444,76	
31000016	0100 000000 Emprest Consig Bv Financeira	0,00	23.399,55	23.399,55	23.399,55	
31000017	0100 000000 Boletim de Proced. Ambulatorial-fu	0,00	752,78	752,78	752,78	
31000018	0000 000000 Multa de Transito	0,00	0,00	0,00		0,00
31000019	0000 000000 Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	76.200,00	9,92	9,92
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	76.200,00	9,92	9,92
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	1.200,00	317,78	317,78
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.200,00	317,78	317,78
12=Serviços de Saúde	45.800,00	800,00	800,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	45.800,00	800,00	800,00
23=Transferências de Convênios Saúde	83.000,00	15.133,65	15.133,65
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	70.000,00	15.133,65	15.133,65
000010Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	0,00
000054Transferência de Convênios da União	5.000,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	8.000,00	0,00	0,00
64=Atenção Básica	160.700,00	36.261,00	36.261,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	160.700,00	36.261,00	36.261,00
67=Assistencia Farmacêutica Básica	50.000,00	10.645,83	10.645,83
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	50.000,00	10.645,83	10.645,83
70=Gestão do SUS	526.840,00	32.022,55	32.022,55
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	526.840,00	32.022,55	32.022,55
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	943.740,00	95.190,73	95.190,73

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Receita-FUNREBOM - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	68.900,00	38.849,59	38.849,59		30.050,41
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	68.900,00	38.849,59	38.849,59		30.050,41
10000000	RECEITAS CORRENTES	68.900,00	38.849,59	38.849,59		30.050,41
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	67.900,00	37.235,19	37.235,19		30.664,81
11200000	TAXAS	67.900,00	37.235,19	37.235,19		30.664,81
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	67.900,00	37.235,19	37.235,19		30.664,81
11220800 0100 000000	Taxa de Seguranca Contra Sinistros	25.000,00	19.714,05	19.714,05		5.285,95
11220900 0100 000000	Taxa de Exames de Projetos P/seg.	2.500,00	420,57	420,57		2.079,43
11221000 0100 000000	Taxa de Servicos Gerais	400,00	561,59	561,59	161,59	
11221100 0100 000000	Taxa de Vistoria de Seg. Contra Si	40.000,00	15.786,20	15.786,20		24.213,80
11229900	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERV	0,00	752,78	752,78	752,78	
11229905 0100 000000	Taxa Atend Emergenc/populacao	0,00	752,78	752,78	752,78	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	84,93	84,93	84,93	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	84,93	84,93	84,93	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	84,93	84,93	84,93	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	29,47	29,47		970,53
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	29,47	29,47	29,47	
19110000 0100 000000	Multas e Juros de Mora dos Tributo	0,00	29,47	29,47	29,47	
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00		0,00
19320000 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
24720000 0124 000055	Transferencias de Convenios dos Es	0,00	0,00	0,00		0,00
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
25900000 0124 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31001000	0100 000000 Inss / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31002000	0100 000000 Irrf / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31003000	0100 000000 Irrf S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31004000	0100 000000 Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	68.900,00	37.349,59	37.349,59
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	68.900,00	37.349,59	37.349,59
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	1.500,00	1.500,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	1.500,00	1.500,00
000055Transferência de Convênios do Estado	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	68.900,00	38.849,59	38.849,59

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatorio da Contabilidade Publica Comparativo da Receita-PMC - Março 2011

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	15.801.600,00	1.836.756,52	1.836.756,52		13.964.843,48
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.801.600,00	1.764.191,00	1.764.191,00		14.037.409,00
10000000	RECEITAS CORRENTES	14.171.600,00	1.764.191,00	1.764.191,00		12.407.409,00
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	1.367.600,00	652.394,37	652.394,37		715.205,63
11100000	IMPOSTOS	1.145.800,00	537.202,89	537.202,89		608.597,11
11110000	IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00		0,00
11110100 0100 000000	Imposto Sobre a Importacao	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	587.200,00	476.219,38	476.219,38		110.980,62
11120200	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL	430.000,00	459.018,11	459.018,11	29.018,11	
11120200 0100 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	258.000,00	275.410,87	275.410,87	17.410,87	
11120200 0101 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	107.500,00	114.754,53	114.754,53	7.254,53	
11120200 0102 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	64.500,00	68.852,71	68.852,71	4.352,71	
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	87.200,00	6.213,30	6.213,30		80.986,70
11120431	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ R	82.000,00	6.213,30	6.213,30		75.786,70
11120431 0100 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	49.200,00	3.727,99	3.727,99		45.472,01
11120431 0101 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	20.500,00	1.553,34	1.553,34		18.946,66
11120431 0102 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	12.300,00	931,97	931,97		11.368,03
11120434	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ O	5.200,00	0,00	0,00		5.200,00
11120434 0100 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	3.120,00	0,00	0,00		3.120,00
11120434 0101 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	1.300,00	0,00	0,00		1.300,00
11120434 0102 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	780,00	0,00	0,00		780,00
11120800	IMP.S/TRANSM.INTERV.BENS IMOV.E DIR	70.000,00	10.987,97	10.987,97		59.012,03
11120800 0100 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	42.000,00	6.592,78	6.592,78		35.407,22
11120800 0101 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	17.500,00	2.747,00	2.747,00		14.753,00
11120800 0102 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	10.500,00	1.648,19	1.648,19		8.851,81
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCUL	558.600,00	60.983,51	60.983,51		497.616,49
11130500	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER	558.600,00	60.983,51	60.983,51		497.616,49
11130501 0100 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	335.160,00	36.590,14	36.590,14		298.569,86
11130501 0101 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	139.650,00	15.245,95	15.245,95		124.404,05
11130501 0102 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	83.790,00	9.147,42	9.147,42		74.642,58
11200000	TAXAS	158.800,00	114.770,79	114.770,79		44.029,21
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	102.400,00	97.158,35	97.158,35		5.241,65
11211700 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia	0,00	22.633,98	22.633,98	22.633,98	
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	37.400,00	28.869,61	28.869,61		8.530,39
11212500 0100 000000	Taxa de Licenca P/func.de Estabele	50.000,00	43.243,69	43.243,69		6.756,31
11213200 0100 000000	Taxa de Aprovacao do Projeto de Co	15.000,00	2.411,07	2.411,07		12.588,93
11213300 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao Sanitaria	0,00	0,00	0,00		0,00
11219900 0100 000000	Outras Taxas Pelo Exercicio de Pod	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	56.400,00	17.612,44	17.612,44		38.787,56
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.600,00	0,00	0,00		2.600,00
11229000 0100 000000	Taxa de Limpeza Publica	27.500,00	15.942,94	15.942,94		11.557,06
11229200 0100 000000	Taxa de Embarque Terminal Rodoviar	20.000,00	1.669,50	1.669,50		18.330,50
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	6.300,00	0,00	0,00		6.300,00
11300000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	63.000,00	420,69	420,69		62.579,31
11300400 0100 000000	Contribuicao de Melhoria P/ Pavime	63.000,00	420,69	420,69		62.579,31
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	404.800,00	30.353,35	30.353,35		374.446,65
12200000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	404.800,00	30.353,35	30.353,35		374.446,65
12202900 0117 000000	Contrib. P/custeio de Servico de I	404.800,00	30.353,35	30.353,35		374.446,65
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	54.020,00	6.356,52	6.356,52		47.663,48
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	22.600,00	4.499,78	4.499,78		18.100,22
13110000	ALUGUEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
13119900 0100 000000	Outras Receitas de Alugueis	0,00	0,00	0,00		0,00
13190000 0100 000000	Outras Receitas Imobiliarias	22.600,00	4.499,78	4.499,78		18.100,22
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	31.420,00	1.856,74	1.856,74		29.563,26

CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	31.420,00	1.856,74	1.856,74		29.563,26
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	16.820,00	626,93	626,93		16.193,07
13250102	REC.REM. DEP.BANC.DE REC.VINC.-FUND	15.500,00	195,76	195,76		15.304,24
13250102 0100 000037	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	6.200,00	78,30	78,30		6.121,70
13250102 0118 000036	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	9.300,00	117,46	117,46		9.182,54
13250109 0116 000000	Receita Rem.dep.bancarios Rec.vinc	120,00	0,00	0,00		120,00
13250199 0101 000000	Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re	1.200,00	431,17	431,17		768,83
13250200	REM.DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCU	14.600,00	1.229,81	1.229,81		13.370,19
13250299 0100 000000	Remuneracao Outros depositos de Re	14.600,00	1.229,81	1.229,81		13.370,19
14000000	RECEITA AGROPECUARIA	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
14100000 0100 000000	Receita da Producao Vegetal	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
16000000	RECEITA DE SERVICOS	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
16004500 0100 000000	Serv. de Preparacao da Terra Em Pr	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.138.640,00	1.031.740,50	1.031.740,50		11.106.899,50
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.933.640,00	991.430,70	991.430,70		10.942.209,30
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.134.320,00	275.301,26	275.301,26		3.859.018,74
17210100	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	3.597.360,00	244.198,99	244.198,99		3.353.161,01
17210102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	4.490.000,00	305.238,64	305.238,64		4.184.761,36
17210102 0100 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	2.694.000,00	183.143,19	183.143,19		2.510.856,81
17210102 0101 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	1.122.500,00	76.309,67	76.309,67		1.046.190,33
17210102 0102 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	673.500,00	45.785,78	45.785,78		627.714,22
97210102 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-898.000,00	-61.047,70	-61.047,70	836.952,30	
17210105	COTA-PARTE DO IMPOSTO S/A PROPRIEDA	6.700,00	10,06	10,06		6.689,94
17210105 0100 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	4.020,00	6,04	6,04		4.013,96
17210105 0101 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.675,00	2,52	2,52		1.672,48
17210105 0102 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.005,00	1,50	1,50		1.003,50
97210105 0100 000000	Deducao da Receita Para Formacao d	-1.340,00	-2,01	-2,01	1.337,99	
17210900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	86.100,00	4.871,60	4.871,60		81.228,40
17210905 0100 000000	Cota Parte do Fundo Especial Lei 7	0,00	4.871,60	4.871,60	4.871,60	
17210906 0124 000000	Fex - Aux. Finac. P/fomento e Expo	0,00	0,00	0,00		0,00
17210999 0100 000000	Demais Transferencias da Uniao	86.100,00	0,00	0,00		86.100,00
17212200	TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	61.000,00	0,00	0,00		61.000,00
17212270 0100 000000	Cota-parte do Fundo Especial do Pe	61.000,00	0,00	0,00		61.000,00
17213500	TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUC	355.300,00	23.626,57	23.626,57		331.673,43
17213501 0158 000000	Transferencia do Salario-educacao	201.500,00	17.584,57	17.584,57		183.915,43
17213503 0160 000000	Transf.direta do Fn de Ref.prog. Na	53.300,00	6.042,00	6.042,00		47.258,00
17213504 0161 000000	Transf Diretas Fn de Referente Pnat	100.000,00	0,00	0,00		100.000,00
17213599 0100 000000	Outras Transf.diretas Fundo Nac. d	500,00	0,00	0,00		500,00
17213600	TRANSFERENCIA FINANC DO ICMS-DESON.	43.200,00	3.255,12	3.255,12		39.944,88
17213600 0100 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	25.920,00	1.953,07	1.953,07		23.966,93
17213600 0101 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	10.800,00	813,78	813,78		9.986,22
17213600 0102 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	6.480,00	488,27	488,27		5.991,73
97213600 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-8.640,00	-651,02	-651,02	7.988,98	
17220000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	5.629.320,00	528.113,76	528.113,76		5.101.206,24
17220100	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	5.629.320,00	528.113,76	528.113,76		5.101.206,24
17220101	COTA-PARTE DO ICMS	6.204.500,00	575.247,84	575.247,84		5.629.252,16
17220101 0100 000000	Cota-parte do Icms	3.722.700,00	345.148,70	345.148,70		3.377.551,30
17220101 0101 000000	Cota-parte do Icms	1.551.125,00	143.811,99	143.811,99		1.407.313,01
17220101 0102 000000	Cota-parte do Icms	930.675,00	86.287,15	86.287,15		844.387,85
97220101 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-1.240.900,00	-115.049,49	-115.049,49	1.125.850,51	
17220102	COTA-PARTE DO IPVA	640.000,00	76.219,23	76.219,23		563.780,77
17220102 0100 000000	Cota-parte do Ipva	384.000,00	45.731,56	45.731,56		338.268,44
17220102 0101 000000	Cota-parte do Ipva	160.000,00	19.054,84	19.054,84		140.945,16
17220102 0102 000000	Cota-parte do Ipva	96.000,00	11.432,83	11.432,83		84.567,17



CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
97220102	0100 000000 Deducoes da Receita Para Formacao	-128.000,00	-15.243,79	-15.243,79	112.756,21	
17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	155.400,00	8.674,97	8.674,97		146.725,03
17220104	0100 000000 Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	93.240,00	5.204,98	5.204,98		88.035,02
17220104	0101 000000 Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	38.850,00	2.168,75	2.168,75		36.681,25
17220104	0102 000000 Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	23.310,00	1.301,24	1.301,24		22.008,76
97220104	0100 000000 Deducao de Receita Para Formacao F	-31.080,00	-1.735,00	-1.735,00	29.345,00	
17220113	0116 000000 Cota Parte da Cont. Interv.dom.eco	29.400,00	0,00	0,00		29.400,00
17240000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.170.000,00	188.015,68	188.015,68		1.981.984,32
17240100	TRANSF.REC.FUNDO MANUT.DESENV.ENS.F	2.170.000,00	188.015,68	188.015,68		1.981.984,32
17240101	0118 000000 Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	1.302.000,00	112.809,41	112.809,41		1.189.190,59
17240102	0119 000000 Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	868.000,00	75.206,27	75.206,27		792.793,73
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	205.000,00	40.309,80	40.309,80		164.690,20
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619903	0124 000000 Convenio Merenda Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904	0124 000000 Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905	0124 000000 Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906	0124 000000 Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907	0124 000000 Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619908	0124 000000 Convenio Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17619909	0124 000000 Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619910	0124 000000 Conv. Bpc - Assist. Social	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911	0124 000000 Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912	0124 000000 Merenda Escolar/pnac Patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	205.000,00	40.309,80	40.309,80		164.690,20
17620200	0122 000055 Transf. de Convenios dos Estados d	140.000,00	29.227,56	29.227,56		110.772,44
17620299	0124 000067 Repasse Convenio Casan	60.000,00	11.082,24	11.082,24		48.917,76
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
17629904	0124 000000 Convenio Sisvan	0,00	0,00	0,00		0,00
17629911	0124 000000 Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629912	0124 000000 Convenio Funturismo	0,00	0,00	0,00		0,00
17629913	0124 000000 Reconstrucao de Rodovias	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914	0124 000000 Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915	0224 000000 Convenio Conservacao Rodovias Esta	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916	0124 000055 Convenio Recuperacao de Estradas V	0,00	0,00	0,00		0,00
17629917	0224 000055 Convenio Estiagem	0,00	0,00	0,00		0,00
17629999	0124 000055 Outras Transf Convenios Estado	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	196.540,00	13.346,26	13.346,26		183.193,74
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	57.200,00	4.458,62	4.458,62		52.741,38
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	19.200,00	839,88	839,88		18.360,12
19113500	0100 000000 Multas e Juros de Mora da Taxa de	600,00	0,00	0,00		600,00
19113800	MULTAS/JUROS DE MORA DO IMP.S/PROPR	9.000,00	772,15	772,15		8.227,85
19113800	0100 000000 Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	5.400,00	463,30	463,30		4.936,70
19113800	0101 000000 Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	2.250,00	193,07	193,07		2.056,93
19113800	0102 000000 Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	1.350,00	115,78	115,78		1.234,22
19114000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S	9.000,00	13,65	13,65		8.986,35
19114000	0100 000000 Multas e Juros de Mora do Imposto	5.400,00	8,19	8,19		5.391,81
19114000	0101 000000 Multas e Juros de Mora do Imposto	2.250,00	3,41	3,41		2.246,59
19114000	0102 000000 Multas e Juros de Mora do Imposto	1.350,00	2,05	2,05		1.347,95
19119900	0100 000000 Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	54,08	54,08		545,92
19130000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	3.600,00	2.135,81	2.135,81		1.464,19
19131100	MULTAS/JUROS MORA DIVIDA ATIVA DO I	1.200,00	1.194,83	1.194,83		5,17
19131100	0100 000000 Multas/juros Mora Divida Ativa do	720,00	716,89	716,89		3,11
19131100	0101 000000 Multas/juros Mora Divida Ativa do	300,00	298,71	298,71		1,29

CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
19131100 0102 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	180,00	179,23	179,23		0,77
19131300	MULTAS/JUROS MORA DIV ATIV IMP.S/ S	1.200,00	21,77	21,77		1.178,23
19131300 0100 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	720,00	13,06	13,06		706,94
19131300 0101 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	300,00	5,44	5,44		294,56
19131300 0102 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	180,00	3,27	3,27		176,73
19139900 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa de	1.200,00	919,21	919,21		280,79
19150000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19159900 0100 000000	Outras Multas/jrs de Mora da Divid	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	33.200,00	1.482,93	1.482,93		31.717,07
19191500 0100 000000	Multas Previstas Na Legislacao de	32.600,00	1.482,93	1.482,93		31.117,07
19199900 0100 000000	Outras Multas	600,00	0,00	0,00		600,00
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	88.000,00	0,00	0,00		88.000,00
19220000	RESTITUICOES	88.000,00	0,00	0,00		88.000,00
19229900 0100 000000	Outras Restituicoes	88.000,00	0,00	0,00		88.000,00
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	42.120,00	8.295,43	8.295,43		33.824,57
19310000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	42.000,00	8.295,43	8.295,43		33.704,57
19311100	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TE	18.000,00	5.494,84	5.494,84		12.505,16
19311100 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	10.800,00	3.296,90	3.296,90		7.503,10
19311100 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	4.500,00	1.373,73	1.373,73		3.126,27
19311100 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	2.700,00	824,21	824,21		1.875,79
19311300	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. S/ SERVIC	18.000,00	121,93	121,93		17.878,07
19311300 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	10.800,00	73,16	73,16		10.726,84
19311300 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	4.500,00	30,48	30,48		4.469,52
19311300 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	2.700,00	18,29	18,29		2.681,71
19319900 0100 000000	Receita da Divida Ativa de Outros	6.000,00	2.678,66	2.678,66		3.321,34
19320000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTA	120,00	0,00	0,00		120,00
19329900 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	120,00	0,00	0,00		120,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	9.220,00	592,21	592,21		8.627,79
19909900 0100 000000	Outras Receitas	9.220,00	592,21	592,21		8.627,79
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.630.000,00	0,00	0,00		1.630.000,00
21000000	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00		0,00
21100000 0183 000000	Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
22150000	ALIENACAO DE VEICULOS	20.000,00	0,00	0,00		20.000,00
22150100 0189 000000	Alienacao de Veiculos	20.000,00	0,00	0,00		20.000,00
22150200 0188 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22150300 0187 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22160000	ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160100 0189 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160200 0188 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22160300 0187 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22170000	ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170100 0189 000000	Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170200 0188 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22170300 0187 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22200000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22250000 0189 000000	Alienacao de Imoveis Urbanos	0,00	0,00	0,00		0,00
23000000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00
23009900 0100 000000	Amortizacoes de Financiamentos Div	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	0,00	0,00		1.600.000,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24220000	TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00		0,00
24229900 0124 000000	Outras Transferencias dos Estados	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.600.000,00	0,00	0,00		1.600.000,00
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	800.000,00	0,00	0,00		800.000,00
24719900 0124 000054	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	0,00	0,00		800.000,00
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	800.000,00	0,00	0,00		800.000,00
24729900 0124 000055	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	0,00	0,00		800.000,00
24729901 0124 000067	Repasse Convenio Casan	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	72.565,52	72.565,52	72.565,52	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	72.565,52	72.565,52	72.565,52	
31000001	0100 000000 Inss	0,00	26.735,04	26.735,04	26.735,04	
31000002	0100 000000 Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003	0100 000000 Asserv	0,00	4.553,78	4.553,78	4.553,78	
31000004	0100 000000 Assistencia Medica Unimed	0,00	5.058,96	5.058,96	5.058,96	
31000005	0100 000000 Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	815,25	815,25	815,25	
31000006	0100 000000 Emprestimo Cef	0,00	5.919,01	5.919,01	5.919,01	
31000007	0100 000000 Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000008	0100 000000 Mensalidade Udesc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009	0100 000000 Inss/empresa	0,00	0,00	0,00		0,00
31000010	0100 000000 Pensao Alimenticia	0,00	1.139,05	1.139,05	1.139,05	
31000011	0100 000000 Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
31000012	0100 000000 Convenio Cidadania	0,00	0,00	0,00		0,00
31000013	0100 000000 Contribuicao Pasep	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014	0100 000000 Convenio Peti	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015	0100 000000 Emprestimo B. Brasil	0,00	5.911,10	5.911,10	5.911,10	
31000016	0100 000000 Desconto Masterfarma	0,00	125,74	125,74	125,74	
31000017	0100 000000 Desconto Sindicato	0,00	575,84	575,84	575,84	
31000018	0100 000000 Emprest Consignacao Bv Financeira	0,00	19.286,60	19.286,60	19.286,60	
31000019	0000 000000 Multa de Transito	0,00	167,58	167,58	167,58	
31000020	0000 000000 Restituicoes	0,00	2.277,57	2.277,57	2.277,57	
31001900	0000 000000 Emprestimo Carlos F. Rodrigues	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	5.900.180,00	875.949,87	875.949,87
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.893.980,00	875.871,57	875.871,57
000037Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB-(Aplic	6.200,00	78,30	78,30
01=Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Ed	3.186.700,00	378.798,38	378.798,38
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	3.186.700,00	378.798,38	378.798,38
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	1.911.300,00	227.019,89	227.019,89
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.911.300,00	227.019,89	227.019,89
16=Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CI	29.520,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	29.520,00	0,00	0,00
17=Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumina	404.800,00	30.353,35	30.353,35
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	404.800,00	30.353,35	30.353,35
18=Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof.	1.311.300,00	112.926,87	112.926,87
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.302.000,00	112.809,41	112.809,41
000036Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB-(Aplic	9.300,00	117,46	117,46
19=Transferências FUNDEB (Aplicação em Out.despesas da	868.000,00	75.206,27	75.206,27
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	868.000,00	75.206,27	75.206,27
22=Transferências de Convênios Educação	140.000,00	29.227,56	29.227,56
000055Transferência de Convênios do Estado	140.000,00	29.227,56	29.227,56
24=Transferências de Convênios Outros	1.665.000,00	11.082,24	11.082,24
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000054Transferência de Convênios da União	800.000,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	805.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	60.000,00	11.082,24	11.082,24
58=Salário Educação	201.500,00	17.584,57	17.584,57
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	201.500,00	17.584,57	17.584,57
60=Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	53.300,00	6.042,00	6.042,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	53.300,00	6.042,00	6.042,00

CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/03/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

61=Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PN	100.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	100.000,00	0,00	0,00
83=Operações de Crédito Internas Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
87=Alienações de Bens destinados a Programas da Educação	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
88=Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	30.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	15.801.600,00	1.764.191,00	1.764.191,00

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 239/2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 239/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MARIA DA SILVA SEBOLD; pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico, de 28.04.2011 a 12.05.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 28.04.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 240/2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 240/2011

- CONSIDERANDO a disposições do Edital nº 01/2011, para ampliação da carga horária dos ocupantes de cargos efetivos de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com o art. 23, § 6º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Ampliar a carga horária da servidora SIRLEY CHIQUEIRO MEDEIROS, matrícula nº 2266/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, nomeada pela Portaria nº. 064/2005, de 20 para 40 horas semanais, a partir de 02.05.2011.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, código 3.3.02, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 241/2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 241/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar gozar férias a Servidora, ZULEIDE DIEL SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, gozar as férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 02.05.2011 à 31.05.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 242/2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 242/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC e Lei Complementar 008 de 23.12.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 216/2011, de 05.04.2011, que Designa ORLI CARLOS PAUL, para responder pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 02.05.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 243/2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 243/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear NIVALDO MOHR, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de agente político, a partir de 02.05.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 244.2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 244/2011

- CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer maior sinergia, no sentido de promover e contribuir para a inclusão digital, visando a inclusão social, fortalecer a cidadania e o desenvolvimento do município;

- CONSIDERANDO o Edital de Processo Seletivo nº. 04/2011/SME-CE.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085, de 30.06.99, e Lei Complementar Nº 006, de 23/12/99,

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário DEBORA SCHMIDT DE SOUZA, para exercer as funções do cargo de Professora de Informática ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 02.05.2011 a 20.12.2011.

Art.2º A servidora perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente a 95 % (noventa e cinco por cento) do nível I, da tabela de vencimentos dos professores efetivos, conforme art. 9º, parágrafo único da Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 245.2011 de 29.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 245/2011

- CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer maior sinergia, no sentido de promover e contribuir para a inclusão digital, visando a inclusão social, fortalecer a cidadania e o desenvolvimento do município;

- CONSIDERANDO o Edital de Processo Seletivo nº. 04/2011/SME-CE.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085, de 30.06.99, e Lei Complementar Nº 006, de 23/12/99,

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário DANIELA KRAUS, para exercer as funções do cargo de Professora de Informática ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 02.05.2011 a 20.12.2011.

Art.2º A servidora perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente a 95 % (noventa e cinco por cento) do nível I, da tabela de vencimentos dos professores efetivos, conforme art. 9º, parágrafo único da Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 29 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Adendo 1 ao Pregão Eletrônico Nº 8/2011 PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 1 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2011 - PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de um veículo tipo automóvel e motocicletas, novos, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital, teve suas especificações alteradas. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços, e a documentação de habilitação fica alterado para 16 de maio de 2011, até às 16:00, e a abertura da licitação, no 17 de maio de 2011 às 14:00.

Informações complementares: o Edital alterado, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3441-2160

Concórdia, SC, 27 de abril de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 10/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato do Senhor Luís Carlos Jarominek, Diretor de Compras, em exercício, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para a contratação em caráter emergencial objetivando transporte escolar de alunos do ensino fundamental para atender as linhas nº 83 e 84, a favor da empresa: ANA MARIA NESPOLO ZANETTI ME, no valor total de R\$ 23.072,43 (vinte e três mil setenta e dois reais e quarenta e três centavos).

Concórdia, SC, 28 de abril de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 11/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou



o ato do Senhor Diógenes Marchesan, Secretário Municipal de Transporte, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para a aquisição e montagem em caráter emergencial de Vigas Pré Moldadas para Ponte na Linha Barra do Luciano no Município de Peritiba com Linha Gomercindo no Município de Concórdia, a favor da empresa: KERBERMIX - SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, no valor total de R\$ 20.975,00 (vinte mil novecentos e setenta e cinco reais).

Concórdia, SC, 29 de abril de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Notificação Convênio -
PCONCÓRDIAFMA SPBFI/CRAS
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMA SPBFI/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 29 de abril de 2011.
MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato 013/2011 FMS

Extrato Nº: 013/2011

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME

Valor : 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

Vigência : Início: 04/04/2011 Término: 31/12/2011

Recursos: Dotação:

Objeto : A LOCADORA obriga-se a prestar serviços de locação de 02 (dois) equipamentos reprográficos - Multifuncional Samsung, modelos SCX 4623 e SCX 4521, com funções de cópia, impressão, fax e scanner.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalia e Daine Hack Piovezan
Cordilheira Alta, 04 de abril de 2011.

Edital de Homologação de Inscrições do PSSI 001/2011

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO INTERNO 001/2011

"EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO INTERNO (PSSI) Nº 001/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Município, divulga o resultado do Processo Seletivo Simplificado Interno (PSSI), objeto do Edital nº 001/2011:

As inscrições homologadas dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado Interno, objeto do Edital 001/2011 são as seguintes:

Professor de Artes/ Habilidades Artísticas e Culturais:

Nº Inscrição	Nº Ordem	Nome do Candidato	Nº CPF
001	01	ANDREIA LANZARINI DI DOMENICO	024.183.379-52
002	02	IVANDRA ROSTIROLLA MULLER	030.887.379-37
003	03	MARILENE SALETE VANAZZI	526.279.189-15

Cordilheira Alta 28 de abril de 2011.
CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Notificação de Recebimento Recursos Federais 25/04/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 25/04/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.190,05
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	7.943,87
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.943,87
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	7.943,87
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.246,18
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	4.246,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.547,71
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.698,47

Notificação de Recebimento Recursos Federais 26/04/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 26/04/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.919,26
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.919,26
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.919,26
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.751,56
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.167,70

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 080, de 25 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 080, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE CONVENIO COM A UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18/11/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de convênios com a União para pavimentação com pedras irregulares, de acordo com o Contrato de Repasse CEF nº. 033996-68/2010, na fonte 01.24.000000 no valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais).

(A) Orçados 2011	(B) Valor do Convênio	(A-B) Provável Excesso
0,00	98.200,00	98.200,00

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais) será utilizado na seguinte programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO			
15.451.0035.1.031 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.24.000000	98.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 25 de abril de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.597/2011

LEI Nº 4.597/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE .

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE, com sede neste município, inscrita no CNPJ n. 72.418.296/0001-76, estabelecida neste município

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em oito parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.375,00 (mil, trezentos e setenta e cinco reais), a partir do mês de abril de 2011 e destinada ao auxílio no custo com o transporte de alunos residentes neste município, matriculados em cursos de nível superior não ofertados no Município de Curitibanos

Art. 3º - O auxílio é destinado ao transporte de estudantes que estejam matriculados em cursos realizados em outros municípios e não oferecidos no município de Curitibanos.

Art. 4º - A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 13 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini brasileira, Prefeito Municipal, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE, com sede neste município, inscrita no CNPJ n. 72.418.296/0001-76, estabelecida neste município, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO como forma de auxílio à entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em oito parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.375,00 (mil, trezentos e setenta e cinco reais), a partir do mês de abril de 2011 e destinada ao auxílio no custo com o transporte de alunos residentes neste município, matriculados em cursos de nível superior não ofertados no Município de Curitibanos.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.597/2011 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo. Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 13 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO

Lei Nº 4.595/2011

LEI Nº 4.595/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde autorizado a firmar convênio com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob n.º 95.991.113/0001-02, objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento do atendimento do hospital local no ano de 2011.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, repassará à Fundação Hospitalar a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinados a auxílio na manutenção do nosocômio, em oito parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 37.500,00 (Trinta e sete mil e quinhentos reais) a partir do mês de abril de 2011.

§ 1º - Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

§ 2º - Os valores repassados incorporam, para todos os fins, a cota orçamentária destinada à manutenção da saúde pública.

§ 3º - A Fundação prestará constas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003.

Art. 3º - O presente convênio iniciar-se-á na data da publicação desta lei com término previsto para 10 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado mediante autorização legislativa.

Art. 4º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à Rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob n.º 95.991.113/0001-02, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos estabelecidos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse das verbas pelo Município à Fundação, para manutenção e funcionamento do atendimento ambulatorial / emergencial da Clínica médica do hospital local.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio, o Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, repassará à Fundação Hospitalar a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinados a auxílio na manutenção do nosocômio, em oito parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 37.500,00 (Trinta e sete mil e quinhentos reais) a partir do mês de abril de 2011.

§ 1.º - Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

§ 2.º - Os valores repassados incorporam, para todos os fins, a cota orçamentária destinada à manutenção da saúde pública.

§ 3.º - A Fundação prestará contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003.

CLÁUSULA TERCEIRA: A FUNDAÇÃO deverá determinar a abertura de conta especial em agência oficial bancária para recebimento dos recursos, encaminhando mensalmente ao MUNICÍPIO a devida e respectiva prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUARTA: O presente convênio terá prazo de doze meses, iniciando-se em 01 de abril de 2011, com término previsto para 10 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA QUINTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal n.º 4.595/2011 poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações aqui previstas, pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da FUNDAÇÃO durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA: O Município, através da Secretaria de Saúde, efetuará o repasse dos recursos até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente convênio.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, 08 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

Lei Nº 4.598/2011

LEI Nº 4.598/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS - APAE.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com a ata do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2011
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS - APAE

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município

à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

CLÁUSULA TERCEIRA : A APAE obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

§ 1º A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º A APAE ficará responsável ainda por obter e apresentar as certidões negativas necessárias.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.598/2011 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de março de 2011 e término em 10 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.598/2011, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 13 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

APAE

Lei Nº 4.599/2011

LEI Nº 4.599/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS - A.D.C.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação Desportiva Curitibanos, inscrita no CNPJ nº 08.582.180/0001-79, para manutenção das atividades da ASSOCIAÇÃO, com a participação da equipe Futsal sub 15 representando oficialmente o Município no Campeonato Catarinense de Futsal Feminino.

Art. 2º - Pelo convênio ora celebrado o Município repassará a Associação beneficiária a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em sete parcelas sendo a primeira no mês de abril de 2011 no valor de R\$ 3.000,00 e mais seis parcelas de R\$ 1.500,00 a partir do mês de maio de 2011.

Art. 3º - Em caso de desclassificação da equipe, o repasse cessará integralmente ou proporcionalmente, no mês seguinte ao da desclassificação.

Art. 4º - Os valores repassados destinam-se ao pagamento das seguintes despesas:

- a) Taxas da Federação
- b) Transporte
- c) Alimentação em viagem
- d) Compra de material esportivo
- e) Alimentação para árbitros, delegados e mesários em jogos disputados em Curitibanos;
- f) Hotel para árbitros, delegados e mesários em jogos disputados em Curitibanos

Art. 4º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações previstas nesta lei e no orçamento vigente.

Art. 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezanove dias do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

LUIZ CESAR ABRAHÃO
Secretário de Esporte e Lazer

TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2011
TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO, com a interveniência da Secretaria Municipal de Esportes de Curitibanos - FMEC, por intermédio de seu titular, doravante denominado de interveniente e de outro lado a Associação Desportiva Curitibanos, inscrita no CNPJ nº 08.582.180/0001-79, neste ato representada por seu presidente resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos estabelecidos a seguir :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à para manutenção das atividades da ASSOCIAÇÃO, com a participação da equipe Futsal sub 15 representando oficialmente o Município no Campeonato Catarinense de

Futsal Feminino..

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio ora celebrado o Município repassará a Associação beneficiária a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em sete parcelas sendo a primeira no mês de abril de 2011 no valor de R\$ 3.000,00 e mais seis parcelas de R\$ 1.500,00 a partir do mês de maio de 2011..

CLÁUSULA TERCEIRA : Os valores repassados destinam-se ao pagamento das seguintes despesas: Taxas da Federação; Transporte;Alimentação em viagem ; compra de material esportivo.

CLÁUSULA QUARTA : Em caso de desclassificação das equipes, ou de uma delas, o repasse cessará, integral ou proporcionalmente, em relação à equipe desclassificada, no mês seguinte ao da desclassificação.

CLÁUSULA QUINTA : A ASSOCIAÇÃO deverá determinara a abertura de conta especial em agência oficial bancária para recebimento dos recursos, encaminhando mensalmente ao MUNICÍPIO a devida e respectiva prestação de contas dos recursos recebidos.

§ 1º : A Prestação de contas deverá obedecer às normas do Manual de prestação de contas de recursos municipais aprovado pelo decreto 3.067/2003.

§ 2º : Somente será liberada a parcela subsequente após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior.

CLÁUSULA SEXTA : O presente convênio terá prazo de nove meses, iniciando-se em 01 de abril de 2011 e vigente até 31 de novembro de 2011,

CLÁUSULA SÉTIMA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.599/2011 poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações aqui previstas, pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da ASSOCIAÇÃO durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, considerando-se também rescindido caso venham ambas as equipes a serem desclassificadas no campeonato antes de findo o prazo do convênio.

CLÁUSULA OITAVA : Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente convênio.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitibanos, 19 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS

Lei Nº 4.600/2011

LEI Nº 4.600/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, inscrita no CNPJ sob nº 03.896.697/0001-19 objetivando o repasse de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento das atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em cinco parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 1.600,00 a partir do mês de abril de 2011 e que serão destinados ao auxílio à manutenção da entidade

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2011
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, inscrita no CNPJ sob nº 03.896.697/0001-19 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA para auxílio à manutenção da entidade

CLÁUSULA SEGUNDA : - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em cinco parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 1.600,00 a partir do mês de abril de 2011 e que serão destinados ao auxílio à manutenção da entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA : A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser

utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4600/2011 terá prazo determinado iniciando-se em abril de 2011 e término em 10 de dezembro de 2011 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 19 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ASS. IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

Lei Nº 4.601/2011

LEI Nº 4.601/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02011065/0001-68 objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento das atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à CRAVI a importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) em sete parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 a partir do mês de abril de 2011 com término previsto para 10 de dezembro de 2011 e que serão destinados ao auxílio à manutenção da entidade.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO N. 05/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A CASA DE RECUPERAÇÃO AGUA DA VIDA - CRAVI

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02011065/0001-68, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à CRAVI para auxílio à manutenção da entidade

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à CRAVI a importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) em sete parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 a partir do mês de abril de 2011 com término previsto para 10 de dezembro de 2011 e que serão destinados ao auxílio à manutenção da entidade..

CLÁUSULA TERCEIRA : A CRAVI obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único: A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.601/2011 terá prazo determinado iniciando-se em abril de 2011 e término em 10 de dezembro de 2011 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 19 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

CRAVI

Decreto Nº 4.019/2011

DECRETO Nº 4.019/2011

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.572/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO F. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3390000000.00.0119 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO F. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4490000000.00.0119 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00.0269 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.100,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3350000000.00.0269 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRAT R\$ 3.100,00

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de março de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta dias de março do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº21/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2011.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, torna público que se encontra aberta licitação, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de refeições (prato pronto), e refeições por quilo (buffet). Os interessados deverão entregar os envelopes da Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, no departamento de compras do Fundo Mun. de Saúde até às 14:00 horas do dia 16/05/2011, a partir deste horário será realizada sessão pública para classificação das propostas e acolhimento dos lances verbais, no Fundo Municipal de Saúde. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se na e-pag www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 28 de abril de 2011.

Edital de Pregão Presencial Nº 62/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de tintas e solvente para demarcação viária em Ruas e Avenidas do município de Curitiba, conforme anexo I - deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 12/05/2011. Site a AV. Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 12.05.2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas. Site Av. Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 26 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Contrato Nº.: 53/2

Contrato Nº.: 53/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Felipe de Ananias Fraga

Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2011 Término: 01/05/2011

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2011

Objeto : Credenciamento de profissional do ramo interessadas na prestação de serviços de consultas médicas especializadas na área de Oftalmologia.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 54/2

Contrato Nº.: 54/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : CLINICA MEDICA E IMAGEM S/C LTDA. - IMED

Valor : 91.650,00 (noventa e um mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 01/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2011

Objeto : Credenciamento de empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de exames clínicos.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 55/2

Contrato Nº.: 55/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : NICOSSARINI LABORATÓRIOS LTDA.

Valor : 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência : Início: 10/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2011

Objeto : Credenciamento de profissionais e empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de consultas médicas especializadas, exames clínicos e laboratoriais.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 56/2

Contrato Nº.: 56/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Cor Urbana Ind. Com. Confeccões Ltda ME

Valor : 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 16/03/2011 Término: 13/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2010

Objeto : Aquisição de camisetas para promoção de campanhas de vacinação realizadas pela Vigilância Epidemiológica.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 57/2

Contrato Nº.: 57/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Globo Planalto Com. Veículos Ltda.

Valor : 120.498,00 (cento e vinte mil quatrocentos e noventa e oito reais)

Vigência : Início: 17/03/2011 Término: 17/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2011

Objeto : Aquisição de dois veículos/automóveis, zero km, ano e modelo 2011, para transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 58/2

Contrato Nº.: 58/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Da Capital Tour Turismo Ltda. ME

Valor : 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Vigência : Início: 17/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2011

Objeto : Contratação de empresa especializada em transporte rodoviário de passageiros, para a condução de pacientes em Tratamento fora do domicílio.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 59/2

Contrato Nº.: 59/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Jucoskimed Serv. Médicos S/S Ltda.

Valor : 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 23/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2011

Objeto : Credenciamento de profissional do ramo interessadas na

prestação de serviços de consultas médicas especializadas na Área Vascular.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 60/2

Contrato Nº.: 60/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : BIOLAB LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS LTDA

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 23/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2011

Objeto : Credenciamento de profissionais e empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de consultas médicas especializadas, exames clínicos e laboratoriais.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 61/2

Contrato Nº.: 61/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Santamed Com. Prod. Farmacêuticos Ltda.

Valor : 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2010

Objeto : Aquisição de tiras para testes de glicemia para atendimento

a pacientes insulino dependentes cadastrados junto ao Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 62/2

Contrato Nº.: 62/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : COM. BRAS. DE MEDIC. CBM LTDA.

Valor : 2.010,00 (dois mil e dez reais)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2010

Objeto : Aquisição de materiais de Odontologia para manutenção dos atendimentos da área pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 63/2

Contrato Nº.: 63/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : DENTAL MED SUL - ARTIGOS ODONT. LTDA

Valor : 20.014,75 (vinte mil e quatorze reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2010

Objeto : Aquisição de materiais de Odontologia para manutenção dos atendimentos da área pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 64/2

Contrato Nº.: 64/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Dentária Distribuidora Hospitalar Porto Alegre

Valor : 178,35 (cento e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2010

Objeto : Aquisição de materiais de Odontologia para manutenção dos atendimentos da área pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 65/2

Contrato Nº.: 65/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL

Valor : 149,75 (cento e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2010

Objeto : Aquisição de materiais de Odontologia para manutenção dos atendimentos da área pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 66/2

Contrato Nº.: 66/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Valor : 2.964,40 (dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2010

Objeto : Aquisição de materiais de Odontologia para manutenção dos atendimentos da área pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 67/2

Contrato Nº.: 67/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : PRHODENT - Com. Repres. Hosp. Dent. Ltda.

Valor : 2.708,35 (dois mil setecentos e oito reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 24/03/2011 Término: 24/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2010

Objeto : Aquisição de materiais de Odontologia para manutenção dos atendimentos da área pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 68/2

Contrato Nº.: 68/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : FS Ind. Com. de Uniformes Ltda

Valor : 708,00 (setecentos e oito reais)

Vigência : Início: 30/03/2011 Término: 30/05/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2010

Objeto : Aquisição de jaquetas, para uso de funcionários vinculados ao Departamento de Vigilância Sanitária.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Contrato Nº.: 69/2

Contrato Nº.: 69/2

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE Curitiba

Contratada : Sandra Lúcia Vitorino

Valor : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 30/03/2011 Término: 30/05/2011

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2011

Objeto : Realização de revisão Clínico-Institucional nas atividades do

CAPS, conforme projeto aprovado pelo Ministério da Saúde/Área Técnica de Saúde Mental.

Curitiba, 4 de Abril de 2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ELETROINTELECOMERCIO E INSTALAÇÃO ELETRICAS LTDA
CNPJ: 10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 16/2011 Número do Processo: 16/2011
Número do Contrato: 86/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DE PINTURA, MATERIAIS DE MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS URBANAS, FERRAMENTAS, PARA SETORES E SECRETARIAS.

Data da Assinatura: 29/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/03/2011
Vigência: 29/03/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.965,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ELIDIANE TOMACHESKI ME
CNPJ: 10.793.559/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 88/2010 Número do Processo: 88/2010
Número do Contrato: 253/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010
Vigência: 23/12/2010 A 28/02/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 13.450,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ELIDIANE TOMACHESKI ME

CNPJ: 10.793.559/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 87/2010 Número do Processo: 87/2010
Número do Contrato: 259/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010
Vigência: 23/12/2010 A 28/02/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.666,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA
CNPJ: 11.433.181/0001-66
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 6/2011 Número do Processo: 6/2011
Número do Contrato: 21/2011
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2011.

Data da Assinatura: 07/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/02/2011
Vigência: 07/02/2011 A 16/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 37.884,42
Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: EMPRESA DIST. CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A
CNPJ: 79.065.181/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 89/2010 Número do Processo: 89/2010
Número do Contrato: 268/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS E DICIONÁRIOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.
Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010

Vigência:23/12/2010 A 31/01/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 63.999,98 Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE SC
CNPJ: 83.052.191/0035-01
Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato:52/2011
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Data da Assinatura:16/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:16/03/2011
Vigência:16/03/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:19.773,98
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:EUGENIO MORAES DA CUNHA
CPF: 846.668.899-49
Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 9/2011 Numero do Processo: 9/2011
Numero do Contrato:37/2011
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO PERÍODO DE 07/02/2011 A 08/04/2011, NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ATÉ A REALIZAÇÃO DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO.

Data da Assinatura: 07/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:07/02/2011
Vigência:07/02/2011 A 08/04/2011
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.528,60
Forma de Pagamento:CFE KM RODADOS

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:FAS - ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 02.477.731/0001-58
Modalidade:TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação:83/2010 Numero do Processo: 83/2010
Numero do Contrato:260/2010
Fundamento Legal:
Objeto: CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS INTERNAS E URBANIZAÇÃO COM GRAMA E PEDRA ARDÓSIA COM COBERTURA EM POLICARBONATO

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial:23/12/2010
Vigência:23/12/2010 A 30/03/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 40.364,73 Forma de Pagamento:CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:ELETRONILES COM. E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME
CNPJ:10.349.258/0001-51
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 48/2010 Numero do Processo:48/2010
Numero do Aditivo:122/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 04/07/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICO E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura:24/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:24/03/2011
Vigência:24/03/2011 A 04/07/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: ELETROILE COM. E INSTALAÇÕES ELETRICAS
LTDA ME

CNPJ: 10.349.258/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 22/2010 Número do Processo: 22/2010

Número do Aditivo: 123/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA
04/07/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CON-
STRUÇÃO PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS E
NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura: 24/03/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/03/2011

Vigência: 24/03/2011 A 04/07/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor:

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: ELETROILE - COM. E INSTALAÇÕES ELETRICAS
LTDA ME

CNPJ: 10.349.258/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 22/2010 Número do Processo: 22/2010

Número do Aditivo: 234/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA
31/03/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CON-
STRUÇÃO PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E
NÚCLEOS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura: 06/12/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/12/2010

Vigência: 06/12/2010 A 31/03/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: ELETROILE - COM. E INSTALAÇÕES ELETRICAS
LTDA ME

CNPJ: 10.349.258/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 48/2010 Número do Processo: 48/2010

Número do Aditivo: 240/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA
31/03/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRI-
COS, HIDRÁULICO E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS
CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura: 16/12/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/12/2010

Vigência: 16/12/2010 A 31/03/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: ELIDIANE TOMACHESKI ME

CNPJ: 10.793.559/0001-70

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 87/2010 Número do Processo: 87/2010

Número do Aditivo: 86/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA
30/04/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA USO
NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 28/02/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/02/2011

Vigência: 28/02/2011 A 30/04/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor:

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: ELIDIANE TOMACHESKI ME

CNPJ: 10.793.559/0001-70

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 88/2010 Número do Processo: 88/2010

Número do Aditivo: 87/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA
30/04/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELE-
TRÔNICOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura:28/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:28/02/2011
Vigência:28/02/2011 A 30/04/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA
CNPJ:11.433.181/0001-66
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 6/2011 Numero do Processo:6/2011
Numero do Aditivo:108/2011
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS 772 KM, DO LOTE 25 LINHA 25 - FAZENDA DO BUTIA B, REFERENTE AO PERÍODO DE 11/03/2011 A 16/12/2011, 193 DIAS, DEVIDO A MUDANÇA DE ALUNOS PARA A FAZENDA DA PEDREIRA (BUTIA), QUE ATÉ DEZEMBRO DE 2010 (LEVANTAMENTO DAS LINHAS) NÃO POSSUÍA ALUNOS A SEREM TRANSPORTADOS, OCORRENDO ASSIM UM AUMENTO NA ROTA ORIGINAL, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura:11/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:11/03/2011
Vigência:11/03/2011 A 16/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.054.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.169,32
Forma de Pagamento:CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:EMPRESA DIST. CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A
CNPJ:9.065.181/0001-94
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 89/2010 Numero do Processo:89/2010
Numero do Aditivo:138/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 30/05/2011, REFERENTE AQUISIÇÃO DE LIVROS E DICIONÁRIOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura:30/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:30/03/2011
Vigência:30/03/2011 A 30/05/2011
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:EMPRESA DIST. CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A
CNPJ:79.065.181/0001-94
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 89/2010 Numero do Processo:89/2010
Numero do Aditivo:11/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 03/04/2011, REFERENTE AQUISIÇÃO DE LIVROS E DICIONÁRIOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura:31/01/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:31/01/2011
Vigência:31/01/2011 A 03/04/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN
CNPJ:00.748.569/0001-30
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 111/2010 Numero do Processo:111/2010
Numero do Aditivo:20/2011
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 129,36 (CENTO E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) , REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS HP C 385S ORIGINAL, HP C 9388A ORIGINAL.

Data da Assinatura:09/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:09/02/2011
Vigência:09/02/2011 A 31/05/2011
Programa de Trabalho: 02.06 04.121.0002
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 129,36
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN

CNPJ: 00.748.569/0001-30

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 111/2010 Número do Processo: 111/2010

Número do Aditivo: 310/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 864,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND. E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 06/12/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/12/2010

Vigência: 06/12/2010 A 31/05/2011

Programa de Trabalho: 02.02 04.122.0002

2.005.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 864,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: FAS - ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 02.477.731/0001-58

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Número da Licitação: 83/2010 Número do Processo: 83/2010

Número do Aditivo: 136/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 30/05/2011 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS INTERNAS E URBANIZAÇÃO COM GRAMA E PEDRA ARDÓSIA COM COBERTURA EM POLICARBONATO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/03/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/03/2011

Vigência: 30/03/2011 A 30/05/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor:

Forma de Pagamento:

Ermo**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 077, de 28 de abril de 2011.**

PORTARIA Nº 077, de 28 de abril de 2011.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário - ACT, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o servidor VANDERLEI GONÇALVES TROMBIN, da função de Chefe de Garagem e Almoxarifado, Admitido em Caráter Temporário (ACT), através da Portaria nº 084, de 07 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de abril de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 078, de 29 de abril de 2011.

PORTARIA Nº 078, de 29 de abril de 2011.

Exonera Servidores Admitidos em Caráter Temporário - ACT, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os servidores abaixo relacionados admitidos em Caráter Temporário (ACT):

- Romeu de Oliveira Passos: nomeado pela Portaria nº 020, de 12 de março de 2010;
- Vânio Mateus: nomeado pela Portaria nº 021, de 02 de fevereiro de 2011;
- Maritê Bardini Simon: nomeada pela Portaria nº 005, de 03 de janeiro de 2011;
- Antônio de Paula: nomeado pela Portaria nº 076, de 03 de novembro de 2010;
- Samuel de Vargas Machado: nomeado pela Portaria nº 087, de 14 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de abril de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino



Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1512/2011

DECRETO 1512, de 08 de abril de 2011.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 002/2011, de que trata o Edital n. 002, de 24 de março de 2011 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 002, de 24 de março de 2011, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 002/2011, originado pelo Edital n. 002, de 24 de março de 2011, conforme abaixo:

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Cargo
001	Patricia Tedesco	Farmacêutico/Bioquímico
002	Jussara Christofolli	Agente Comunitário de Saúde
003	Daniela Guzatti Martendal	Farmacêutico/Bioquímico
004	Marina Triques Bordin	Agente Comunitário de Saúde
005	Vanessa Talita Parissenti	Agente Comunitário de Saúde
006	Ana Claudia Nogueira da Silva	Agente Comunitário de Saúde
007	Katiuscia Janaina Borella	Agente Comunitário de Saúde
008	Alyssara Clamer Telles	Farmacêutico/Bioquímico
009	Francieli Aparecida Triquez	Agente Comunitário de Saúde
010	Solange Prezotto	Agente Comunitário de Saúde
011	Elide Pires Ferreira	Agente Comunitário de Saúde
012	Nevir Domingos Rosalen	Agente Comunitário de Saúde
013	Carmem Aparecida Demori	Agente Comunitário de Saúde
014	Deise dos Santos Graeff Aristimunha	Farmacêutico/Bioquímico
015	Lucimara Marciano	Agente Comunitário de Saúde
016	Luiz Fernando Gewehr	Farmacêutico/Bioquímico
017	Fabiani Christofolli	Agente Comunitário de Saúde
018	Ivone Brunetto Camargo	Agente Comunitário de Saúde
019	Ivone da Aparecida Ferreira	Agente Comunitário de Saúde

Art. 2º. Este Decreto n. 1512 entra em vigor na data de sua publicação.

De Blumenau para Erval Velho, SC, em 08 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em

08 de abril de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1513/2011

DECRETO 1513, de 26 de abril de 2011.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e considerando o disposto na Lei Municipal n. 1131, de 28 de maio de 2007, e alterações conforme Lei 1148, de 10 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, conforme faz constar:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Ivone Kerschbaumer Denti
Suplente: Norberto Conte

II - Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:
Titular: Norma de Giacometti de Almeida
Suplente: Giuliana Ganzer

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais
Titular: Odila Pratto Recalcatti
Suplente: Laurici Michelotto Felipiacki

IV - Representantes dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Públicas Municipais
Titular: Sandra Masson
Suplente: Francine Assmann

V) Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal
Titular: Elissonia Sutil Mazetto
Suplente: Simone Simioni
Titular: Charlene Ap. Mazzarollo Fiorese
Suplente: Paula Recalcatti Palavro

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal
Titular: Juliana Piovezan Tessaro
Suplente: Dalvana Contini
Titular: Rita da Silva Recalcatti
Suplente: Marli Ferrari Reck

VII - Representantes do Conselho Municipal de Educação
Titular: Adriana Corbani Parmagnani
Suplente: Ivonez Margarida Sutil Demori

VIII - Representantes do Conselho Tutelar
Titular: Kelly Ferreira
Suplente: Fabiana Aparecida de Souza

IX - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Promoção Social e Habitação.
Titular: Alesandra Kruehl Goebel
Suplente: Caroline Correia

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 26 de abril de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1514/2011

DECRETO 1514, de 26 de abril de 2011.

Rescinde Contrato Administrativo nº 85/2010 e Declara a Reversão de Bens ao Município que especifica.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Declara reversão da posse, ao Município do imóvel constituído por um lote de 1.885,80 m2 (Hum mil oitocentos e oitenta e cinco metros e oitenta centímetros quadrados) integrante do processo de concorrência nº 0003/2010 integrante do processo de licitação nº 55/2010 dado em concessão de direito real de uso, por descumprimento do inciso IV da cláusula terceira do Contrato Administrativo nº 85/2010.

Art. 2º. O referido imóvel fica destinado à nova concorrência.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 26 de abril de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 014/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 028/2011

Edital de Pregão Presencial nº 014/2011

Objeto: Contratação de serviços de Transporte Escolar para os alunos do Município de Erval Velho para o exercício 2011. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 13/05/2011. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Portaria 2461/2011

PORTARIA 2461, de 11 de abril de 2011.

Exonera estagiária que menciona e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 1125, de 16 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir a pedido o contrato da estudante, ALINE ALVES BEDIN, contratada por tempo determinado na forma de estagiária, pelo Projeto Abrindo Caminhos, conforme consta na Portaria n.2366, de 02 de setembro de 2010.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de abril de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 11 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2463/2011

PORTARIA 2463, de 25 de abril de 2011.

Concede licença maternidade a servidora que menciona e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora GIOVANA SO-RAIA PAZINI, ocupante do cargo temporário de Bioquímico, nível 09- A, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 19 de abril de 2011, com término previsto para 16 de agosto de 2011, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de abril de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 25 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2464/2011

PORTARIA 2464, de 25 de abril de 2011.

Exonera servidor e declara vacância do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente

aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, de aposentadoria por invalidez a servidora ROSEMARY CARLOS DOS SANTOS FILIPIACKI, conforme benefício n. 5454524537 e carta de concessão de aposentadoria datada de 02 de abril de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora ROSEMARY CARLOS DOS SANTOS FILIPIACKI, do cargo de Agente de Serviços Gerais II, nível 01, matrícula n.374, nomeada pela Portaria n. 1310 de 01 de março de 2005, lotado no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentada por invalidez pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 25 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2465/2011

PORTARIA 2465, de 27 de abril de 2011.
Exonera Servidor e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora KELI REGINA MALESKI DE ANDRADE, do cargo comissionado de Diretor de Programas Especiais da Saúde, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeada pela Portaria nº 2112, de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 27 de abril de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Nota de Revogação de Processo Administrativo Nº. 01/FMA/2011

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº. 01/FMA/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/FMA/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com equipamentos rodoviários de forma parcelada, para serviços de escavação e terraplanagem no Município de Forquilha/SC durante o exercício de 2011.

MOTIVO: O Edital de Pregão 02/FMA/2011 não previa o subsídio de 20% a 45% dos serviços prestados aos agricultores sendo o restante pago diretamente a empresa vencedora da licitação conforme Lei nº 871 de 04/06/02 e Lei nº 1427 de 18/02/09.

Forquilha/SC, 28 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão Contratual

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

DISTRATO DO CONTRATO Nº 03/FMA/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA- CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com equipamentos rodoviários de forma parcelada, para serviços de escavação e terraplanagem no Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2011, objeto do Edital de Pregão Nº 02/FMA/2011, de 02/02/2011.

DATA DA ASSINATURA - 28 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo Decreto Nº 0135/2011 - Código 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0012 DE 08 DE ABRIL DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminin)**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	CrITÉrios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI	10	2	4	4	0	NÃO	5/9/1963
2	3	IOLANDA HELENA MACHADO	4	2	0	2	0	NÃO	4/3/1954
3	2	ZILMA MACHADO DOS SANTOS	4	0	0	4	1	NÃO	30/9/1973
4	5	SILVANA MARIA TRENTO	2	2	0	0	1	NÃO	23/7/1973
5	4	EDNA ALVES DE LIMA	2	2	0	0	1	NÃO	3/1/1985
6	9	VANDERLEA DE FATIMA JUCK	2	0	2	0	0	NÃO	14/8/1984
7	7	MARLI APARECIDA DA ROSA	1	0	1	0	2	NÃO	2/7/1970
8	8	MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA	1	0	1	0	0	NÃO	14/7/1961
9	14	NOELI DE MATOS CONTE	1	0	0	1	2	NÃO	12/7/1976
10	13	VANDERLEIA MARQUES DE SOUZA	1	0	0	1	1	NÃO	7/3/1977
11	6	SOLANGE FERNANDES DEL RÉ	0	0	0	0	3	NÃO	14/10/1975
12	15	ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES	0	0	0	0	3	NÃO	30/6/1988
13	12	MARILDA FATIMA DA ROSA	0	0	0	0	2	NÃO	3/7/1974
14	10	ROSILENE CARNEIRO	0	0	0	0	1	NÃO	5/4/1985
15	11	DANIELE DA SILVA XAVIER	0	0	0	0	1	NÃO	1/11/1985
16	16	FRANCIELE DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	20/11/1991

Decreto Nº 0136/2011

DECRETO Nº 0136, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0422 (75) R\$ 120.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0422 (76) R\$ 30.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213316 - Transferência de Recursos do SUS - SAMU R\$ 150.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 29 de Abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1159/2011

PORTARIA Nº 1.159, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0485/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora TATIANA CARLA SCALABRIN, que assumiu a sala informatizada da Escola Básica Municipal Santo Antonio;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 665.131.469-68, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1160/2011

PORTARIA Nº 1.160, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0474/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a professora SILVANA APARECIDA BONETTI CASAGRANDE, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ARLETE ALVES DOS SANTOS GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 625.231.479-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 03 de maio de 2011 até 01 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1161/2011

PORTARIA Nº 1.161, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0475/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.633.659-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 03 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1162/2011

PORTARIA Nº 1.162, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.



O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0472/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora MARIA ELIZETE RIBAS FRAGOSO, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.364.089-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, pelo período de 03 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1163/2011

PORTARIA N.º 1.163 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora JANAINA REJANE FORMAGIO PRATES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARICLER DOMINGUES PEPES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.077.559-21, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 15 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1164/2011

PORTARIA N.º 1.164 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora SILVANA APARECIDA BONETTI CASAGRANDE, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NANDINE DE FÁTIMA GUEDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.719-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 01 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1165/2011

PORTARIA N.º 1.165 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora INI APARECIDA LONGHI PIETROCHINSKI, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TERESINHA FORTES MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 422.379.399-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 20 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1166/2011

PORTARIA N.º 1.166 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 004 de 09 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - MATEMÁTICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA DA CRUZ SURDI, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.788.409-69, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - MATEMÁTICA, com carga horária de 23 horas semanais, no período de 06 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1167/2011

PORTARIA N.º 1.167 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora VALDIRA MOTTER SAVIAN, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEISI MARA PIRES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.057.259-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1168/2011

PORTARIA N.º 1.168 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora LUCILA MARIA FRANCHIN, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE BUSSATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 844.883.609-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1169/2011

PORTARIA N.º 1.169 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora CLEUSA APARECIDA MARCONDES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI PRATES SILVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.561.279-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1170/2011

PORTARIA N.º 1.170 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora NILVA APARECIDA PIMENTEL, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEUZA RODRIGUES RICARDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 674.452.769-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 21 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1171/2011

PORTARIA N.º 1.171 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARILDA DO PILLAR LENCHOFF DE JESUS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISETTE CIRINO DE FREITAS PASSOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.031.529-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1172/2011

PORTARIA N.º 1.172 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora JUDITE DIAS DOS SANTOS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.774.999-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1173/2011

PORTARIA Nº 1.173, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Revoga a ampliação carga horária de servidor municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 0477 de 27 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a ampliação de carga horária do servidor RODRIGO CAREGNATO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 023.531.629-67, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, retornando para 23 horas semanais a partir de 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1174/2011

PORTARIA N.º 1.174 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PAULO EDUARDO DEBIASI PAIM, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 567.264.810-04, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1175/2011

PORTARIA N.º 1.175 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo, por 20 horas semanais, a servidora MARLI GORETI DIDOMENICO DE CORDOVA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SHEILA REGIANE STAGE MALINOSKI ANTUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.929-35, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1176/2011

PORTARIA N.º 1.176 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 31 de março de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de INSTALADOR HIDRÁULICO, para atender excepcional interesse público, na área da Sanefrai;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LINDOMAR PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 423.311.109-72, na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2011 até 30 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1177/2011

PORTARIA N.º 1.177 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARLI GORETI DEDOMÊNICO DE CORDOVA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1178/2011

PORTARIA Nº 1.178, DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0489/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora SIMONE PILLON DELFES, que se encontra na função de diretora do Centro de Educação Infantil Liberata;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARCIA EULINA LUCIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 594.273.299-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1179/2011

PORTARIA Nº 1.179 DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 22 de março de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELIZABETE CARLESSO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 899.057.769-15, na função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2011 até 02 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1180/2011

PORTARIA N.º 1.180 DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 08 de abril de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 927.801.999-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1181/2011

PORTARIA N.º 1.181 DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AREALBA ANTUNES CESCA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 960.590.529-91, no cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1182/2011

PORTARIA N.º 1.182 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo, por 20 horas semanais, a servidora MARIA ANGELITA DE MEIRA PINHEIRO, que se encontra em férias no mês de maio de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.119.629-41, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1183/2011

PORTARIA N.º 1.183 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Designa Servidor Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora APARECIDA DEL RÉ BRANDT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 400.737.699-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL, para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de Fraiburgo, por 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2011 a 01 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0041/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de estantes de aço para utilização na Biblioteca Municipal. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 17/05/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Extrato de Termo Aditivo Nº 04.Proc.07.2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 07/2009; Processo nº. 07/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Objeto: Reajustar o valor pactuado inicialmente entre as partes, conforme artigo 9º da Portaria 58 de 24/02/2011, publicado no DOU de 28/02/2011, mediante cópia da publicação em anexo; Data da Assinatura: 28/04/2011.

Aviso de Extrato de Termo Aditivo Nº 02.Proc.91/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 45/2010; Processo nº. 91/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 120 dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Educação; Data da Assinatura: 28/04/2011.

Errata Nº 01 ao PR032/2011

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PR032/2011

O Município de Garopaba, através da Prefeitura de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados que retificou o edital de pregão presencial nº 32/2011, publicado no endereço eletrônico www.garopaba.sc.gov.br, e resumo publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 26/04/2011, que tem por objeto o registro de preço para locação de veículos.

A retificação feita refere-se exclusivamente ao contido no Anexo I que trata da especificação do objeto, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	COD	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	14175	Locação de veículo tipo executivo, com motor igual ou superior a 2.0, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, bi-combustível, 04 (quatro) portas, rádio AM/FM, CD-Player e alarme	Men	15	2090,00	31350,00
2	14176	Locação de veículo popular com motor igual ou superior a 1.0, bi-combustível, 04 (quatro) portas, rádio AM/FM e CD-Player	Men	12	1265,00	15180,00
3	14173	Locação de veículo tipo caminhão truck basculante, 6x2, capacidade de carga mínima 14 toneladas, equipamento basculante de no mínimo 12m ³ , reduzido, freios a ar, estacionário, motor a diesel com no mínimo 200 cv, com motorista	Men	12	5940,00	71280,00
4	14174	Locação de veículo tipo pickup, com potência do motor igual ou superior a 1.3, 02 (duas) portas, capacidade para 02 (dois) passageiros, bi-combustível (gasolina ou álcool), rádio AM/FM e com capacidade de carga mínima de 500 Kg	Men	12	1320,00	15840,00
						133615,00

Em função das alterações promovidas nos quantitativos e especificações dos serviços afetarem diretamente a formulação das propostas fica alteradas as datas e horários para impugnações, recebimento dos envelopes e realização da sessão pública conforme segue:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:
- * das 9h00min do dia 29/04/2011, às 9h25min do dia 12/05/2011;
- Limite para impugnação ao edital:
- * 17h00min do dia 10/05/2011
- Início da Sessão Pública do pregão:
- * 09h30min do dia 12/05/2011.

RAFAEL DE SOUZA
Pregoeiro

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 2.429 de 20 de Abril de 2011.

PORTARIA Nº. 2.429 DE 20 DE ABRIL DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ALCINDA DE JESUS NOGUEIRA MUL-
LER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ALCINDA DE JESUS NOGUEIRA MUL-
LER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lota-
da na Secretaria Municipal de Educação, à disposição na Secreta-
ria Municipal de Desenvolvimento Social, Licença para Tratamento
de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre
26 de abril de 2011 a 25 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de abril de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.430 de 20 de Abril de 2011.

PORTARIA Nº. 2.430 DE 20 DE ABRIL DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA
DA FAMÍLIA À SERVIDORA SANDRA MARA HOSTINS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere
o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SANDRA MARA HOSTINS, ocupante
do cargo de provimento efetivo de Orientadora Educacional, lota-
da na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento
de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre
30 de março de 2011 a 29 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos para 30 de março de 2011.

Gaspar, 20 de abril de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução N. 22/2011

RESOLUÇÃO Nº 22/2011.

FORMALIZA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPE-
CIAL CONFORME REQUERIMENTO Nº 57/2011.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de San-
ta Catarina, de acordo com suas atribuições regimentais contidas
no art. 33, I, VIII, "a", IX, "a",

CONSIDERANDO que na Sessão Ordinária realizada ontem, dia
26/04/2011, deu entrada oficial nesta Casa de Leis o requerimento
nº 57/2011, de autoria do suplente de vereador em exercício Celso
de Oliveira, para formação de Comissão Temporária Especial;

CONSIDERANDO que tal requerimento foi aprovado pela unanimi-
dade dos vereadores presentes à sessão; e

CONSIDERANDO que na mesma Sessão Ordinária foram indicados
os Edis para comporem a referida Comissão Temporária;

RESOLVE:

Art. 1º Fica formalizada a composição da Comissão Temporária
Especial com os vereadores Antônio Carlos Dalsochio, Celso de
Oliveira (supl. e.e.), José Hilário Melato, Raul Schiller e Rodrigo
Boeing Althoff.

Art. 2º A Comissão Temporária Especial terá por missão acompanhar o projeto de duplicação da BR 470.

Art. 3º A Comissão funcionará por prazo certo com o findar do projeto ou da Legislatura.

Art. 4º As despesas para desempenho das atividades da Comissão Especial correrão por conta de dotações existentes no orçamento da Edilidade.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, 27 de abril de 2011.

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Define regras para realização do Congresso do Plano Diretor Participativo do Município de Governador Celso Ramos

DECRETO Nº 235, DE 27 DE ABRIL DE 2011

Define regras para realização do Congresso do Plano Diretor Participativo do Município de Governador Celso Ramos

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, e com base nas deliberações da reunião do Núcleo Gestor, realizada em 29 de março de 2011, CONSIDERANDO:

I - A importância de se discutir, envolvendo a população e segmentos representativos da Comunidade, a proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo de Governador Celso Ramos, antes de esta ser apresentada ao Poder Legislativo para tramitação;

II - Que o envolvimento da população e de segmentos representativos da Comunidade a que se refere o item a supra é importante para que a elaboração e aprovação do Plano Diretor Participativo ocorra em estrita observância: à prevalência do interesse público; ao disposto nos termos do art. 2.º, II, combinado com 40, § 4.º, I, ambos da Lei Federal n.º 10.257/01-Estatuto da Cidade; ao disposto na Resolução n.º 25 do Conselho das Cidades;

III - Que se faz necessário a definição de regras para que as discussões no âmbito do Congresso do Plano Diretor Participativo ocorram de forma democrática, efetivamente participativa e organizada;

RESOLVE estabelecer regras para realização do Congresso do Plano Diretor Participativo do Município de Governador Celso Ramos, na forma dos dispositivos expressos a seguir:

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1.º O Congresso do Plano Diretor Participativo, ou Congresso do PDP, é o fórum oficial de discussão e deliberação final, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Governador Celso Ramos, sobre a proposta de Projeto de Lei Complementar que será encaminhada para tramitação legislativa, constituindo direito dos cidadãos e da comunidade, tendo suas regras para realização instituídas por meio desta norma, elaborada com base no art. 2.º, II, combinado

com 40, § 4.º, I, ambos da Lei Federal n.º 10.257/01-Estatuto da Cidade, bem como com o disposto na Resolução n.º 25 do Conselho das Cidades.

Art. 2.º O Congresso do PDP terá por objetivos:

I - Realizar debates e deliberar sobre a proposta de Projeto de Lei Complementar que será apresentada para tramitação junto ao Poder Legislativo Municipal;

II - Garantir a prevalência do interesse público nos debates e deliberação referidos no inciso I;

III - Envolver a população e as associações representativas dos vários segmentos da comunidade local no processo de ajustes finais da aludida proposta de Projeto de Lei Complementar;

IV - Promover a cooperação entre diversos atores sociais, o Poder Executivo e o Poder Legislativo de Governador Celso Ramos;

V - Possibilitar a participação de diversos segmentos da sociedade local, em especial:

- a) Organizações e movimentos populares;
- b) Associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- c) Entidades de classe sediadas no Município;
- d) Fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil de interesse público e organizações não-governamentais.

VI - Garantir o direito constitucional de participação do cidadão, individualmente considerado.

Parágrafo Único. O Congresso do PDP deverá extrair a opinião e obter a deliberação dos seus participantes, que terão igualdade de espaço e tempo, na forma prevista nesta norma, para expressar sua opinião.

CAPÍTULO II - DO LOCAL, DO HORÁRIO DE REALIZAÇÃO E DA ORDEM DE PROCEDIMENTOS

Art. 3.º O Congresso do PDP acontecerá por meio de reuniões realizadas fora do horário comercial, em data, hora e locais acessíveis à maioria da população.

§ 1º - As reuniões do Congresso do PDP sempre terão início às 19:00h (dezenove horas) e duração máxima de 03 (três) horas.

§ 2º - Chegando-se à meia hora final de cada reunião, os presentes poderão decidir pela prorrogação do horário de seu término em, no máximo, mais uma hora.

Art. 4.º As reuniões o Congresso do PDP seguirão a ordem de procedimentos estabelecida nos incisos a seguir:

- I - Início na forma do art. 3.º, § 1.º;
- II - Composição da Mesa Diretora;
- III - Pronunciamento e declaração de abertura dos trabalhos pelo Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos ou por seu representante;
- IV - Exposição das regras previstas nesta norma;
- V - Realização dos trabalhos na forma desta norma;
- VI - Exposição dos destaques eventualmente apresentados;
- VII - Apresentação de eventuais considerações técnicas sobre os destaques apresentados na forma desta norma;
- VIII - Deliberações por parte dos participantes referidos no art. 7.º, na forma do disposto no parágrafo único, incisos II a V, do art. 12;

IX - Encerramento dos trabalhos.

CAPÍTULO III - DA DIREÇÃO E CONDUÇÃO

Art. 5.º Caberá ao Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, ou ao representante por este designado, a função de direção dos trabalhos a serem realizados no âmbito do Congresso do PDP, devendo:

I - Compor e presidir a Mesa Diretora;

II - Declarar abertos os trabalhos e em seguida nomear oralmente o mediador do Congresso;

III - Acompanhar os trabalhos, fiscalizando o cumprimento das regras constantes nos termos desta norma;

IV - Declarar o encerramento dos trabalhos.

Parágrafo Único. A Mesa Diretora será composta pelo Presidente, e pelo Relator referido no art. 13.

Art. 6.º As atividades do Congresso do PDP serão conduzidas por um mediador cedido pela Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS - e nomeado pelo Presidente da Mesa Diretora na forma do art. 5.º, II.

§ 1º - Ao mediador caberá:

I - Auxiliar o Presidente da Mesa Diretora na garantia do cumprimento desta norma;

II - Registrar e controlar os tempos das intervenções dos devidamente inscritos.

§ 2º - O mediador poderá nomear um auxiliar para registro e controle dos tempos das intervenções dos devidamente inscritos.

CAPÍTULO IV - DOS PARTICIPANTES

Art. 7.º As reuniões do Congresso do PDP garantirão a participação de qualquer pessoa interessada no processo, desde que devidamente inscrita na forma do art. 8.º e seus parágrafos.

Art. 8.º A inscrição dos participantes será feita mediante preenchimento de ficha de inscrição, a ser disponibilizada em prazo máximo de 30 (trinta) minutos antes do início do Congresso na forma do § 1.º do art. 3º.

§ 1º - No momento da assinatura da ficha referida no caput deste artigo, será obrigatório constar, sob pena de não-aceitação da inscrição:

I - Nome e assinatura;

II - Endereço residencial;

III - Qualquer meio para eventual contato com o participante, preferencialmente telefone e/ou endereço eletrônico.

IV - O segmento social ao qual pertence, dentre os referidos no § 2.º deste artigo.

§ 2º - Para os fins desta norma, e, em especial, para a inscrição referida no caput deste artigo, serão considerados como segmentos sociais:

I - O segmento do Poder Público, composto:

a) Pelo Prefeito, pelo Vice-Prefeito e pelos Secretários Municipais;

b) Pelos Vereadores;

c) Por todos os servidores públicos municipais;

d) Por todos os servidores públicos federais e estaduais que atuem no Município;

II - O segmento das organizações ou movimentos populares cuja atuação abranja o Município e das associações de bairro;

III - O segmento empresarial, dos meios urbano e rural, com atuação no Município;

IV - O segmento de trabalhadores nas áreas urbana e rural, com atuação no Município;

V - O segmento das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, com atuação no Município;

VI - O segmento dos fóruns e redes formadas por cidadãos, organizações da sociedade civil de interesse público e organizações não governamentais atuantes no município;

VII - O segmento dos cidadãos individualmente considerados, composto por pessoas que moram no Município e pretendem atuar nesta condição no Congresso do PDP.

§ 3º - Para fins de organização da participação e de credenciamento para eventuais votações, no ato do preenchimento do formulário de inscrição o participante receberá um crachá, pessoal e intransferível, com a identificação do seu respectivo segmento social.

§ 4º - O crachá referido no parágrafo anterior deverá ser devolvido no final da reunião do Congresso do PDP, ou sempre que necessite se ausentar do recinto, ainda que temporariamente.

§ 5º - Não serão aceitas inscrições em mais de um segmento social.

§ 6º - Caberá ao presidente da Mesa Diretora do Congresso do PDP indicar, de forma verbal ou escrita, os responsáveis pela inscrição dos participantes referida no caput deste artigo.

CAPÍTULO V - DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Art. 9. As eventuais propostas de alteração ao Plano Diretor deverão ser apresentadas no Congresso do PDP por meio de destaques supressivos, aditivos ou modificativos.

Parágrafo Único. Os destaques referidos no caput deste artigo deverão ser apresentados na forma prevista no art. 10, caput e § 1.º, e no art. 14.

Art. 10. Os destaques só serão aceitos se apresentados em formulários oficiais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

§ 1º - Os formulários deverão ter seus campos corretamente preenchidos, sob pena de não poderem ser postos em discussão e deliberação.

§ 2º - As considerações de ordem técnica aos destaques constantes nos formulários serão apresentadas com base em análises elaboradas pela equipe técnica do Plano Diretor Participativo, composta por técnicos da Prefeitura e da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - Granfpolis.

§ 3º - A apreciação dos destaques referidos neste Capítulo deverá ser feita mediante a observância da seguinte ordem:

I - Apresentação do conteúdo do formulário relativo ao destaque;

II - Manifestação oral por parte do autor da proposta, caso este entenda necessário ou seja solicitado pelo público, em tempo de 2 (dois) minutos, prorrogável por mais 1 (um) minuto;

III - Considerações técnicas sobre o destaque, a serem feitas pela equipe técnica referida no § 2.º deste artigo;

IV - Discussão e deliberação acerca do destaque, na forma do Capítulo VI desta norma.

CAPÍTULO VI - DA DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS DESTAQUES

Art. 11. Fica garantido o direito à manifestação oral aos interessados em participar das discussões e deliberações sobre os destaques apresentados no Congresso do PDP, sendo que, para manifestar-se, deverão solicitar sua inscrição ao mediador ou ao seu auxiliar.

§ 1º - Cada manifestação deverá ocorrer seguindo a ordem de seqüência de inscritos pelo mediador ou pelo seu auxiliar.

§ 2º - Cada manifestação deverá ser feita em 2 (dois) minutos, prorrogáveis por mais 1 (um) minuto, desde que os presentes deliberem favoravelmente à prorrogação.

§ 3º - Não será permitida a concessão de apartes durante as manifestações orais.

Art. 12. Chegando o momento da deliberação do destaque sob apreciação, participarão destas todos os inscritos na forma dos §§ 1.º e 2.º do art. 8.º.

Parágrafo Único. No momento da deliberação referido no caput deste artigo, será obedecido o seguinte procedimento:

I - O mediador indaga se há possibilidade de decisão por consenso por parte dos votantes, sendo que:

a) Havendo possibilidade de aprovação por consenso em plenário, será declarado aprovado o destaque, passando-se imediatamente à discussão e deliberação sobre o destaque seguinte;

b) Não havendo possibilidade de consenso, o Presidente da Mesa Diretora autorizará o mediador a proceder com a votação por segmento, de acordo com o disposto nos incisos II a V deste parágrafo;

II - O mediador orientará sobre como proceder com as votações por segmento de acordo com o inciso IV deste parágrafo;

III - Para viabilizar a realização de votações por segmento, os participantes regularmente inscritos se identificarão mediante apresentação do seu crachá, demonstrando o segmento social a que pertence segundo o disposto no § 2.º, I a VII, do art. 8.º;

IV - As votações por segmento ocorrerão da seguinte forma:

a) A votação será individual e secreta no âmbito de cada segmento, ressalvado o disposto na alínea f deste inciso quanto ao voto de desempate;

b) Serão disponibilizadas cédulas de votação e urnas específicas para cada segmento;

c) Cada participante inscrito no respectivo segmento terá direito a um voto;

d) Uma vez autorizado pelo Presidente da Mesa Diretora, o mediador declarará aberto o regime de votação, ocasião em que não será mais possível quaisquer intervenções orais;

e) O resultado de cada urna apurada definirá a opção do respectivo segmento social com relação ao destaque submetido à votação;

f) A decisão da votação por segmento terá por base o critério da maioria simples, ressalvados os casos de empate, quando deverá ser feita nova votação, após nova defesa a ser feita pelos respectivos autores das propostas empatadas, sendo que, persistindo o empate, o voto de Minerva caberá ao Presidente da Mesa Diretora;

V - O resultado final da deliberação sobre o destaque será obtido da soma dos resultados da votação em cada segmento.

CAPÍTULO VII - DA RELATORIA

Art. 13. A Prefeitura Municipal indicará um relator responsável pela elaboração de um documento, onde constarão as deliberações do Congresso do PDP, servindo de orientação para que a equipe técnica referida no § 2.º do art. 10 proceda com as alterações finais ao Projeto de Lei Complementar a ser encaminhado para tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Uma vez recebido o documento mencionado no caput deste artigo, a equipe técnica referida no art. 10, § 2.º, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para proceder com as alterações finais ao Projeto de Lei Complementar a ser encaminhado para votação em sessão legislativa.

Art. 14. Todos os formulários de destaque apresentados, inclusive as que não forem aceitas por inobservância do §1.º do art. 10, deverão compor o relatório do Congresso do PDP.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Fica estabelecido o dia 30/05/2011 como prazo final para apresentação dos formulários de destaque referidos no art. 10.

Parágrafo Único. Fica estabelecido o dia 30/06/2011 como data para a reunião de caráter informativo com o Núcleo Gestor e Delegados Territoriais e Setoriais que atuaram nas Oficinas de elaboração da proposta do Plano Diretor Participativo, para fins de divulgação dos destaques aceitos e das eventuais considerações técnicas sobre estes.

Art. 16. As deliberações do Congresso do PDP serão publicadas e divulgadas, devendo, ainda, ser apensadas ao Projeto de Lei Complementar, visando compor memorial do processo legislativo do Plano Diretor Participativo de Governador Celso Ramos.

Art. 17. Esta norma terá validade até a aprovação do Plano Diretor Participativo de Governador Celso Ramos pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 18. Os casos omissos nesta norma serão resolvidos por decisão conjunta da Mesa Diretora com os participantes com direito a voto no Congresso do PDP, ficando garantida a facilitação dos encaminhamentos pelo mediador.

Governador Celso Ramos, 27 de Abril de 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 23/2011 F.M.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 23/2011
Tipo : Menor Preço - por item
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA OS POSTOS DE SAÚDE
Entrega dos Envelopes: 19/05/2011 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 20/05/2011 às 09:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 24/2011 F.M.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 24/2011
Tipo : Menor Preço - por item
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE
Entrega dos Envelopes: 16/05/2011 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 17/05/2011 Às 09:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 22/2011 F.M.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 22/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Contratada: HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO POSTOS DE SAÚDE
Valor: R\$ 5.165,00 (cinco mil e cento e sessenta e cinco reais)
Vigência: INÍCIO: 08/04/2011 TÉRMINO: 31/12/2011
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2011 F.M.S.

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 23/2011 F.M.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 23/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Contratada: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO POSTOS DE SAÚDE
Valor: R\$ 1.866,00 (Um mil e oitocentos e sessenta e seis reais)
Vigência: INÍCIO: 08/04/2011 TÉRMINO: 31/12/2011
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2011 F.M.S.

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 24/2011 F.M.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 24/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO POSTOS DE SAÚDE
Valor: R\$ 8.924,00 (oito mil e novecentos e vinte e quatro reais)
Vigência: INÍCIO: 08/04/2011 TÉRMINO: 31/12/2011
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2011 F.M.S.

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 54/2011 P.M.G.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 54/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Contratada: CASA DOS TROFÉUS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS
Valor: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)
Vigência: INÍCIO: 11/04/2011 TÉRMINO: 31/12/2011
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 55/2011 P.M.G.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 55/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Contratada: REMA ARTE ESPORTE LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS

Valor: R\$ 35.501,13 (trinta e cinco mil e quinhentos e hum reais e treze centavos)

Vigência: INÍCIO: 11/04/2011 TÉRMINO: 31/12/2011

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011

Guaramirim-SC, 29 de abril de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Convênio Nº 005/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONVÊNIO Nº 005/2011 DE 27 DE ABRIL DE 2011.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC) E A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL ESPERANÇA".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Sr. NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL ESPERANÇA, entidade beneficente, sediada no Município de Herval d'Oeste(SC), inscrita no CNPJ sob nº. 04.038.065/0001-87, representada neste ato por seu Presidente, Sr. LUIS CARLOS SILVA DOS SANTOS, brasileiro, casado, CPF nº. 221.534.540-34, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste(SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município à Entidade de recursos financeiros, destinados à manutenção de despesas realizadas com a Escolinha de Futebol de Campo, formada por crianças e adolescentes residentes no Município de Herval d'Oeste (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.837/2010, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e na Lei Municipal nº. 2.850/2011, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta Entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL ESPERANÇA, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), em parcela única, após assinatura e publicação do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

DA ENTIDADE

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2-Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos

recebidos.

3- Prestar contas no prazo de até 150 (Cento e cinquenta) dias contados do recebimento dos recursos, não podendo exceder ao último dia do exercício financeiro.

4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.

5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

DO MUNICÍPIO

1- Contribuir no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculado a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação de cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria, do RG e CPF do presidente da Associação, das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, bem como INSS e FGTS, quando possuírem, e manter a regularidade fiscal das certidões até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2011, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.837/2010: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Função Programática: 06.0604.27.812.0017.2021. Manutenção e obras em ginásios de esportes. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subseqüentes, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº 04/2006, conforme discriminada a seguir:

- I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;
 - II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;
 - III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;
 - IV - Conciliação bancária se for o caso;
 - V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;
 - VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;
 - VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);
- § 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
- § 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.
- VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;
 - IX - Fotocópia dos cheques utilizados;
 - X - Declaração do Presidente da entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
 - XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;
 - XII - Relação contendo: nome completo, nº do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.
- 2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste

não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.

3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.

4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.

5- É vedada à concessão de recursos:

I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;

II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;

III - Para atender despesas já realizadas;

IV - Para Igrejas e cultos religiosos;

V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.

6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d' Oeste (SC), 27 de abril de 2011.
NELSON GUINDANI

Prefeito

LUIS CARLOS SILVA DOS SANTOS

Presidente

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF _____

2- _____

CPF _____

Termo de Reajuste Nº 003/2011

Processo Licitatório nº 004/2011

Pregão Presencial nº 001/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste

Contratada: Posto Estrela Ltda

Objeto: Fornecimento de combustível para utilização nos veículos, máquinas e caminhões da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval d' Oeste.

TERMO DE REAJUSTE Nº 003/2011

O Município de Herval d'Oeste, através da Unidade Gestora "Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste", pessoa Jurídica de direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Nelson Guindani, residente e domiciliado neste município, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, vem por este instrumento conceder a Empresa contratada, Posto Estrela Ltda, inscrita no CNPJ Nº 78.617.750/0001-02, reajuste a ARP nº 002/2011, de 19 de Janeiro de 2011, obedecendo aos seguintes termos:

Parágrafo Primeiro - este reajuste é dado com base no previsto na Lei nº 8.666/93, artigo 65: "Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela lei nº 8.883, de 1994)"

Parágrafo Segundo - Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 02 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste de 5,3% a tal item, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Valor Atual	Valor com Reajuste
02	Gasolina Comum	Litro	R\$ 2,84	R\$ 2,99

Parágrafo Terceiro - Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

Parágrafo Quarto - Os demais itens da Ata de Registro de Preço original, que não foram alteradas por este Termo, permanecem em pleno vigor.

Herval d'Oeste, 28 de Abril de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Contratante

MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETTA

Sócio Administrador

CPF: 509.673.719-53

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

DAIANE LORINI

CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 3.888.2011

Lei Complementar nº 3.888, de 28 de abril de 2011.

Dispõe sobre o serviço público funerário do município de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O serviço público funerário de Imbituba, de caráter essencial e interesse local, será organizado e prestado, diretamente ou indiretamente sob delegação, conforme as disposições desta Lei, constituindo-se em:

I - serviços de funeral; e

II - serviços de cemitério e crematórios.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei são adotadas as definições indicadas no Anexo I desta Lei.

Art. 3º O serviço funerário não poderá ser recusado por razões discriminatórias, especialmente de ordem religiosa, política ou racial.

TÍTULO II

DOS SERVIÇOS DE FUNERAL

Art. 4º Os serviços de funeral serão realizados diretamente ou indiretamente sob regime de permissão, constituindo-se em:

I - preparação do corpo;

II - oferecimento de urna funerária e objetos correlatos;

III - oferecimento de locais para cerimônia funerária;

IV - ornamentação dos locais da cerimônia funerária;

V - oferecimento de transporte e entrega do corpo no cemitério de destino ou crematório.

Art. 5º A prestação dos serviços de funeral será efetuada:

I - diretamente pelo OGESFI, conforme regulamentação, observados os preceitos desta Lei; e

II - indiretamente sob o regime de permissão, mediante cadastramento, sendo habilitadas quantas empresas forem interessadas, desde que atendam as condições do Edital e desta Lei.

Parágrafo único. Na prestação indireta dos serviços de funeral, as delegações observarão os seguintes prazos:

I - 1 (um) ano, admitidas prorrogações a critério do OGESP, para os serviços de preparação do corpo; oferecimento de urna funerária e objetos correlatos; ornamentação das casas mortuárias ou congêneres; oferecimento de transporte e entrega do corpo no cemitério de destino ou crematório; e

II - 2 (dois) anos, admitidas prorrogações a critério do OGESP, para as casas mortuárias ou congêneres.

Art. 6º O efetivo funcionamento dos serviços de funeral estará condicionado, ainda, à obtenção de Alvará de Funcionamento, licença dos órgãos sanitários, ambientais, segurança contra incêndio, e demais licenças aplicáveis à espécie do serviço.

Art. 7º A permissionária dos serviços de funeral deverá:

I - manter livros, fichas e outros materiais exigidos pela legislação e normas regulamentares;

II - manter as instalações nas mais perfeitas condições de limpeza e higienização;

III - impedir o uso indevido de seus bens, mantendo serviço de vigilância permanente;

IV - cumprir as obrigações assumidas com os usuários do serviço;

V - manter o serviço durante o horário fixado pelo OGESFI, inclusive nos dias não-úteis;

VI - construir apenas os prédios e instalações devidamente licenciados;

VII - cumprir e fazer cumprir as determinações dos regulamentos municipais atinentes à espécie;

VIII - sujeitar-se à fiscalização, facilitando a ação dos agentes credenciados;

IX - encaminhar à OGESFI, até o 5º dia útil do mês subsequente, relatório dos serviços executados; e

X - disponibilizar seus serviços, gratuitamente, aos destinatários da Assistência Social, em conformidade com uma escala mensal de rodízio a ser fixado pelo OGESFI.

CAPÍTULO I

DA PREPARAÇÃO DO CORPO

Art. 8º A preparação do corpo de pessoa falecida dar-se-á em necrotérios.

Art. 9º A construção, instalação ou funcionamento de necrotério ou similar deverá cumprir as normas regulamentares, entre as quais, as que dispõem sobre localização, projeto de construção, saneamento, meio ambiente, acessibilidade e, especialmente, observar os seguintes condicionantes:

I - ficar afastado, no mínimo, 3m (três metros) dos imóveis vizinhos e serem devidamente ventilados e iluminados;

II - contar com sala de necropsia, com área não inferior a 16 m² (dezesseis metros quadrados), com paredes e piso revestidos com material liso, resistente, impermeável, lavável, não-corrosível, devendo ainda possuir:

a) mesa para necropsia, de formato que facilite o escoamento de líquidos, que terão destino conveniente, com revestimento de material liso, resistente, impermeável, lavável e não corrosível;

b) lavatório ou pia com água corrente e dispositivo que permita a lavagem das mesas de necropsia e do piso;

c) piso dotado de ralo sifonado;

d) câmara frigorífica com área mínima de 8 m² (oito metros quadrados), para a guarda de cadáveres;

III - possuir sala de recepção e espera;

IV - dispor de instalações sanitárias separadas por sexo, com bacio sanitário, lavatório e chuveiro.

CAPÍTULO II

DO OFERECIMENTO DE URNAS FUNERÁRIAS E OBJETOS CORRELATOS

Art. 10. O oferecimento de urnas funerárias e objetos correlatos será feito por estabelecimentos públicos ou privados, mediante pagamento.

Art. 11. O oferecimento de urnas funerárias e objetos correlatos por estabelecimento privado requer prévia autorização do OGESFI e demais licenciamentos exigíveis pela legislação vigente.

Art. 12. O OGESFI editará resolução com a definição de modelos

básicos de urnas funerárias, de cunho popular, com suas especificações.

§ 1º O OGESFI fixará os preços máximos para os modelos estabelecidos na resolução de que trata o caput.

§ 2º Os estabelecimentos que comercializam urnas funerárias poderão disponibilizar novos modelos, exceto de qualidade inferior ao modelo popular.

Art. 13. Na falta de urnas funerárias dos modelos fixados pelo OGESFI, os estabelecimentos são obrigados a fornecer ao interessado outro de qualidade igual ou superior, em disponibilidade, pelo preço do que se encontra em falta.

Art. 14. Os estabelecimentos que comercializam urnas funerárias são obrigados a firmar Termo de Compromisso em que asseguram a doação de urnas do modelo popular para inumação de destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados, mediante requisição do OGESFI.

§ 1º A requisição de que trata o caput será feita mediante sistema de rodízio, obedecendo a critérios estabelecidos em resolução do OGESFI.

§ 2º A obrigação de que trata o caput caberá a qualquer estabelecimento, devendo fazer imediata entrega no local designado pelo OGESFI.

CAPÍTULO III

DO OFERECIMENTO DE LOCAIS PARA CERIMÔNIAS FUNERÁRIAS

Art. 15. Os locais destinados à realização de cerimônias funerárias (casas mortuárias) deverão observar as normas regulamentares, entre as quais as que dispõem sobre localização, projeto de construção, saneamento, meio ambiente, acessibilidade e, especialmente, observar os seguintes condicionantes:

I - sala de vigília, com área não inferior a 20 m2 (vinte metros quadrados);

II - sala de descanso e espera;

III - instalações sanitárias separadas por sexo, com bacio sanitário e lavatório;

IV - bebedouro, fora das instalações sanitárias e da sala de vigília. Parágrafo único. As copas são permitidas somente em locais adequadamente situados, submetidos à aprovação dos órgãos competentes.

Art. 16. O OGESFI fixará os preços máximos dos serviços prestados pelas casas mortuárias.

Parágrafo único. Será gratuito o serviço nas casas mortuárias para pessoas destinatárias da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados, mediante requisição do OGESFI.

Art. 17. É permitida a instalação na casa mortuária, em local que respeite a vigília nos cômodos próprios e a realização das atividades religiosas, de lanchonetes e de lojas que comercializem produtos compatíveis com a natureza do local, a critério do OGESFI.

CAPÍTULO IV

DA ORNAMENTAÇÃO DOS LOCAIS DA CERIMÔNIA FUNERÁRIA

Art. 18. As atividades de ornamentação das casas mortuárias poderão ser executadas por pessoa jurídica contratada diretamente pela família do falecido.

Parágrafo único. Para o exercício das atividades de que trata o caput será necessária prévia autorização do OGESFI e demais licenciamentos exigíveis pela legislação vigente.

Art. 19. Os preços pela prestação dos serviços de ornamentação são livres.

CAPÍTULO V

DO OFERECIMENTO DE TRANSPORTE E ENTREGA DO CORPO

Art. 20. O oferecimento de transporte da urna funerária até o local da cerimônia funerária e, posteriormente, deste até o cemitério ou crematório, será feito por estabelecimento público ou privado, mediante pagamento.

Parágrafo único. Será gratuito o serviço de transporte e entrega do corpo para os destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados, mediante requisição do OGESFI.

Art. 21. Além do serviço de transporte e entrega do corpo, o estabelecimento poderá oferecer serviço de transporte de pessoas exclusivamente para atender os serviços de funeral, mediante pagamento.

Parágrafo único. Será gratuito o serviço de transporte de pessoas de que trata o caput para os destinatários da Assistência Social, mediante requisição do OGESFI.

TÍTULO III

DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIO E CREMATÓRIO

Art. 22. Os serviços de cemitério e crematório serão realizados diretamente ou indiretamente sob delegação.

Art. 23. A prestação dos serviços de cemitério e crematório será efetuada:

I - diretamente pelo OGESFI, conforme regulamentação, observados os preceitos desta Lei; e

II - indiretamente sob o regime de concessão ou permissão, atendidas as condições do Edital e desta Lei.

Art. 24. A concessionária ou permissionária dos serviços de cemitério e crematório deverão:

I - manter livros, fichas e outros materiais exigidos pela legislação e normas regulamentares;

II - manter as instalações nas mais perfeitas condições de limpeza e higienização;

III - impedir o uso indevido de seus bens, mantendo serviço de vigilância permanente;

IV - cumprir as obrigações assumidas com os usuários do serviço;

V - manter o serviço durante o horário fixado pelo OGESFI, inclusive nos dias não-úteis;

VI - construir apenas os prédios e instalações devidamente licenciados;

VII - cumprir e fazer cumprir as determinações dos regulamentos municipais atinentes à espécie;

VIII - sujeitar-se à fiscalização, facilitando a ação dos agentes credenciados;

IX - encaminhar à OGESFI, até o 5º dia útil do mês subsequente, relatório dos serviços executados; e

X - disponibilizar seus serviços, gratuitamente, aos destinatários da Assistência Social, em conformidade com uma escala mensal de rodízio a ser fixado pelo OGESFI.

CAPÍTULO I

DOS CEMITÉRIOS

Art. 25. Os cemitérios terão caráter secular, sendo permitida a prática de cultos ou cerimônias religiosas em suas dependências, conforme as normas e regulamentos pertinentes.

Art. 26. Os cemitérios possuirão Plano Estético próprio definindo os tipos de construções e obras de infraestrutura e embelezamento que serão admitidas, respeitadas as normas urbanísticas, viárias, sanitárias, ambientais e de segurança e trânsito previstas na legislação vigente.

Parágrafo único. A implantação de novos cemitérios e a adequação dos existentes atenderá às exigências contidas nesta Lei, observando-se ainda:

I - o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

II - o Código de Obras do Município; e

III - o Código de Posturas do Município.

Art. 27. Os cemitérios somente poderão ser localizados, instalados e postos em funcionamento após a expedição das respectivas licenças quanto ao uso e ocupação do solo urbano, ao meio ambiente, ao trânsito e sistema viário, às condições de higiene, segurança e saúde pública.

Art. 28. Os cemitérios deverão ser providos de:

I - local destinado a:

- a) sepultamentos;
- b) administração e recepção; e
- c) cerimônias funerárias.

II - depósito para materiais e ferramentas;

III - vestiários e instalações sanitárias para os empregados;

IV - instalações sanitárias para o público, separadas por sexo;

V - cercamento de todo o perímetro da área;

VI - ossário; e

VII - cortina arbórea.

§ 1º Os cemitérios poderão, ainda, ser providos de crematórios.

§ 2º A área destinada à cortina arbórea ou ajardinamento compreenderá, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área total do cemitério, não se computando, nesse percentual, áreas ajardinadas sobre construção tumular.

§ 3º A exigência de que trata o parágrafo anterior será dispensada no caso específico de cemitério jardim ou parque.

Art. 29. As sepulturas terão as dimensões estabelecidas por ato do OGESFI.

Parágrafo único. Para atendimento a sepultamento de cadáveres com dimensões superiores ao padrão médio, os cemitérios deverão ser providos de sepulturas especiais.

Art. 30. A administração do cemitério deverá manter todas as sepulturas numeradas, conforme o Plano Estético vigente.

Art. 31. Compete à administração do cemitério o registro em livros das pessoas sepultadas, exumadas ou reinumadas e sua respectiva data, contendo a identificação do falecido, nome, idade, sexo, profissão, estado civil, causa da morte e localização da sepultura ou destino.

§ 1º Os livros de registros não poderão conter rasuras.

§ 2º A exumação seguida de traslado sujeitar-se-á à autorização de sepultamento do cemitério de destino, sendo averbadas nos livros de registro.

§ 3º Deverá ser encaminhada ao OGESFI, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, o relatório das inumações, exumações e reinumações, nestes últimos casos com seus motivos, efetuadas no mês anterior.

Art. 32. Todo cemitério deverá possuir uma quota mínima de 10% (dez por cento) de sepulturas reservadas para sepultamento das vítimas de epidemias, calamidades ou catástrofes e aos destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados.

Parágrafo único. Para atender ao que dispõe o caput, o OGESFI estabelecerá escala periódica de rodízio, em todos os cemitérios situados no município.

Art. 33. Os horários para sepultamentos serão regulamentados pelo OGESFI.

Art. 34. É livre a visitação dos cemitérios, conforme regulamentação do OGESFI, desde que resguardados os usos e os bons costumes.

Art. 35. Não será admitido o acesso ao cemitério de pessoas com animais, crianças desacompanhadas de adultos e vendedores ambulantes.

Art. 36. A desativação de cemitérios deverá ser autorizada pelo OGESFI mediante aprovação de plano próprio que assegure a destinação adequada do mesmo e dos restos mortais.

Art. 37. Os mausoléus, quando admitidos no plano estético do cemitério, somente poderão ser erguidos em sepulturas cuja concessão de uso seja a título remunerado e perpétuo.

Art. 38. As lápides poderão conter somente os nomes das pessoas sepultadas, com as respectivas datas de nascimento e morte, e a inscrição de epitáfio de livre escolha do concessionário ou seus familiares que este estiver falecido.

Art. 39. A execução de obras de pequeno porte nos cemitérios somente será autorizada para pessoas previamente cadastradas pela administração do cemitério.

Parágrafo único. No cadastro, previsto no caput, deverá constar a qualificação completa e assunção da responsabilidade por danos e prejuízos a quaisquer bens, seja do cemitério ou de terceiros.

Art. 40. A administração do cemitério não se responsabiliza por qualquer objeto deixado nas dependências do mesmo, por concessionários ou por visitantes, nem por quebra de vasos, lápides, floreiras ou vidros colocados nas sepulturas.

Art. 41. Será retirado do cemitério todo aquele que perturbar a ordem ou se comportar de forma desrespeitosa, sem prejuízo de outras cominações legais.

Seção I

Da Implantação de Cemitérios e Suas Espécies

Art. 42. Os cemitérios deverão ser submetidos a processo de licenciamento, nos termos desta Lei e da legislação urbanística, ambiental e sanitária pertinentes.

Art. 43. O projeto de cemitério será precedido de fixação de diretrizes por parte do órgão municipal responsável pelo desenvolvimento urbano sustentável e do meio ambiente em conjunto com o OGESFI, a pedido do interessado, instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento assinado pelo interessado;

II - Certidão de Matrícula do imóvel, com validade de até 30 (trinta) dias;

III - caracterização da área na qual será implantado o empreendimento, compreendendo:

a) localização tecnicamente identificada no município com indicação de acessos, sistema viário, ocupação e benfeitorias no seu entorno;

b) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral compreendendo o mapeamento de restrições contidas na legislação urbana e ambiental;

c) estudo demonstrando o nível máximo do aquífero freático (lençol freático) na estação de maior precipitação pluviométrica;

d) sondagem mecânica para caracterização do subsolo.

IV - projeto do empreendimento que deverá conter plantas, memoriais e documentos assinados por profissional habilitado;

V - plano de implantação e operação do empreendimento; e

VI - medidas de mitigação de impacto e de controle ambiental.

Art. 44. O prazo para expedição de diretrizes é de até 90 (noventa) dias, a contar da data de protocolo do pedido.

Art. 45. As diretrizes terão validade pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 46. O projeto de cemitério vertical, submetido pelo interessado à aprovação do órgão municipal responsável pelo desenvolvimento urbano sustentável e do meio ambiente em conjunto com o OGESFI, obedecidas as diretrizes expedidas e a regulamentação

própria, conterá:

I - planta de projeção da implantação geral do cemitério vertical no terreno, com indicação de todas as cotas e declividades do projeto;

II - plantas da edificação com cortes e fachadas suficientes para o reconhecimento do atendimento das exigências legais e técnicas pertinentes;

III - projeto de tratamento esgoto, de acordo com as normas vigentes;

IV - teste de absorção do solo, de acordo com as normas técnicas vigentes;

V - projeto completo de sistema para a captação, esgotamento e queima dos gases residuais da decomposição dos corpos, de acordo com as normas técnicas vigentes;

VI - projeto completo do sistema de tubulação para a drenagem dos resíduos líquidos da coligação;

VII - Memoriais de cálculo e descritivo, correspondentes a cada projeto;

VIII - plano detalhado das operações necessárias à perfeita limpeza, conservação e manutenção do cemitério; e

IX - área para estacionamento, inclusive para ônibus.

§ 1º As plantas, projetos e memoriais serão apresentados em 4 (quatro) vias, assinadas pelo interessado, pelo proprietário do imóvel e pelo responsável técnico.

§ 2º O requerente apresentará, também, os seguintes documentos:

I - requerimento assinado pelo interessado e pelo proprietário do terreno;

II - certidão de matrícula do imóvel, com validade de até 30 (trinta) dias;

III - certidões negativas de débitos fiscais.

Art. 47. A sistemática de aprovação do projeto observará as normas vigentes, que poderá, também, exigir apresentação de documentos complementares.

Art. 48. Nenhuma sepultura poderá ser, por qualquer forma, negociada ou ofertada ao público antes da expedição do respectivo Alvará de Uso do cemitério vertical.

Subseção I

Dos Cemitérios Horizontais

Art. 49. Deverão ser atendidas as seguintes exigências para os cemitérios horizontais:

I - a área de fundo das sepulturas deve manter uma distância mínima de 50 cm (cinquenta centímetros) do nível máximo do aquífero freático;

II - nos terrenos onde a condição prevista no inciso anterior não puder ser atendida, os sepultamentos devem ser feitos acima do nível natural do terreno;

III - adotar-se-ão técnicas e práticas que permitam a troca gasosa, proporcionando, assim, as condições adequadas à decomposição dos corpos;

IV - nos terrenos predominantemente cáusticos, que apresentem cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos, devem ser adotadas medidas que impeçam a contaminação dos mananciais;

V - a área de sepultamento deverá ser isolada em todo o seu perímetro por uma faixa mínima de 5,00 m (cinco metros) de área habitada.

Subseção II

Dos Cemitérios Jardim ou Parque

Art. 50. Os cemitérios jardim ou parque têm suas condições mínimas de construção e implantação fixadas nesta Lei, observadas as demais exigências pertinentes da legislação e normas estabelecidas pelo OGESFI.

Art. 51. Nos cemitérios jardim ou parque, as edificações destinadas a sepultamento deverão ser predominantemente recobertas por gramados ou jardins.

Parágrafo único. Não são admitidas construções tumulares aparentes nos cemitérios jardim ou parque, exceto a identificação das sepulturas por uma lápide, ao nível do chão e de pequenas dimensões.

Art. 52. Nos cemitérios jardim ou parque, as edificações destinadas a sepultamento deverão ter recuos de, no mínimo, 8,00 m (oito metros) em relação a todas as divisas do terreno.

§ 1º Quando o cemitério não ocupar a totalidade da quadra, deverá ser observado um recuo de 15,00 m (quinze metros) em relação aos lotes lindeiros.

§ 2º Prevalecerão os recuos exigidos pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, para a zona em que o cemitério for implantado, quando forem superiores àqueles previstos no caput deste artigo.

Art. 53. Integrarão o projeto obrigatoriamente:

I - uma faixa destinada à cortina arbórea de, no mínimo 6,00 m (seis metros) de largura, ao longo de todo o perímetro de terreno;

II - vagas para estacionamento, podendo ser inseridas na área arborizada, na proporção de uma para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída.

Art. 54. O cemitério jardim ou parque conterá, pelo menos, os seguintes compartimentos, instalações ou locais, observados os preceitos técnicos de acessibilidade:

I - 1 (uma) capela ecumênica;

II - 1 (um) local para cerimônia funerária para, no máximo, cada 5.000 (cinco mil) jazigos;

III - 1 (um) local para administração geral e recepção;

IV - 1 (um) sanitário para cada sexo, em cada local para cerimônia funerária;

V - 1 (uma) sala de exumação;

VI - instalações sanitárias para o público, externa às casas mortuárias, separadas para cada sexo;

VII - vestiários para os empregados;

VIII - depósito para materiais e ferramentas;

IX - sala para acendimento de velas;

X - incinerador;

XI - ossário.

Art. 55. Os jazigos deverão obedecer, internamente, as seguintes dimensões:

I - largura mínima: 80 cm (oitenta centímetros);

II - altura mínima: 60 cm (sessenta centímetros);

III - comprimento mínimo: 2,30 m (dois metros e trinta centímetros).

Art. 56. Os jazigos poderão ser sobrepostos e justapostos, observado o terreno de instalação do cemitério e ao aquífero freático, obedecidas as seguintes características:

I - a sobreposição poderá ser de, no máximo, 4 (quatro) jazigos;

II - a justaposição poderá ser de, no máximo, 60 (sessenta) jazigos;

III - a cada 60 (sessenta) jazigos justapostos deverão ser previstos corredores de passagem, com largura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 57. Os jazigos devem ser constituídos de:

I - materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores;

II - acessórios ou características construtivas que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coligação;

III - dispositivo que permita a troca gasosa, em todos os jazigos, proporcionando as condições adequadas para a decomposição dos corpos;

IV - tratamento ambientalmente adequado para os eventuais efluentes gasosos.

Art. 58. Os jazigos observarão, também, os seguintes requisitos:

I - sua construção deverá ser estruturada, de modo a não permitir fissuras e rachaduras;

II - as lajes inferiores deverão ter superfície resistente e impermeável, sendo dotadas de inclinação mínima de 2% (dois por cento) para escoamento dos líquidos oriundos da coligação para a rede própria de captação e tratamento dos mesmos;

III - nenhum jazigo poderá sofrer incidência direta de raios solares, devendo ser previstos, com esse objetivo, os necessários elementos construtivos e de ajardinamento.

Art. 59. Os jazigos deverão ser vedados após o sepultamento com placas de concreto.

Art. 60. Deverá ser prevista uma rede de tubulações para captação de esgotamento dos gases, bem como uma rede de tubulações para drenagem dos resíduos líquidos da coligação, com as seguintes características:

I - as redes serão independentes;

II - as tubulações centrais para as redes de captação e esgotamento de gases e de líquido terão diâmetro mínimo de 50 cm (cinquenta centímetros);

III - as tubulações centrais atenderão no máximo 2 (duas) colunas de jazigos justapostos;

IV - o início da tubulação para o esgotamento dos gases será localizado, no máximo, 2 cm (dois centímetros) abaixo da superfície interna da laje superior de cada jazigo.

Art. 61. Haverá um sistema construtivo para recebimento e tratamento dos resíduos líquidos da coligação e das águas de lavagem do sistema de tubulação de esgotamento dos líquidos residuais, obedecidas as normas técnicas vigentes.

Art. 62. O incinerador, cuja construção deverá atender as normas técnicas vigentes, será localizado no pavimento térreo, contíguo à sala de exumação, e com ela terá comunicação direta.

Parágrafo único. O incinerador não poderá ser utilizado para queima de despojos mortais.

Art. 63. A queima dos gases residuais será obrigatória, segundo as normas técnicas vigentes.

Art. 64. Não será permitida a colocação e o acendimento de velas nos corredores e junto aos jazigos.

Subseção III

Dos Cemitérios Verticais

Art. 65. Os cemitérios verticais têm suas condições mínimas de construção e implantação fixadas nesta Lei, observadas as demais exigências pertinentes da legislação vigente.

Art. 66. Nos cemitérios verticais, as edificações destinadas a sepultamento deverão ter recuos de, no mínimo, 8,00 m (oito metros) em relação a todas as divisas do terreno e altura máxima conforme dispuser as normas de usos e ocupação do solo.

§ 1º Quando o cemitério não ocupar a totalidade da quadra, deverá ser observado um recuo de 15,00 m (quinze metros) em relação aos lotes lindeiros.

§ 2º Prevalecerão os recuos exigidos pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, para a zona em que o cemitério for implantado, quando forem superiores àqueles previstos no caput deste artigo.

Art. 67. Integrarão o projeto obrigatoriamente:

I - uma faixa destinada à cortina arbórea de, no mínimo 6,00 m

(seis metros) de largura, ao longo de todo o perímetro de terreno; II - vagas para estacionamento, podendo ser inseridas na área arborizada, na proporção de uma para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída.

Art. 68. O cemitério vertical conterá, pelo menos, os seguintes compartimentos, instalações ou locais, observada a acessibilidade:

I - 1 (uma) capela ecumênica;

II - 1 (um) local para cerimônia funerária para, no máximo, cada 5.000 (cinco mil) lóculos;

III - 1 (um) local para administração geral e recepção;

IV - 1 (um) sanitário para cada sexo, em cada local para cerimônia funerária;

V - 1 (uma) sala de exumação;

VI - instalações sanitárias para o público, externa às casas mortuárias, separadas para cada sexo;

VII - vestiários para os empregados;

VIII - depósito para materiais e ferramentas;

IX - sala para acendimento de velas;

X - incinerador;

XI - ossário;

XII - gerador de energia elétrica próprio, capaz de suprir a necessidade de todo o cemitério, em caso de emergência.

Art. 69. Os cemitérios verticais obedecerão, ainda, às seguintes exigências:

I - o pé-direito de cada pavimento não poderá ser inferior a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros);

II - ao longo da parte frontal do conjunto de lóculos deverá haver corredores com, pelo menos, 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura, dotados de ventilação natural;

III - nas edificações com mais de 2 (dois) pavimentos será instalado, no mínimo, 1 (um) monta-carga, obedecendo as disposições das normas pertinentes;

IV - serão dotados de rampas com declividades máximas de 8% (oito por cento).

Art. 70. Os lóculos deverão obedecer, internamente, as seguintes dimensões:

I - largura mínima: 80 cm (oitenta centímetros);

II - altura mínima: 60 cm (sessenta centímetros);

III - comprimento mínimo: 2,30 m (dois metros e trinta centímetros).

Art. 71. Os lóculos poderão ser sobrepostos e justapostos, de modo a formar um conjunto, obedecidas as seguintes características:

I - a sobreposição poderá ser de, no máximo, 4 (quatro) lóculos por pavimento;

II - a justaposição poderá ser de, no máximo, 60 (sessenta) lóculos;

III - a cada 60 (sessenta) lóculos justapostos deverão ser previstos corredores de passagem, com largura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 72. Os lóculos devem ser constituídos de:

I - materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores;

II - acessórios ou características construtivas que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coligação;

III - dispositivo que permita a troca gasosa, em todos os lóculos, proporcionando as condições adequadas para a decomposição dos corpos;

IV - tratamento ambientalmente adequado para os eventuais efluentes gasosos.

Art. 73. Os lóculos observarão, também, os seguintes requisitos:

I - sua construção deverá ser estruturada, de modo a não permitir fissuras e rachaduras;

II - as lajes inferiores deverão ter superfície resistente e impermeável, sendo dotadas de inclinação mínima de 2% (dois por cento); com declividade no sentido da parede oposta à parte frontal do lóculo;

III - o nível inferior da abertura frontal do lóculo deverá ficar, no mínimo, 3 cm (três centímetros) acima a superfície da sua laje inferior;

IV - nenhum lóculo poderá sofrer incidência direta de raios solares, devendo ser previstos, com esse objetivo, os necessários elementos construtivos, integrantes da edificação.

Art. 74. Os lóculos deverão ser vedados, na parte frontal, após o sepultamento, com 2 (duas) placas, sendo uma interna de concreto, e outra externa, de granito, mármore ou material similar, para colocação de inscrições.

Parágrafo único. O tipo de material e sua tonalidade serão uniformes, para todos os lóculos.

Art. 75. Na parte frontal do conjunto de lóculo, poderá ser previsto um sistema de portas com vidro, cobrindo as placas externas de vedação.

Art. 76. Deverá ser prevista uma rede de tubulações para captação de esgotamento dos gases, bem como uma rede de tubulações para drenagem dos resíduos líquidos da coligação, com as seguintes características:

I - as redes serão independentes;

II - as tubulações centrais para as redes de captação e esgotamento de gases e de líquido terão diâmetro mínimo de 50 cm (cinquenta centímetros);

III - as tubulações centrais atenderão no máximo 2 (duas) colunas de lóculos justapostos;

IV - o início da tubulação para o esgotamento dos gases será localizado, no máximo, 2 cm (dois centímetros) abaixo da superfície interna da laje superior de cada lóculo.

Art. 77. Haverá um sistema construtivo para recebimento e tratamento dos resíduos líquidos da coligação e das águas de lavagem do sistema de tubulação de esgotamento dos líquidos residuais, obedecidas as normas técnicas vigentes.

Art. 78. O incinerador, cuja construção deverá atender as normas técnicas vigentes, será localizado no pavimento térreo, contíguo à sala de exumação, e com ela terá comunicação direta.

Parágrafo único. O incinerador não poderá ser utilizado para queima de despojos mortais.

Art. 79. A queima dos gases residuais será obrigatória, segundo as normas técnicas vigentes.

Art. 80. Não será permitida a colocação e o acendimento de velas nos corredores e junto aos lóculos.

Subseção IV

Dos Cemitérios de Animais

Art. 81. O OGESFI poderá instalar ou conceder que se instalem cemitérios destinados ao enterramento de pequenos animais.

Parágrafo único. Os locais destinados ao enterramento de pequenos de animais deverão preencher as exigências do art. 42 desta Lei.

Art. 82. O enterramento de pequenos animais será feito em covas, vedada a construção sobre ela, admitindo-se a colocação de lápide ou placa, na qual poderá constar o nome do adquirente da concessão e o do animal.

Parágrafo único. Decorridos 3 (três) anos do enterramento, os ossos serão retirados e colocados em nichos, com a indicação de que trata o caput.

Art. 83. O adquirente de covas deverá pagar os valores correspondentes ao enterramento e à conservação do local da cova.

Parágrafo único. A falta do pagamento do valor referente à conservação implicará a caducidade da concessão e consequente retirada dos ossos da sepultura, dando-se-lhe o destino usual dos animais mortos no Município.

Art. 84. No caso de delegação do serviço de cemitério para pequenos animais, o delegado é obrigado a cumprir as disposições desta Lei e sua regulamentação.

Seção II

Das Inumações, Exumações e Reinumações

Subseção I

Das Inumações

Art. 85. As inumações não poderão se consumir antes de 24 (vinte e quatro) horas depois do falecimento, salvo início de putrefação ou morte em razão de vítimas de moléstia contagiosa, epidêmica ou endêmica; calamidades e catástrofes ou autorização médica.

Art. 86. As inumações serão feitas exclusivamente em cemitérios.

Art. 87. A inumação somente será permitida mediante:

I - exibição da certidão de óbito;

II - pagamento dos valores atribuídos aos respectivos serviços;

III - apresentação do título de concessão ou permissão de uso de sepultura;

IV - apresentação, quando for o caso, de procuração para os fins específicos ou autorização do concessionário ou seus familiares quando este estiver falecido;

V - apresentação da certificação emitida pela Assistência Social aos seus destinatários ou da autoridade sanitária competente quando tratar-se de vítimas de moléstia contagiosa, epidêmica ou endêmica; calamidades e catástrofes.

§1º Nos casos de impossibilidade do registro de óbito e consequente a não apresentação da certidão de óbito no tempo devido, esta poderá ser substituída, provisoriamente, pelo prazo de 48 (quarenta) horas, por Termo de Compromisso assinado pelo responsável pela inumação, bem como apresentação do laudo médico.

§2º As inumações serão sempre individuais, salvo quando se tratar de mãe e filho natimorto, que poderão ser inumados juntos.

Art. 88. Entre duas inumações sucessivas na mesma construção tumular intermediará prazo mínimo de 5 (cinco) anos, se a última foi de adulto, e de 3 (três) anos, se foi de infante.

Art. 89. Os corpos sepultados podem estar envoltos por mantas ou urnas constituídas de materiais biodegradáveis, não sendo recomendado o emprego de plásticos, tintas, vernizes, metais pesados ou qualquer material nocivo ao meio ambiente.

Parágrafo único. Fica vedado o emprego de material impermeável que impeça a troca gasosa do corpo sepultado com o meio que o envolve.

Subseção II

Das Exumações

Art. 90. As exumações somente serão realizadas:

I - após decorridos 3 (três) anos da inumação:

a) a pedido da família do falecido;

b) para transferência dos despojos por desativação do cemitério ou para o ossário;

c) por vencimento da permissão;

d) por caducidade da concessão;

e) por ruína ou abandono da sepultura;

II - a qualquer tempo, por determinação oficial.

§ 1º No caso da alínea "a" do inciso I, a exumação dependerá de

prévio pagamento do valor correspondente e autorização da administração do cemitério, além do atendimento às normas vigentes.
§ 2º Quando a exumação não se der a pedido da família do falecido, será ela comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por edital no veículo de publicação legal do município ou, se conhecido seu endereço, por via postal.

Art. 91. Toda exumação será registrada no livro de registro de exumações e no de registro de ocorrências.

Art. 92. É vedado negar exumação, quando ordenada no interesse da Justiça.

Art. 93. A exumação de pessoa cujo falecimento decorreu de moléstia contagiosa, epidêmica ou endêmica, será efetuada mediante autorização e de acordo com os procedimentos emanados das autoridades sanitárias competentes.

Subseção III Das Reinumações

Art. 94. As reinumações observarão as disposições desta Lei tangentes às inumações, observadas suas características próprias.
Parágrafo único. O OGESFI regulamentará, no que couber, as reinumações.

Art. 95. Toda reinumação será registrada no livro de registro de inumações e reinumações, bem como no de registro de ocorrências.

Seção III Do Registro de Inumações, Reinumações e Exumações

Art. 96. Todo cemitério deverá possuir:
I - Livro de registro de sepulturas ou fichário equivalente;
II - Livro de registro de inumações e reinumações;
III - Livro de registro de exumações;
IV - Livro de registro de ocorrências.
§1º Em todos os livros deverá constar termo de abertura e de encerramento e ter suas folhas sequencialmente numeradas e rubricas pelo responsável pela administração do cemitério.
§2º Os livros de registro citados no caput poderão ser substituídos por sistemas ou programas eletrônicos devidamente certificados pelo OGESFI.

Art. 97. Exibida a certidão de óbito, seu conteúdo será registrado em livro próprio, na administração de cada cemitério, para que possa ser apresentado a qualquer tempo.

Art. 98. Do livro de registro de inumações e reinumações deverão constar:
I - lugar, hora, dia e ano do falecimento;
II - nome do falecido;
III - sexo;
IV - idade;
V - estado civil;
VI - filiação;
VII - profissão;
VIII - nacionalidade;
IX - residência e domicílio;
X - causa da morte; e
XI - local em que se deu o sepultamento.

Seção IV Dos Serviços de Limpeza

Art. 99. Os serviços de limpeza dos cemitérios, inclusive das sepulturas, são de exclusiva competência de sua administração.

Art. 100. Os resíduos sólidos originados nos cemitérios deverão ter destinação ambientalmente adequada.

Art. 101. Flores, coroas ou outros ornamentos perecíveis usados em funerais ou colocados sobre as sepulturas em outras ocasiões, quando estiverem em mau estado de conservação, serão retirados pela administração do cemitério.
Parágrafo único. Os interessados perderão o direito ao material e ornamentos não-perecíveis que forem retirados dos jazigos ou lóculos em razão de exumação, se não os forem buscar até o dia seguinte da data prevista para a mesma.

Art. 102. É proibido, dentro do cemitério, o trabalho de preparo de pedras ou de quaisquer outros materiais, que deverão entrar já em condições de serem empregados imediatamente.

Seção V Da Prestação Direta dos Serviços de Cemitérios

Art. 103. A prestação direta dos serviços de cemitérios será efetuada pelo OGESFI, conforme regulamentação editada pelo mesmo, observados os preceitos desta Lei.

Art. 104. Não será permitido executar nos cemitérios sob administração direta, no período de 20 de outubro a 10 de novembro, qualquer obra, construção, reforma ou colocação de lápides.

Art. 105. As inumações em cemitérios públicos serão feitas mediante:
I - concessão de uso, a título remunerado ou gratuito, em caráter perpétuo;
II - permissão de uso, a título remunerado ou gratuito, em caráter temporário.
Parágrafo único. A critério do OGESFI, a administração do cemitério poderá parcelar o pagamento da concessão ou permissão de uso da sepultura.

Art. 106. É obrigatório o pagamento das taxas cobradas pelo Município, sob pena de revogação da concessão ou permissão de uso e cobrança judicial.

Subseção I Da Concessão de Uso de Sepultura

Art. 107. A concessão de uso de sepultura só será feita para construção tumular destinada a sepultamento de adultos, admitida a inumação de cônjuge ou companheiro e de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau do concessionário, bem como de:
I - qualquer pessoa, mediante autorização do concessionário;
II - sócios, membros, irmãos, confrades ou beneficiários de sociedades, irmandades, instituições governamentais ou confrarias religiosas que detenham a condição de titulares da concessão de uso, mediante apresentação de documento hábil que comprove tal qualidade.
Parágrafo único. Admite-se, na concessão de uso de sepultura, o sepultamento de infantes desde que observado o tamanho da sepultura para adulto.

Art. 108. Exclusivamente, nas concessões de uso de sepultura a construção tumular com, no mínimo, 4 (quatro) gavetas, poderá contar com compartimento para reverência ao falecido e disposição de objetos e ornamentos, com área correspondente a do espaço ocupado por uma sepultura.
§ 1º O valor da concessão de uso correspondente ao compartimento para reverência ao falecido e disposição de objetos e ornamentos será equivalente ao sêxtuplo daquele previsto para a concessão de uso de uma sepultura.
§ 2º O compartimento para reverência ao falecido e disposição de objetos e ornamentos poderá ser convertido em gavetas mediante

autorização da administração do cemitério e conversão da concessão de uso que o ampara em concessão de uso para cada sepultura.

Art. 109. Como homenagem pública excepcional, poderá o OGESFI conceder perpetuidade gratuita de construção tumular a cidadão cuja vida pública deva ser rememorada pelo povo, por relevantes serviços prestados à Nação, ao Estado ou ao Município.

Parágrafo único. A concessão excepcional de que trata o caput é adstrita ao cidadão que tenha sido condecorado com a Medalha de Honra ao Mérito ou o Título de Cidadão Imbitubense, outorgados pelo Poder Legislativo Municipal de Imbituba, ou com a Medalha Henrique Lage, concedida pelo Poder Executivo Municipal de Imbituba.

Art. 110. Poderá ser efetuada, antecipadamente, a concessão de uso de sepultura, observadas as seguintes regras:

- I - será reservada, no mínimo, 70% (setenta por cento) da capacidade de cada cemitério para atender à demanda corrente;
- II - somente poderá ser efetuada a pessoas maiores e capazes;
- III - é vedada a concessão de mais de uma sepultura a cada adquirente em locais diferentes;
- IV - efetivada a concessão a um dos cônjuges ou companheiros, não poderá o outro obter nova concessão na constância do casamento ou da união estável, qualquer que seja o seu regime de bens.

Art. 111. Na concessão de uso de sepultura, a construção tumular é de responsabilidade única e exclusiva do concessionário ou da família do mesmo quando este tiver falecido, incluindo-se a conservação dos mesmos.

§1º A construção tumular deverá observar rigorosamente o Plano Estético do cemitério e o regulamento estabelecido pelo OGESFI.
§2º Em casos emergenciais, a administração do cemitério fará a restauração da construção tumular cujos gastos serão cobrados dos sujeitos descritos no caput.

Art. 112. A transmissão de direitos das concessões de uso de sepultura opera-se por ocasião da morte e dar-se-á na forma da sucessão legítima ou testamentária, com fulcro nos ditames do Novo Código Civil.

§1º Os sucessores deverão apresentar documentação comprobatória da relação de parentesco ou o testamento que lhe transmitiu o direito à concessão de uso, mediante procedimento administrativo.

§2º Operada a transmissão, o novo titular deve atentar na preservação dos restos mortais das pessoas inumadas na sepultura objeto da transferência, sem prejuízo da observância ao disposto no artigo anterior.

Art. 113. A concessão de uso de sepultura será revogada nos casos de:

- I - ruína;
- II - abandono; ou
- III - ausência do pagamento das taxas respectivas.

Subseção II

Da Permissão de Uso de Sepultura

Art. 114. A permissão de uso de sepultura, a título remunerado, será feita:

- I - por 3 (três) anos, admitida uma prorrogação por igual prazo, sem direito a novas inumações;
 - II - por 10 (dez) anos, admitida uma prorrogação por igual prazo, com direito a inumações de cônjuge ou companheiro, descendente e ascendente, observado o disposto no artigo 88 e desde que os restos mortais contidos na sepultura tenham sido removidos para o ossário, salvo se já tiver sido atingido o último decênio:
- a) da permissão original, sem pedido de prorrogação; e

b) da prorrogação concedida.

Art. 115. A permissão de uso de sepultura, a título gratuito, se fará sempre às sepulturas para os destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados e, ainda, para sepultamento das vítimas de epidemias, calamidades ou catástrofes, neste caso a critério do OGESFI.

§ 1º A permissão de uso de sepultura se dará pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem direito a prorrogação, após o que os ossos serão transferidos para o ossário.

§ 2º É permitida a conversão da permissão de uso de sepultura a título gratuito, durante o seu período de vigência, em permissão de uso de sepultura, a título remunerado ou em concessão de uso de sepultura, mediante pagamento das taxas respectivas e dos de conservação da sepultura relativos ao tempo transcorrido desde a inumação.

Seção VI

Da Prestação Indireta dos Serviços de Cemitérios

Art. 116. A prestação indireta dos serviços de cemitérios será efetuada sob delegação, nas modalidades de:

I - concessão, quando o cemitério ou imóvel destinado a este pertencer ao patrimônio público municipal, mediante procedimento licitatório, conforme regulamentação editada pelo OGESFI, observados os preceitos desta Lei; e

II - permissão, quando o cemitério vier a ser implantado em imóvel de propriedade privada, observados os preceitos desta Lei e regulamentação editada pelo OGESFI.

Parágrafo único. As delegações observarão os seguintes prazos:

I - permissão por 40 (quarenta) anos, admitida uma prorrogação por igual prazo, para os cemitérios e crematórios implantados em imóvel de propriedade privada; e

II - concessão por 20 (vinte) anos, admitida uma prorrogação por igual prazo, para os cemitérios e crematórios pertencentes ao patrimônio público municipal.

Art. 117. Para a prestação dos serviços de cemitérios de que trata este artigo, fica a delegada autorizada a cobrar dos usuários os valores respectivos, conforme normatização do OGESFI.

§ 1º A delegada deverá reservar às vítimas de epidemias, calamidades e catástrofes e aos destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados, o percentual estabelecido no artigo 32 para sepultamento gratuito.

§ 2º A delegada é a responsável direto pelos tributos que incidirem sobre o imóvel e a atividade.

Art. 118. A outorga abrangerá todas as obras, benfeitorias e bens existentes ou que venham a ser implantados pela outorgada, incluindo a operação comercial e a manutenção do cemitério durante o prazo de vigência, na forma a ser detalhada nos documentos que a integram.

Parágrafo único. Expirado o prazo da delegação previsto na presente Lei, reverterão ao Município, a propriedade e posse do cemitério, bem como de todas as benfeitorias realizadas ao longo do período da delegação pelo delegado, independente de qualquer notificação e sem qualquer ônus ao Poder Público.

Art. 119. A administração do cemitério implicará na responsabilidade da delegada em garantir o seu eficaz funcionamento, segundo as normas e critérios a serem expedidos pelo OGESFI, incumbindo, ainda, à delegada, a responsabilidade pelos empregados que vierem a operar o empreendimento, bem como pelo pagamento dos tributos que venham a incidir sobre as suas atividades, além das incumbências e encargos previstos na legislação vigente e normas complementares.

Art. 120. A prorrogação da delegação observará o seguinte:

I - manifestação de interesse da delegada, por escrito, com

antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término do prazo da delegação; e

II - parecer favorável do OGESFI, consideradas as razões de conveniência operacional, técnica ou administrativa e o adequado desempenho das atividades prestadas pela delegada;

§ 1º Inexistindo interesse de qualquer das partes na prorrogação da delegação, nos 180 (cento e oitenta) dias antecedentes ao término do prazo estabelecido ou não havendo aquiescência do OGESFI, este adotará as medidas cabíveis para garantir a continuidade dos serviços à população.

§ 2º Uma vez observado o prazo de que trata o parágrafo anterior, a delegada não poderá interromper seus serviços até que uma nova delegada assuma a operação ou o próprio OGESFI.

Art. 121. A delegação dos serviços de cemitério pressupõe o interesse coletivo na execução do empreendimento e na prestação dos serviços decorrentes, exige serviços adequados, autoriza a justa remuneração do capital e impõe permanente fiscalização do OGESFI.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade dos valores cobrados dos usuários.

§ 2º Considera-se justa a remuneração do capital que atenda:

I - ao custo do investimento, avaliado na forma das normas legais e regulamentares pertinentes;

II - às despesas da administração e operação;

III - à depreciação das instalações, na forma das normas legais e regulamentares pertinentes;

IV - à amortização do capital reconhecido;

V - ao pagamento de tributos e despesas legais;

VI - às reservas para atualização e ampliação do serviço; e

VII - ao percentual de lucro admitido para a delegação.

§ 3º Para assegurar a justa remuneração, os cobrados dos usuários poderão ser revistas periodicamente para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, levando-se em consideração os fatores enumerados no parágrafo anterior, mediante a apresentação de planilha detalhada pela delegada e a sua aprovação pelo OGESFI.

Art. 122. Os delegados ficam obrigados:

I - a respeitar as regras de higiene, segurança, sanitárias e de polícia mortuária, constantes das normas vigentes, no que lhes forem aplicáveis;

II - a conservar livros de que constem os assentos dos mortos sepultados;

III - a exibir documentação referida no inciso anterior, quando exigida pelo OGESFI;

IV - a prestar ao OGESFI os informes que forem necessários.

Art. 123. Extingue-se a delegação dos serviços de cemitério nas hipóteses adiante previstas, respeitando-se o disposto na Lei n.º 8.987, de 13/02/1995, a saber:

I - advento de termo contratual;

II - encampação específica;

III - caducidade;

IV - rescisão, seja por acordo entre delegada e Poder Concedente/Permitente, seja por ato unilateral do Poder Concedente/Permitente, ou por iniciativa da delegada, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;

V - anulação; e

VI - falência ou extinção da empresa delegada, falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º Extinta a delegação, retornam ao Poder Concedente/Permitente todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas, direitos e privilégios transferidos à delegada, conforme previsto no contrato de delegação.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior (reversão), haverá

a imediata assunção do serviço pelo Poder Concedente/Permitente, através do OGESFI, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo OGESFI, de todos os bens reversíveis.

§ 4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o OGESFI, antecipando-se à extinção da delegação, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à delegada, correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços outorgados.

Art. 124. A reversão no caso de encampação, rescisão por iniciativa do Poder Concedente ou, ainda, a rescisão por motivo não atribuível à delegada, far-se-á com a prévia indenização:

I - dos valores dos investimentos realizados na delegação, tais como obras, inclusive de manutenção, bens e instalações, todos atualizados desde a data de seu desembolso até a de seu efetivo reembolso, deduzida a amortização correspondente em função do número de anos de uso e, ainda, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

II - pelo Poder Concedente/Permitente, dos débitos remanescentes assumidos pela delegada com instituições financeiras, para o cumprimento do contrato;

III - a título de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na rentabilidade prevista na Proposta através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da delegação, tudo devidamente atualizado;

IV - de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

Art. 125. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do Poder Concedente/Permitente, a declaração de caducidade da delegação ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º A caducidade da delegação poderá ser declarada pelo Poder Concedente/Permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, em desacordo com as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço previstos no contrato de delegação;

II - a delegada descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à delegação;

III - a delegada perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço outorgado;

IV - a delegada não cumprir as penalidades impostas por infrações por ela cometidas, nos devidos prazos;

V - a delegada não atender a intimação do OGESFI no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VI - a delegada for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

§ 2º A declaração de caducidade da delegação deverá ser precedida da verificação da inadimplência da delegada em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º Não será instaurado processo administrativo antes de comunicados à delegada, formal e detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no parágrafo primeiro deste artigo, concedendo-lhe prazo suficiente para corrigir as falhas e transgressões apontadas, prazo este que não será nunca inferior a 45 (quarenta e cinco) dias úteis.

§ 4º A liquidação dos créditos e débitos oriundos do contrato de delegação será efetuada por meio de encontro de contas entre a delegada e o Poder Concedente/Permitente, contabilizando-se as

indenizações devidas à delegada, deduzidas as multas e demais débitos decorrentes da inadimplência do contrato.

Art. 126. O contrato de delegação poderá ser rescindido por iniciativa da delegada, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente/Permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pela delegada não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

Art. 127. O término antecipado da delegação, resultante de rescisão amigável será obrigatoriamente precedido de justificação que demonstre o interesse público do distrato, devendo o respectivo instrumento conter regras claras e pormenorizadas sobre a composição patrimonial decorrente do ajuste.

Art. 128. O Poder Concedente/Permitente poderá intervir na delegação, em caráter excepcional, com o fim de assegurar a adequação na execução do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, desde que os descumprimentos não sejam sanados, bem como das normas regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção far-se-á por ato do Poder Concedente/Permitente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e limites da medida.

Art. 129. A remuneração mensal para cada delegação outorgada para os serviços de cemitérios corresponderá aos seguintes percentuais de seu faturamento líquido:

I - 15% (quinze por cento), quando o cemitério pertencer ao patrimônio público; e

II - 5% (cinco por cento), quando o cemitério vier a ser implantado em imóvel de propriedade privada.

Parágrafo único. As remunerações de que trata o caput serão recolhidas aos cofres da Fazenda Pública Municipal até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao faturamento da receita líquida, em guia própria fornecida pelo órgão fazendário municipal.

Subseção Única

Do Contrato de Delegação

Art. 130. O contrato de delegação conterá as cláusulas essenciais relativas:

I - ao objeto e ao prazo da delegação;

II - ao modo, à forma e às condições de prestação dos serviços, com detalhamento dos encargos do Poder Concedente/Permitente e da delegada;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - aos valores do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e à revisão do mesmo;

V - aos direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente/Permitente e da delegada, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e prática de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a delegada e sua forma de aplicação;

IX - aos casos de extinção da delegação;

X - às condições de prorrogação do contrato;

XI - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da delegada ao Poder Concedente/Permitente;

XII - à exigência da publicação de demonstrações financeiras

periódicas da delegada; e

XIII - ao foro para a solução das divergências contratuais.

Art. 131. Outorgado os serviços de cemitério, incumbirá às delegadas a execução destes, as quais responderão por todos os prejuízos causados ao Poder Concedente/Permitente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, as delegadas poderão contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço outorgado, bem como implementação de projetos associados, vedada, outrossim, a subcontratação do objeto principal da delegação.

§ 2º Os contratos celebrados entre as delegadas e terceiros a que se refere o parágrafo seguinte, reger-se-ão pelo direito privado, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros e o Poder Concedente/Permitente.

§ 3º A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais e regulamentares da modalidade do serviço delegado.

Art. 132. A transferência do controle societário das delegadas, sem prévia anuência do Poder Concedente/Permitente, implicará na caducidade da delegação.

Art. 133. São encargos do Poder Concedente/Permitente, através do OGESFI:

I - regular o serviço delegado e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

III - extinguir a delegação, nos casos previstos nesta Lei, nas normas pertinentes e na forma previstas no contrato;

IV - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da delegação; e

V - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.

Art. 134. São encargos da delegada, conforme a espécie de delegação:

I - disponibilizar o imóvel de forma livre e desembaraçada de ônus, dúvidas ou dívidas, comprovando a propriedade para nele implantar cemitério, sob permissão, com todos os seus equipamentos, obtendo todas as aprovações prévias necessárias nos órgãos competentes, em todos os níveis de governo;

II - operar e manter o cemitério na forma prevista nesta Lei, nas normas regulamentares aplicáveis e no contrato;

III - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à delegação;

IV - pagar os valores devidos ao Poder Concedente/Permitente, nos termos definidos no contrato;

V - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da delegação;

VI - permitir aos encarregados da fiscalização devidamente credenciados pelo Poder Concedente/Permitente, através do OGESFI, livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço delegado;

VII - cobrar dos usuários pelos serviços prestados; e

VIII - assegurar o atendimento, durante todo o prazo da delegação, de pessoas destinatárias da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados, bem como de vítimas de moléstia contagiosa, epidêmica ou endêmica, além de calamidades e catástrofes, de forma gratuita e sem quaisquer ônus, no percentual mínimo estabelecido nesta lei.

Art. 135. A delegada poderá contratar terceiros para execução das obras atinentes à construção do cemitério, desde que isso não

implique a transferência de seus direitos e obrigações perante o Poder Concedente/Permitente, sendo que tais contratações reger-se-ão exclusivamente pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados e o Poder Concedente/Permitente, que não terá qualquer responsabilidade, direta ou indireta, em relação a tais contratações.

Art. 136. Na ocorrência de relevante interesse público, fica o OGESFI autorizado a editar normas ou regulamentos sobre a delegação de que trata a presente Lei, com a finalidade de suprir eventual ausência de regras específicas da legislação federal, respeitadas a legislação vigente e o contrato.

CAPÍTULO II DOS CREMATÓRIOS

Art. 137. Denomina-se crematório o conjunto de edificações e instalações destinadas à incineração de corpos cadavéricos e restos mortais humanos, compreendendo câmaras de incineração e frigoríficos, capela e dependências reservadas ao público e à administração.

§ 1º Os crematórios deverão possuir ao redor cortina arbórea.

§ 2º Os crematórios sujeitar-se-ão aos mesmos critérios de localização e instalação dos cemitérios constantes nesta Lei e da respectiva regulamentação pelo OGESFI.

Seção Única Da Cremação de Cadáveres e Incineração de Restos Mortais

Art. 138. A inumação do cadáver poderá ser substituída pela sua cremação nos termos e condições estabelecidos nesta Lei.

Art. 139. Só poderá haver cremação nos casos em que não houver dúvidas quanto à causa da morte e absoluta insuspeição, por parte das autoridades policial ou judicial competentes, de que ela não tenha decorrido de ação criminosa.

Art. 140. Será cremado o cadáver:

I - daquele que houver demonstrado esse desejo, por instrumento público ou particular; e

II - se a família do morto assim o desejar, desde que o falecido não haja feito declaração em contrário, por uma das formas a que se refere o item anterior.

Art. 141. Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições do artigo anterior, só poderá ser levada a efeito mediante prévio e expresse consentimento do órgão competente, nos termos da legislação aplicável.

Art. 142. O OGESFI poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos artigos anteriores, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles cujos corpos não forem reclamados, independentemente de pagamento dos valores respectivos.

Art. 143. Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados, mediante consentimento expresse da família do falecido.

Art. 144. As cinzas resultantes da cremação do cadáver ou incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas cinerárias e estas guardadas em nichos.

§ 1º Dessas urnas constarão os dados relativos à identidade do falecido, as datas do falecimento e da cremação ou incineração.

§ 2º As urnas a que se refere este artigo poderão ser entregues a quem o falecido houver indicado ou retiradas pela família do morto.

§ 3º Nos casos de cadáveres de indigentes e daqueles cujos corpos não forem reclamados, as cinzas terão o destino que definir o OGESFI.

Art. 145. A cremação de cadáveres e a incineração de restos mortais estão sujeitas a prévio pagamento dos valores respectivos, bem como a guarda das cinzas resultantes destas práticas, cujos valores serão estabelecidos pelo OGESFI.

Art. 146. Os fornos crematórios e os incineradores de restos mortais serão instalados nos cemitérios ou fora deles, respeitando-se, neste último caso, as regras de uso e ocupação do solo, posturas municipais, ambientais e sanitárias.

TÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 147. A fiscalização dos serviços funerários realizar-se-á pelo OGESFI e demais órgãos municipais em suas respectivas atribuições de poder de polícia.

Parágrafo único. Os serviços funerários serão vistoriados regularmente pelo OGESFI.

Art. 148. Os dirigentes de serviços funerários específicos e os delegados serão responsabilizados pela inobservância das disposições desta Lei.

CAPÍTULO ÚNICO DOS PROCEDIMENTOS, INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 149. A inobservância do disposto nesta Lei e sua regulamentação sujeitará o infrator às penalidades abaixo elencadas, sem prejuízo das de natureza civil e penal, e demais normas pertinentes:

I - Notificação;

II - Multa;

III - Interdição;

IV - Cancelamento da licença;

V - Caducidade da delegação;

VI - Fechamento do estabelecimento.

Art. 150. Compete ao titular do OGESFI a aplicação das penalidades e designação de servidor encarregado da fiscalização dos serviços funerários.

Parágrafo único. Ao servidor designado na forma do caput atribui-se, entre outros atos deferidos pelo titular do OGESFI:

I - a emissão de notificação, lavratura de autos de infração, termos de intimação e editais para notificação de infrações às disposições legais e regulamentares referentes aos serviços funerários;

II - por ocasião da lavratura de autos de infração, a caracterização das disposições legais cominadoras de pena por infringência aos dispositivos legais e regulamentares.

Seção I Da Notificação

Art. 151. Identificada irregularidade nos serviços funerários, será expedida notificação prévia ao infrator para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sanar a falta verificada.

Parágrafo único. Da notificação cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis à autoridade funerária.

Seção II Do Auto de Infração

Art. 152. Esgotado o prazo fixado na Notificação sem que o infrator apresente recurso ou tenha regularizado a situação, será lavrado Auto de Infração.

Parágrafo único. Do auto de infração cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis à autoridade funerária.

Seção III Da Interdição

Art. 153. Será proibido o funcionamento e interditado o serviço funerário respectivo quando as condições estabelecidas na legislação vigente e sua regulamentação continuarem inadequadas após a notificação e multa.

Art. 154. Após notificação, multa e interdição, respeitado o princípio do contraditório e ampla defesa, sendo ainda constatado pela fiscalização o descumprimento dos dispositivos desta Lei, proceder-se-á ao cancelamento das licenças e a consequente caducidade da delegação, bem como determinado o fechamento do estabelecimento.

Seção IV Da Multa

Art. 155. A multa constitui-se em penalidade pecuniária aplicada aos infratores das normas relativas ao serviço funerário, na forma desta lei e sua regulamentação.

Parágrafo único. Na reincidência, o valor da multa será aplicado em dobro.

Art. 156. A multa deverá ser paga dentro de 30 (trinta) dias contados da ciência do auto de infração.

Parágrafo único. O valor da multa poderá ser reduzido em até 30% (trinta por cento) desde que o seu pagamento se efetive em até 10 (dez) dias da ciência do auto de infração.

Art. 157. Dentro do prazo concedido para pagamento, o autuado poderá apresentar defesa ou impugnação para ser submetida à autoridade funerária.

§ 1º Da decisão caberá recurso ao titular do órgão superior da Administração Municipal a que estiver vinculado o OGESFI, encerrando-se aí a instância administrativa.

§ 2º Vencido o prazo sem interposição de defesa ou impugnação ou sem comprovação do pagamento, será extraída certidão para inscrição em Dívida Ativa.

Art. 158. O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de regularizar, nos termos das disposições legais e regulamentares, a situação que lhe deu causa.

Art. 159. A regularização da situação não exime o autuado da obrigação de pagar a multa imposta.

Seção V Das Infrações

Art. 160. Constitui infração funerária a inobservância de qualquer preceito desta Lei, da legislação complementar ou das resoluções do OGESFI, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas em cada dispositivo legal, além das punições previstas nas normas pertinentes aplicáveis.

Parágrafo único. As infrações cometidas em relação às resoluções do OGESFI terão suas penalidades e medidas administrativas definidas nas mesmas.

Art. 161. São infrações funerárias, entre outras, aquelas relacionadas no Anexo II desta lei, às quais se aplicam as respectivas penalidades indicadas.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 162. São direitos e obrigações dos usuários dos serviços funerários:

I - receber serviço adequado;

II - receber informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, observada legislação vigente e normas aplicáveis;

IV - levar ao conhecimento do OGESFI as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços prestados;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pelos prestadores de serviços funerários;

VI - contribuir para a permanência das boas condições de todas as instalações por meio das quais lhes são prestados os serviços; e

VII - pagar os valores relativos aos serviços prestados que vierem a ser definidos pelo OGESFI.

CAPÍTULO II DOS PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 163. Os serviços dos cemitérios serão cobrados mediante valores estabelecidos ou autorizados pelo OGESFI, conforme suas características.

Parágrafo único. Os valores poderão ser pagos de uma só vez antes da prestação do serviço respectivo ou parcelados, a critério da administração do cemitério, observados os critérios definidos pelo OGESFI.

Art. 164. Nas concessões de uso de sepultura a título remunerado o concessionário ou sua família são obrigados a pagar, anualmente, valor correspondente à conservação da sepultura, ainda que não tenha havido inumação na mesma.

§ 1º O pagamento somente poderá ser feito, a cada ano, se liquidados os débitos de exercícios anteriores.

§ 2º A falta de pagamento do valor correspondente à conservação da sepultura no prazo previsto importará ao infrator a caducidade da concessão ou permissão de uso da sepultura.

§ 3º Antes da declaração de caducidade, a administração do cemitério notificará o concessionário, permissionário ou familiares destes para quitar o débito existente, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

§ 4º Decorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior, sem que tenham sido recolhidos os valores atrasados a concessão ou permissão de uso de sepultura será declarada revogada, sendo os despojos recolhidos em urnas apropriadas, com identificação e registro, e encaminhados ao ossário.

Art. 165. O valor correspondente à conservação da sepultura não paga no seu vencimento será corrigido monetariamente, mediante aplicação de coeficientes de atualização, nos termos da legislação própria.

§ 1º A atualização monetária, bem como os juros de mora, incidirão sobre o valor integral, neste computada a multa.

§ 2º Ajuizada a cobrança da dívida, serão devidos, também, custas e honorários de advogado, na forma da legislação própria.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 166. Os serviços funerários existentes no Município de Imbituba terão o prazo de 18 (dezoito) meses para se adequarem às exigências desta Lei.

Art. 167. Os prestadores de serviços funerários designarão oficialmente um gestor para responder pelo mesmo perante o OGESFI.

Art. 168. Além das disposições desta Lei, aplicam-se ao serviço público funerário municipal as normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

Art. 169. O OGESP regulamentará as disposições desta Lei por meio de Resoluções as quais observarão, no que couber, as normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração e a

consolidação de atos normativos municipais.

Art. 170. Conceder-se-á, às sepulturas existentes nos cemitérios públicos na data de vigência desta Lei, permissão de uso a título gratuito, na forma do art. 115 desta Lei e seus parágrafos, desde que a pessoa interessada e que for parente do falecido sepultado apresente, no prazo de até 9 (nove) meses da entrada em vigor desta Lei, documento comprobatório do direito ou a documentação comprobatória da relação de parentesco, mediante procedimento administrativo.

§ 1º Constatado o cumprimento do que dispõe o caput, o OGESFI emitirá o título de permissão respectivo.

§ 2º Esgotado o prazo fixado no caput sem a apresentação da documentação, aplicar-se-á o disposto no § 1º do art. 115 desta Lei.

Art. 171. É livre às associações religiosas adotar o que, por disciplina confessional, for imposto pelos respectivos estatutos ou regimentos, desde que não colida com a legislação vigente.

Art. 172. Em caso de necessidade pública de cassação de delegação de serviços de cemitério, o OGESFI manterá a destinação anterior na parte já utilizada com sepultamento, mediante desapropriação por interesse social, ou transferirá os restos mortais para outro cemitério.

Art. 173. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado art. 69 da Lei nº 846, de 02 de Janeiro de 1986, e demais disposições em contrário.

ANEXO I DEFINIÇÕES (Art. 2º)

I - AUTORIDADE COMPETENTE: pessoa legalmente autorizada a emitir GIER;

II - AUTORIDADE FUNERÁRIA: pessoa legalmente designada para dirigir o OGESFI;

III - CASA MORTUÁRIA: local oferecido para cerimônia funerária, destinado à vigília de cadáver, com ou sem ritual religioso;

IV - CEMITÉRIO: área destinada a sepultamentos, podendo constituir-se em:

a) cemitério horizontal: aquele localizado em área descoberta compreendendo os tradicionais e o do tipo parque ou jardim;

b) cemitério jardim ou parque: aquele predominantemente recoberto por gramados e jardins, isento de construções tumulares aparentes, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão e de pequenas dimensões;

c) cemitério vertical: edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos; e

d) cemitérios de animais: aqueles destinados a enterramentos de pequenos animais.

V - CERIMÔNIA FUNERÁRIA: é o ato religioso ou civil, realizado em homenagem ao falecido;

VI - CENERÁRIO: é o local para acomodação de urnas cinerárias;

VII - COLIQUAÇÃO: é o líquido biodegradável oriundo do processo de decomposição dos corpos ou partes destes;

VIII - COLUMBÁRIO: é o local para guardar urnas e cinzas funerárias, dispostos horizontal e verticalmente, com acesso coberto ou não;

IX - CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO: é a delegação por prazo determinado, mediante licitação, na modalidade de concorrência, envolvendo ou não obrigação associada de investimento, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho;

X - CONSTRUÇÃO TUMULAR: é a construção erigida em uma sepultura, dotada ou não de compartimentos para sepultamento, compreendendo-se:

a) jazigo: é o compartimento destinado a sepultamento contido, com abertura superior;

b) gaveta ou carneiro: é a construção de uma sepultura, constituída de um ou mais compartimentos para sepultamento, com abertura frontal;

c) cripta: compartimento destinado a sepultamento no interior de edificações, templos ou suas dependências;

d) mausoléu: edificação suntuosa constituída para abrigar sepultura de personalidades destacadas na sociedade;

XI - CORTINA ARBÓREA: faixa de terreno configurada com o plantio de árvores, podendo também contar com o cultivo de arbustos;

XII - DELEGADO: pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a prestação dos serviços públicos funerários, por sua conta e risco e por prazo determinado;

XIII - DESTINATÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: toda pessoa carente, desprovida do mínimo social ou em situação econômica desfavorável, inclusive pessoas não identificadas pela autoridade competente;

XIV - EMBALSAMENTO: técnica utilizada para a conservação de cadáver através de produtos conservantes;

XV - ENTERRAR: é o ato de colocar pequeno animal morto em local adequado;

XVI - EXUMAÇÃO: retirada de pessoa falecida, partes ou restos mortais do local em que se acha sepultada;

XVII - FAMÍLIA: é o grupo constituído pelo cônjuge ou companheiro, descendentes, ascendentes e irmãos do falecido, se maiores e capazes, atuando um na falta do outro e na ordem ora estabelecida;

XVIII - FUNERÁRIA: empresa permissionária autorizada a prestar os serviços de funeral ou espécies destes;

XIX - GIER: Guia de Inumação, Exumação e Reinumação - documento expedido pela autoridade competente contendo os dados do falecido e demais informações impostas pela legislação e normas regulamentares;

XX - INCINERAÇÃO: processo utilizado em crematórios para a queima de cadáveres, em decomposição ou não;

XXI - INUMAR OU SEPULTAR: é o ato de colocar pessoa falecida, membros amputados e restos mortais em local adequado;

XXII - LÓCULO: é o compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical;

XXIII - NECROTÉRIO: é o local destinado à preparação do corpo de pessoa falecida;

XXIV - NICHOS: é o local para colocar urnas com cinzas funerárias ou ossos;

XXV - OGESFI: Órgão Gestor do Serviço Funerário Municipal de Imbituba;

XXVI - OSSÁRIO OU OSSUÁRIO: é o local para acomodação de ossos, contidos ou não em urna ossuária;

XXVII - PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO: é a delegação da execução dos serviços públicos, por ato unilateral e a título precário, na modalidade de permissão, da prestação de serviços públicos ou utilidade pública, pelo poder permitente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho;

XXVIII - PODER CONCEDENTE/PERMITENTE: o Município de Imbituba, através do OGESFI;

IXX - REINUMAR: reintroduzir a pessoa falecida ou seus restos mortais, após exumação, na mesma sepultura ou em outra;

XXX - SALA DE EXUMAÇÃO: local onde os restos da decomposição dos corpos são retirados da urna mortuária;

XXXI - SEPULTURA: espaço unitário, destinado a sepultamentos;

XXXII - TRANSLADO: ato de remover pessoa falecida ou restos mortais humanos de um lugar para outro;

XXXIII - UFM: Unidade Fiscal do Município, estabelecida por lei municipal e atualizada periodicamente por ato previsto na legislação vigente;

XXXIV - URNA FUNERÁRIA: caixão, ataúde, esquife, caixa ou recipiente fabricado de qualquer material degradável naturalmente, usado para sepultamento de cadáver ou restos mortais de corpos humanos;

XXXV - URNA OSSUÁRIA: é o recipiente contendo ossos de corpos

exumados;
XXXVI - URNA CINERÁRIA: é o recipiente destinado a cinzas de corpos cremados.

ANEXO II
INFRAÇÕES E PENALIDADES
(Art. 161)

	INFRAÇÃO FUNERÁRIA	PENALIDADE(S)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MULTA (UFM) OUTRAS (individuais ou associadas)
100.1	construir sepultura em local proibido.	1.000
100.2	construir sepultura em local não aprovado.	500
100.3	construir ossário em local proibido.	1.500
100.4	construir ossário em local não aprovado.	750
101.1	dar destino diverso às sepulturas alocadas para os destinatários da Assistência Social.	600
101.2	dar destino diverso às sepulturas alocadas para aqueles cujos corpos não forem reclamados.	600
101.3	alterar a utilização dos locais destinados às sepulturas alocadas para os destinatários da Assistência Social.	800
101.4	alterar a utilização dos locais destinados às sepulturas alocadas para aqueles cujos corpos não forem reclamados.	800
102.1	deixar de fornecer, no prazo previsto, a planta geral do cemitério.	500
102.2	deixar de fornecer, no prazo previsto, a relação das sepulturas alocadas para os destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados.	400
102.3	deixar de fornecer, no prazo previsto, sepultura alocada para os destinatários da Assistência Social.	1.500
102.4	deixar de fornecer, no prazo previsto, sepultura destinada aqueles cujos corpos não forem reclamados.	1.500
103.1	efetuar venda ou qualquer forma de transferência da titularidade de concessão de uso, de qualquer espécie.	3.000
103.2	efetuar venda ou qualquer forma de transferência da titularidade de permissão de uso, de qualquer espécie.	3.000
103.3	efetuar comércio de sepulturas, de qualquer espécie, sem a outorga da concessão do cemitério.	1.500
103.4	efetuar comércio de sepulturas, de qualquer espécie, sem a outorga da permissão do cemitério.	1.500
103.5	efetuar a execução construção tumular sem a outorga da concessão do cemitério.	1.000
103.6	permitir a execução construção tumular sem a outorga da concessão do cemitério.	1.000

conforme regulamento

103.7	efetuar sepultamento antes de obter autorização de funcionamento do cemitério.	5.000
103.8	efetuar a execução construção tumular em desacordo com o projeto aprovado pelo OGESFI.	2.000
103.9	permitir a execução construção tumular em desacordo com o projeto aprovado pelo OGESFI.	2.000
104.1	celebrar contrato de titularidade de direito, sobre construção tumular em desobediência ao modelo aprovado pelo OGESFI.	100
105.1	utilizar a receita oriunda dos valores relativos à conservação dos serviços funerários para outros fins que não sejam os previstos nas disposições legais e regulamentares.	5.000
105.2	cobrar valores relativos à conservação dos serviços funerários de titulares de direito sobre sepultura em desacordo com os valores fixados nas disposições legais e regulamentares.	500
106.1	inumar sem o registro do ato respectivo.	500
106.2	exumar sem o registro do ato respectivo.	500
106.3	reinar sem o registro do ato respectivo.	500
106.4	inumar com registro irregular.	700
106.5	exumar com registro irregular.	700
106.6	reinar com registro irregular.	700
106.7	inumar em cemitério interditado.	1.000
106.8	exumar em cemitério interditado.	1.000
106.9	reinar em cemitério interditado.	1.000
106.10	inumar sem a respectiva GIER.	1.200
106.11	exumar sem a respectiva GIER.	1.200
106.12	reinar sem a respectiva GIER.	1.200
107.1	fazer inumação com desobediência às disposições legais e regulamentares.	1.000
107.2	fazer exumação com desobediência às disposições legais e regulamentares.	2.000
107.3	fazer renumação com desobediência às disposições legais e regulamentares.	1.000
108.1	efetuar inumação em sepultura com largura inferior à determinada pelas disposições legais e regulamentares.	100
108.2	efetuar renumação em sepultura com largura inferior à determinada pelas disposições legais e regulamentares.	100
108.3	efetuar inumação em sepultura com profundidade inferior à determinada pelas disposições legais e regulamentares.	100
108.4	efetuar renumação em sepultura com profundidade inferior à determinada pelas disposições legais e regulamentares.	100

108.5	efetuar inumação em sepultura com altura inferior à determinada pelas disposições legais e regulamentares.	100
108.6	efetuar reinumação em sepultura com altura inferior à determinada pelas disposições legais e regulamentares.	100
109.1	efetuar o corte de árvores ou arbustos sem autorização do OGESFI.	300
110.1	deixar de enviar regularmente ao OGESFI relatório atualizado dos dirigentes das outorgadas, com as respectivas qualificações.	500
110.2	deixar, a administração de cemitério, de enviar ao OGESFI o relatório mensal atualizado das inumações, exumações, reinumações e demais atividades ocorridas, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte.	700
110.3	deixar, a administração de cemitério, de enviar ao OGESFI o relatório mensal atualizado dos empregados que trabalhem nos cemitérios, com nome, qualificação e endereço, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte.	600
110.4	deixar, a administração de cemitério, de enviar ao OGESFI o relatório atualizado das sepulturas sem conservação, anualmente, até 31 de janeiro.	500
110.5	deixar, a administração de serviços de funeral, de enviar mensalmente ao OGESFI o relatório atualizado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte das notas fiscais emitidas.	700
110.6	deixar, a administração de serviços de funeral, de enviar mensalmente ao OGESFI o relatório atualizado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte dos empregados que trabalhem nos serviços de funeral, com nome, qualificação e endereço.	600
110.7	exigir, a administração de serviços de funeral, que os demais serviços funerários sejam prestados por si ou por empresa que determine.	600
111.1	descumprir notificação.	1.000
112.1	desobedecer a embargo de obra.	800
113.1	deixar de manter a regularidade dos serviços funerários, relativos à segurança.	1.000
113.2	deixar de manter a regularidade dos serviços funerários, relativos à conservação.	900
113.3	deixar de manter a regularidade dos serviços funerários, relativos à limpeza.	800
114.1	recusar a prestação de serviços funerários gratuitos, na forma da lei e disposições regulamentares.	700

114.2	recusar a prestação de serviços funerários tabelados, conforme exigível pelas disposições legais e regulamentares.	500
115.1	exigir, a administração de cemitério, para sepultar, que os demais serviços funerários sejam prestados por si ou por empresa que determine.	600
116.1	não possuir livro de registro previsto nas disposições legais e regulamentares.	900
116.2	não possuir documento exigível pelas disposições legais e regulamentares.	500
116.3	deixar de escriturar livro de registro previsto nas disposições legais e regulamentares.	300
116.4	deixar de escriturar documento exigível pelas disposições legais e regulamentares.	100
117.1	deixar de afixar nos locais determinados a tabela com os valores máximos dos serviços funerários, conforme estabelecido nas disposições legais e regulamentares.	100
117.2	deixar de indicar nos catálogos de produtos ou serviços, de forma destacada dos demais, os preços tabelados por disposições legais e regulamentares.	100
117.3	cobrar valor de serviços funerários em desacordo com as disposições legais e regulamentares.	2.000
117.4	deixar de discriminar, individualizadamente, nas notas fiscais emitidas, todos os itens dos serviços contratados, indicando os respectivos valores.	1.000
117.5	deixar de fornecer ao responsável pelo pagamento do serviço funerário prestado a primeira via da Nota Fiscal de Serviço.	500
118.1	utilizar veículo para traslado em desacordo com as disposições legais e regulamentares.	600
119.1	exercer atividade diferente da estipulada no instrumento de outorga de Concessão.	600
119.2	exercer atividade diferente da estipulada no instrumento de outorga de Permissão.	600
119.2	funcionar com as atividades de serviços funerários em desacordo com as disposições legais e regulamentares.	500
120.1	utilizar o trabalho de menores em desacordo com a legislação vigente.	400
121.1	pisar nas sepulturas.	20
121.2	subir nas sepulturas.	40
121.3	riscar as construções tumulares.	100
121.4	riscar as lápides.	150
121.5	pichar as construções tumulares.	170
121.6	pichar as lápides.	190

121.7	extrair plantas e flores que ornamentem as sepulturas e jardins do cemitério.	50
121.8	praticar atos de depredação de qualquer espécie nas construções tumulares ou dependências do cemitério.	200
121.9	danificar ou sujar as sepulturas.	120
121.10	gravar inscrições sem o visto da administração do cemitério.	20
121.11	colocar epitáfios sem o visto da administração do cemitério.	20
122.1	fazer depósito de qualquer espécie de material.	50
123.1	pregar cartazes nos muros do cemitério.	20
123.2	pregar cartazes nos portões do cemitério.	20
124.1	efetuar atos públicos que não sejam aqueles expressamente autorizados pela administração de cemitério.	50
125.1	fazer instalações para venda de quaisquer objetos, exceto os regularmente autorizados	500
126.1	jogar lixo em qualquer parte do recinto, salvo nas lixeiras destinadas para essa finalidade.	30

Imbituba, 28 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 46.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 046 de 12 de abril de 2011.

Dispõe sobre exoneração de Administrador de Cemitério e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na Lei Complementar nº 3.731, de 05 de agosto de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar o Sr. Geneval Fernandes Laurentino, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 016.466.069-06, do cargo de Administrador de Cemitério, no bairro de Mirim, nomeado através da Portaria PMI/SEAGP Nº 74, de 09 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 11 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 47.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 047 de 12 de abril de 2011.

Dispõe sobre demissão da Assistente Social - CRAS e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido a Sra. CRISTINA PULUCENO DE OLIVEIRA, brasileira, Assistente Social Registro nº 003831, inscrita no CPF sob o nº 020.818.189-06 e RG nº 5/c 3.493.511, do cargo/função de Assistente Social - CRAS, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 141, de 16 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 04 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2011.

VALÉRIA FABIANA CORREA RODRIGUES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria PMI Nº 50.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 050 de 13 de abril de 2011.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº. 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VALCIRA TEIXEIRA DA COSTA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 770.029.389-91 e RG nº 2.388.410, do cargo/função de Assessor IV, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP nº 211, de 02 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 51.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 051 de 13 de abril de 2011.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe do Departamento de Saneamento - DESAN e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº. 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PEDRO PAULO ALBINO GARCIA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 179.081.679-34, do cargo de Chefe do Departamento de Saneamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - SEDURB, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP N.º 127, de 13 de maio de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 52.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 052, de 20 de abril de 2011.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº. 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EVERALDO DE PAULA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 630.562.839-49, e RG nº 2.089.982, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI.SEDURB Nº 01.2011

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 01, de 10 de março de 2011.

Subdelega competência para os atos que menciona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto PMI nº 173, de 30 de novembro de 2010, que dispõe sobre a delegação de competência no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11 e seguintes da lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, permitindo a delegação de competência do titular de órgão administrativo aos seus subordinados, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação técnica dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto.

RESOLVE:

Art. 1º Observadas às disposições legais e regulamentares, subdelegar competência aos agentes públicos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental para a prática dos atos previstos na legislação vigente e, especialmente, aqueles elencados neste ato.

§ 1º Ao Diretor de Gestão Urbana e Ambiental ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Analisar as Operações Concertadas e Projetos Especiais (art. 53, I, "b", LC n.º 2.623, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);

II - Prestar todas as informações pertinentes ao Modelo Espacial e Plano Regulador (art. 53, I, LC n.º 2.623/2005, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);

III - Emitir certidões (art. 33 da LOM); e

IV - Demais atos determinados pelo Secretário.

§ 2º Ao Chefe do Departamento de Urbanismo ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Aprovação de projetos (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

II - Licença para Construção (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

III - Licença para a instalação (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

IV - Alvará de Uso (Capítulo XIX da Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

V - Alvará de Licença (Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas);

VI - Analisar, revisar, aprovar ou rejeitar projetos de edificações, parcelamento do solo e condomínio de edificações (art. 53, I, LC n.º 2.623/2005, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);

§ 3º Ao Chefe do Departamento de Meio Ambiente ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Licença Prévia - LP (art. 36, I, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

II - Licença de Instalação - LI (art. 36, II, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

III - Licença de Operação - LO (art. 36, III, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

§ 4º Ao Chefe do Departamento de Saneamento ficam atribuídos os seguintes atos:

- I - Autorização de obras ou serviços de saneamento (art. 29, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- II - exercer o poder de polícia em relação à prestação dos serviços públicos municipais, inclusive de saneamento, segundo a legislação, normas e regulamentos pertinentes (art. 33, I, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- III - acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, avaliando o cumprimento das metas e padrões estabelecidos, impondo medidas corretivas e sanções quando for o caso (art. 33, II, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- IV - fixar normas e instruções para a melhoria da prestação dos serviços, redução dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos usuários, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação (art. 33, III, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- V - analisar e emitir parecer sobre propostas da Entidade Regulada quanto aos ajustes e modificações nos termos de suas obrigações e quanto à prestação dos serviços, aprovando ou rejeitando o que estiver no limite de sua competência (art. 33, IV, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- VI - acompanhar o desempenho econômico-financeiro da execução dos serviços, procedendo análise e aprovação das revisões e dos reajustes tarifários para a manutenção do equilíbrio da prestação dos serviços (art. 33, V, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- VII - atender as reclamações dos usuários, citando e solicitando informações e providências da Entidade Regulada, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas (art. 33, VI, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- VIII - mediar os conflitos de interesse entre o delegado e o poder outorgante e entre os usuários e a Entidade Regulada, adotando, no seu âmbito de competência, as decisões que julgar adequadas para a resolução desses conflitos (art. 33, VII, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- IX - acompanhar e auditar a manutenção das instalações e recursos operacionais dos sistemas de saneamento, assim como a incorporação de novos bens, para garantia das condições de reversão dos ativos ao poder público na forma do instrumento de delegação (art. 33, VIII, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- X - acompanhar e opinar sobre as decisões da Entidade Regulada, relacionadas com alterações na forma do instrumento de delegação, com a sua rescisão antecipada, com a rescisão por término do prazo de delegação ou com as prorrogações do instrumento de delegação (art. 33, IX, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);
- XII - prestar contas anualmente das suas atividades, incluindo demonstrações quanto à eficácia e efetividade de suas ações, seus custos e produtividade, ao COMUSA, ao Tribunal de Contas do Estado e à sociedade civil em audiência pública específica (art. 33, X, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento).

§ 5º Ao Chefe do Departamento de Fiscalização Urbana e Ambiental ficam atribuídos os seguintes atos:

- I - registrar, atender e apurar denúncias dirigidas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental;
- II - estabelecer contato permanente com o Ministério Público e órgãos de meio ambiente estaduais, e federais, através de seus órgãos de licenciamento e fiscalização, a fim de prevenir e fiscalizar parcelamento do solo, construções e agressões ambientais no território do município;
- III - coordenar e dirigir os trabalhos de campo pertinentes às agressões ambientais e à fiscalização de posturas, edificações e obras particulares, além das normas de meio ambiente, com o objetivo de fazer respeitar a legislação municipal e impedir as construções clandestinas;
- IV - dar suporte na capacitação dos fiscais no que se refere a

- observância da legislação ambiental municipal, estadual e federal;
- V - acompanhar o andamento das denúncias encaminhadas ao Ministério Público, bem como demais órgãos estaduais e federais;
- VI - estudar os projetos aprovados e instruir os fiscais sobre a observância da legislação urbanística e as orientações técnicas para o acompanhamento e a avaliação de obras e edificações e do meio ambiente;
- VII - coordenar a realização de diligências, sindicâncias e demais medidas necessárias para o cumprimento dos serviços a seu cargo;
- VIII - programar e coordenar as vistorias de instalações mecânicas e sanitárias de equipamentos residenciais ou públicos que estiverem sob suspeita de prejudicar a segurança ou a salubridade pública;
- IX - providenciar a interdição ou demolição de obras e imóveis considerados ameaçadores da segurança e da salubridade públicas;
- X - providenciar a identificação de construções clandestinas e tomar as providências pertinentes;
- XI - propor a aplicação de multas aos infratores das disposições legais referentes às construções particulares;
- XII - programar o treinamento dos fiscais no sentido de exercerem junto à população uma ação eminentemente educativa;
- XIII - promover o recolhimento de animais e materiais encontrados nas vias públicas, assim como devolve-los quando o infrator se desobrigar das penalidades impostas;

Art. 2º Fica subdelegada atribuição para análise de processos de licenciamento urbano-ambiental de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental aos seguintes servidores:

- I - Tiago Brill Lopes, Célio Nunes Nascimento Júnior, Alexandro Tolentino Pamato e Paulo Sérgio Siqueira, para os processos relativos ao licenciamento de edificações e demais processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Urbanismo;
- II - Cleber de Melo, para os processos relativos a parcelamento do solo urbano e demais relacionados a geomensura ou processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Urbanismo;
- III - Wagner de Amorim, para os processos que demandem análise de cunho ambiental, emissão de Certidões e Declarações relativas a meio ambiente e demais processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Meio Ambiente; e
- IV - Lisiane Bittencourt Vieira, emissão de Certificado de Viabilidade Técnica, Alvarás de Licença e Uso, Sistema de Registro Integrado - REGIN/JUCESC, Certidões e Declarações relativas a urbanismo; Guias para recolhimento de taxas e demais processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Urbanismo.

§ 1º Cabe ao Chefe do Departamento de Urbanismo, além das atribuições especificadas pela legislação vigente, a advocação dos processos de que tratam os Incisos I, II, III e V, bem como, o procedimento revisional dos processos analisados por aqueles profissionais.

§ 2º Cabe ao Chefe do Departamento de Meio Ambiente, além das atribuições especificadas pela legislação vigente, a advocação dos processos de que trata o Inciso IV, bem como, o procedimento revisional dos processos analisados por aquele profissional.

§ 3º Cabe à Assessora Iara Pittgliani Carvalho Mendes, entre outras determinações:

- a) a redação final e remessa para publicação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, de atos emanados da SEDURB, observando as normas e diretrizes estabelecidas pelo Decreto PMI nº 40, de 27 de março de 2009; e
- b) a emissão de ordens de abastecimento dos veículos oficiais.

§ 4º Todos os processos e procedimentos relacionados neste ato poderão ser redirecionados ou avocados e analisados ou revisados

pelo Diretor de Gestão Urbana e Ambiental.

Art. 3º Os atos serão datados e assinados, com identificação do número e data deste ato por carimbo ou outro meio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de março de 2011.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

IARA PITTIGLIANI CARVALHO MENDES

Assessora

Publicação de Cancelamento de Pregão 42/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica cancelado o Processo Licitatório nº 59/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 42/2011, pois todas as empresas participantes foram desclassificadas.

Imbituba, 02 de maio de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Dispensa 04/2011 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PROCESSO Nº 04/2011

DISPENSA Nº 04/2011

Objeto: Execução de serviços de drenagem pluvial auxiliar na Rua 13 de setembro - Vila Nova Alvorada.

Valor Total: R\$ 50.092,45

Empresa: Lasca Mineração e Construção.

Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 02 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Ato da Presidência Nº 15/11

Ato da Presidência nº 15/11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 13ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 02 de maio de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Men-sagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
32	PL nº 4.098/11	25/04/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Educação.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ 006/11	25/04/2011	Poder Legislativo	Zeli Pires	Requer a regulamentação da Contribuição de Melhoria prevista no Art. 244 do Código Tributário do Município de Imbituba (LC Nº 3.019, DE 28-12-2006), especialmente a sua isenção.	Ordinária	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2011.

ROGERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

ELÍSIO SGROTT

Vice-Presidente

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Primeiro-Secretário

THIAGO MACHADO

Segundo-Secretário

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Processo Licitatório 25/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2011

TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de maio de 2011, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93 consolidada, visando a construção de creche, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro e Planilha

Orçamentaria.. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 as 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 28 de abril de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

1º Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços Nº 24/2010-FMS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2010
PREGÃO PRESENCIAL 08/2010
PROCESSO Nº. 11/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, n.º 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Auto Posto Valões Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.378.469/0001-19, com sede a rua Bahia, nº 35, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor Toni Rosinski, portador do CPF nº 509.559.509-53, e RG nº 18ªR-1.793.935-SESP-SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2010, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 11/2010, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 24/2010 - Processo de Licitação n.º 11/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 08/2010, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 24/2010, e de acordo com pareceres contábil (emitido por Cleber Binder) e jurídico (emitido por Dr. Fabio Roberto Kampmann), passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 02: Gasolina Comum - 23.681,468 litros - valor anterior R\$ 2,57 Total R\$ 60.861,37 - valor reajustado R\$ 2,868 - valor total: R\$ 67.918,45, sendo o valor aditivado de R\$ 7,057,08.

Item 03: Etanol Hidratado Combustível - 5.000 litros - valor anterior R\$ 2,024 Total R\$ 10.120,00 - valor reajustado R\$ 2,37 - valor total: R\$ 11.850,00, sendo o valor aditivado de R\$ 1.730,00.

VALOR TOTAL ADITIVADO R\$ 8.787,08.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes, são os que restam receber da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na

presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 29 de abril de 2011.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretaria Municipal da Saúde e Gestora do FMS

AUTO POSTO VALÕES LTDA
Toni Rosinski

Testemunhas:
Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

3º Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços Nº 12/2010 - PM

003/2011

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2010
PREGÃO PRESENCIAL 16/2010
AA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2010
PROCESSO Nº 36/2010

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., estabelecida na Avenida 22 de Julho, 767 - centro, em Irineópolis, estado de Santa Catarina, sob a CNPJ nº. 85.605.061/0001-35, pelo seu representante, Sr. Gilmar Jose Candido Buzzi, sob CPF nº. 558.125.119-34 e RG nº. 18R/ 1.459.609 SSPSC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 16/2010, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 36/2010, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores tem, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 12/2010 - Processo de Licitação n.º 36/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 16/2010, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 012/2010, e de acordo com pareceres contábil (emitido por Cleber Binder) e jurídico (emitido por Dr. Fabio Roberto Kampmann), passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 02: Gasolina Comum - 26.225,046 litros - valor anterior R\$ 2,748 Total R\$ 72.066,43 - valor reajustado R\$ 2,835 - valor total: R\$ 74.348,00, sendo o valor aditivado de R\$ 2.281,57.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes, são os que restam receber da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na

presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 29 de abril de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

GILMAR JOSE CANDIDO BUZZI
ANESIO BUZZI & CIA LTDA.

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato TP 4/2011/PMJ - PL 46/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2011/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 4/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para a drenagem pluvial superficial nas ruas do Distrito Industrial do Município de Joaçaba. Data da abertura: Dia 18/05/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 18/05/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. O edital completo (projetos, orçamento estimativo e memorial descritivo), poderá ser adquirido no Setor de Compras e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativos ao seu custo. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 28 de abril de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Edital de Notificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos §§ 2º e 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados do lançamento da TLLF (taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento), com vencimento em 30/06/2011, os quais deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizar sua situação.

Nome	CMC	Notificação nº
Cobrex Cobrança Extra Judicial Ltda.	74950	168/2011
Corpo e Bronze Ltda.	67075	174/2011
Denbinski Artefatos de Ferro e Alumínio Ltda.	45624	179/2011
Bonato Couros S/A	76325	204/2011
Marino Mazetto Rivieri & Cia Ltda.	89009	287/2011
MFX Automação e Informática Ltda.	88884	296/2011

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 27 de abril de 2011.
TATIANE MARATEU BORGES
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 7.274

ANDREIA L. ANTUNES DE SOUZA LOVATEL
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 7.292

SIMAE

Edital de Notificação

Edital de Notificação JHL 001/2011
SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
NOTIFICAÇÃO

SERVIMO-NOS DO PRESENTE, PARA NOTIFICÁ-LO QUE EM Nossos REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA, FORAM INSCRITOS DÉBITOS DE RESPONSABILIDADE DE VOSSA SENHORIA, PROVENIENTES DE TARIFAS E/OU TAXAS E/OU SERVIÇOS NÃO PAGOS. OUTROSSIM, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOLICITAMOS VOSSO COMPARECIMENTO NO SETOR DE ARRECADAÇÃO DESTA AUTARQUIA, ONDE POSSUÍMOS RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO DÉBITO, PARA PROCEDER O PAGAMENTO, APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO, REQUERER PARCELAMENTO OU EXERCER DIREITO DE DEFESA SOB PENA DE AJUIZAMENTO DA COMPETENTE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

Conforme RESOLUÇÃO Nº 003/2011, segue a lista dos seguintes clientes para publicação através de Edital de Notificação.

NOME	MATRICULA	ENDEREÇO
Mauri José Campagnolo	2267-5	Rua Antonio Nunes Varella, nº15
Salete da Silva	4766-0	Rua Santa Marta, nº 270
Teodorico Faustino Nardi	8953-2	Rua Americo Saraiva, nº 289
Maria Armerinda Rodrigues	10630-5	Rua Riachuelo, nº 795

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba- 28 de abril de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Balancete Financeiro por Categoria Economica**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	862.439,57	Despesa Orçamentária	495.171,96
RECEITA PATRIMONIAL	27.114,14	Despesas exceto Intra-orçamentárias	446.372,57
RECEITA DE SERVIÇOS	796.317,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	191.299,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.958,86	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.442,21
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.806,07	INVESTIMENTOS	14.631,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	242,98		
		Despesas Intra-orçamentárias	48.799,39
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.847,99
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.951,40
Receita Extra - Orçamentária	796.677,32	Despesa Extra - Orçamentária	974.992,08
DEPOSITOS	112.742,91	DEPOSITOS	111.797,21
CONSIGNACOES	79.222,76	CONSIGNACOES	82.391,82
PREVIDENCIA SOCIAL	781,31	PREVIDENCIA SOCIAL	781,31
PENSAO ALIMENTICIA	4.694,60	PENSAO ALIMENTICIA	4.694,60
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.025,65	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.220,49
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	27.510,44	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	29.956,27
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.698,59	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.226,98
OUTROS CONSIGNATARIOS	31.512,17	OUTROS CONSIGNATARIOS	31.512,17
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	33.520,15	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.405,39
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	33.520,15	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	29.405,39
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	683.579,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	863.194,87
OBRIGACOES A PAGAR	683.579,50	OBRIGACOES A PAGAR	863.194,87
FORNECEDORES	255.600,55	FORNECEDORES	255.620,57
PESSOAL A PAGAR	191.299,14	PESSOAL A PAGAR	191.299,14
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	42.847,99	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	42.525,02
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.624,40	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.698,35
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	180.190,36	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	361.034,73
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.017,06	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.017,06
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24,90		
RECEITAS PENDENTES CRÉDITOS ESPECIAIS	24,90		
RECEITAS A CLASSIFICAR	24,90		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	330,01		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	330,01		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	330,01		
Saldos anteriores	2.929.601,09	Saldos atuais	3.118.553,94
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.887.070,53	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.089.164,48
BANCO C/ MOVIMENTO	16.804,50	BANCO C/ MOVIMENTO	17.188,40
BANCOS C/ VINCULADAS	25.726,06	BANCOS C/ VINCULADAS	12.201,06
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	4.588.717,98	Total	4.588.717,98

JOACABA , 01/04/2011

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

ADONES MARCIANO
Contador - CRC/SC 028953/O-4



Lages

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato da 23 Festa Nacional do Pinhão 2011 - Show Regionais

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS

Entre FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES como CONTRATANTE e GDO PRODUÇÕES LTDA, doravante denominada CONTRATADA, fica justa e acertada contratação dos artistas conforme programação em anexo para a 23ª Festa Nacional do Pinhão, mediante a observância e cumprimento das cláusulas e condições abaixo discriminadas, pelas quais se comprometem e obrigam-se:

1. PREÂMBULO

1.1. DAS PARTES:

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual ISENTA, que neste ato faz se representar pelo Sr. JOÃO CARLOS MATIAS.

CONTRATADA:- GDO PRODUÇÕES LTDA, Empresa Comercial sediada em São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CGC nº 04.219.590/0001-07, com sede á Rua Almirante Tamandaré, 320, Sala 01, centro, neste ato representado pelo SR. LAURI SCHOENHERR, brasileiro, casado, empresário artístico, residente e domiciliado em São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA:- DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no Palco 01 e Arena Pinhão CONFORME PROGRAMAÇÃO EM ANEXO.

3. CLÁUSULA SEGUNDA:- DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:-

A) Fornecer no local do evento, PALCO montado para apresentação do artista que deverá ter no mínimo as seguintes dimensões: 10 metros de FRENTE, 8 metros de PROFUNDIDADE e altura de 2 metros. 8 metros piso-térreo mais asa de P.A. 8m x 3m de cada lado, admitindo-se uma variação em até 10% (dez por cento) em cada uma dessas medidas.

B) Providenciar todos os ALVARÁS e AUTORIZAÇÕES necessárias para a realização dos eventos, atendendo as regulamentações do âmbito Municipal, Estadual e Federal especialmente quanto ao, ECAD e ISS, responsabilizando-se ainda pela data da realização do evento.

C) Providenciar todas as medidas necessárias para garantir a segurança física dos artistas, músicos e equipe durante todo o tempo de permanência no evento, estendendo o sistema de segurança em todos os lugares, principalmente palco, frentes e laterais e camarins.

D) Contratação de pessoal de SEGURANÇA, para garantir a guarda de instrumentos musicais e equipamentos do palco e ainda fornecer elementos capacitados para organização do evento devidamente uniformizados e identificados em quantidade compatível ao local do evento.

E) Fornecer CREDENCIAIS DE ACESSO AO EVENTO PARA TODA EQUIPE DE TRABALHO FORMADO POR TÉCNICOS, MÚSICOS E ASSESSORIA. As credenciais serão fornecidas mediante apresentação pela Contratada, da relação nominal que pertence a cada Grupo.

F) Não serão permitidas filmagens e fotografias, sobre o palco, após o início dos shows, as câmeras para telão deverão ser instaladas em praticáveis fora do palco.

G) Fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA através de GERADOR de 260kva E TRANSFORMADOR INDEPENDENTE PARA OS SHOWS, no local do evento, em condições de carga e segurança compatíveis com todos os equipamentos necessários à realização dos espetáculos, isto é 01 (um) TRANSFORMADOR DE 150 (cento e cinquenta) e disjuntor de 350, exclusivo para os shows dos artistas a no máximo 30,00 (trinta) metros do palco, com uma CHAVE TRIFÁSICA COM FUSÍVEL DE 400 (quatrocentos) AMPERES POR FASE, com energia ESTABILIZADA EM 127 volts a no máximo 05 (cinco) metros de distância do PALCO. A CHAVE deverá estar energizada e em funcionamento às 8h. da manhã do dia de cada evento.

Para garantia do bom andamento do show recomendamos usar geradores, é obrigatória colocação de um gerador de 450kva e outro em stand by; o AGENCIADOR fica com o direito de não dar início ao show até a apresentação dos dois geradores para o nosso produtor responsável.

H) Instalar no local do evento equipamentos de ÁUDIO e ILUMINAÇÃO para o espetáculo conforme memorial técnico fornecido pela CONTRATADA, devendo ainda estes equipamentos ser aprovados pela CONTRATADA.

As empresas contratadas serão avaliadas pelo nosso produtor, para isso a CONTRATANTE deverá informar com 30 (trinta) dias de antecedência ao evento, o nome, fones da empresa, caso contrário será reprovada, não podendo prestar serviços no referido evento.

I) Fornecer no local do evento 02 (DOIS) CAMARINS, um para o artista e outro para os músicos. Os camarins deverão conter necessariamente, instalações sanitárias limpas e adequadas e iluminação, deverá possuir chaves e não deverão ser abertos antes da chegada dos ocupantes a eles destinados.

J) A realização, promoção e produção do evento são de inteira responsabilidade da CONTRATANTE;

3.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:-

A. Comparecer e participar dos espetáculos públicos promovidos pela CONTRATANTE, no dia, na hora e local estabelecido neste contrato, fazendo-se acompanhar dos respectivos ARTISTAS, para oferecer durante o período de uma 01h30min (uma hora e trinta minutos), quando show e de 4h (quatro horas) quando baile, no Palco 01, e de 3h (três horas) quando banda na Arena Pinhão.

B. Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste instrumento contratual, colaborando em tudo que se fizerem necessário para que a CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.

C. Comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 (TRINTA) dias qualquer fato ou causa impeditiva ou que obste o comparecimento e a participação no evento, dos artistas contratados neste instrumento, adotando providências imediatas para suprir este comparecimento, se possível.

4. CLÁUSULA TERCEIRA:- DO PREÇO

4.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela locação dos serviços artísticos previstos neste contrato em Moeda Corrente Nacional, vigente no país, nos períodos e prazos de pagamento, a quantia de R\$ 215.500,00 (DUZENTOS E QUINZE MIL E QUINHENTOS REAIS), os pagamentos serão efetuados obedecendo as seguintes condições:-

A)EFETUAR OS PAGAMENTOS EM DINHEIRO, sendo:

- 1ª Parcela de R\$ 115.500,00 (CENTO E QUINZE MIL E QUINHENTOS REAIS) no dia 19 de maio de 2011;

- 2ª Parcela de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) no dia 09 de junho de 2011.

- A) A falta ou ocorrência de atraso em qualquer dos pagamentos, com tolerância de 05 (cinco) dias aqui previstos, constitui causa bastante para a rescisão do contrato, desobrigando expressamente a CONTRATADA do atendimento de quaisquer compromissos.

4.2. A CONTRATADA dará o artista colocado na cidade com despesas já pagas como: cachê, transporte, hospedagem, diárias de alimentação e abastecimento de camarins para os artistas e outras despesas dos artistas que vierem a ter até a data do show aqui contratado.

5. CLÁUSULA QUARTA:- DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. PATROCINADORES:- Eventuais patrocinadores do evento, que celebrarem contrato ou o acordo diretamente com a CONTRATANTE, deverão ser aprovados e autorizados previamente pela CONTRATADA evitando-se assim, incompatibilidade de marca ou produto do patrocinador com a imagem pública dos artistas da CONTRATADA.

5.2. DAS RESPONSABILIDADES PASSIVAS:- A CONTRATANTE assume expressamente a responsabilidade pelo ressarcimento de quaisquer danos a terceiros que ocorrem antes, durante e depois das apresentações aqui contratadas, decorrentes, de falhas de natureza técnica, imprudência ou negligência ou imperícia nas instalações do palco dos equipamentos, curtos-circuitos, incêndios, desabamentos, acidentes provocados por excesso de lotação ou imprudência na segurança e etc

5.3. Assume a CONTRATANTE, igualmente total responsabilidade por eventuais danos causados aos bens pertencentes a CONTRATADA, ou a sua equipe, inclusive instrumentos musicais, independente de dolo ou culpa própria ou de terceiros, extensiva essa responsabilidade aos casos de perda, furto simples, roubo ou motivados por casos fortuitos ou de força maior, comprometendo-se e obrigando-se pela restauração e/ou restituição do equipamento, a critério da CONTRATADA, sempre em iguais quantidades, modelos e marcas estabelecendo essa responsabilidade ao período entre a chegada da equipe e os referidos equipamentos bens e equipamentos, até a sua total e completa retirada da cidade para o destino seguinte.

5.4. LIMITE DA APRESENTAÇÃO DO ARTISTA:- Fica ressaltado que as únicas obrigações dos artistas da CONTRATADA para com a CONTRATANTE são as que se referem a sua apresentação no evento dentro das condições convencionadas neste contrato, sendo que não poderão ser assumidos quaisquer outros compromissos como passeios, jantares, seção de fotos, entrevistas, sessão de autógrafos, promoções de rádio comprometendo o comparecimento do artista e etc, não podendo ainda ser o espetáculo utilizado para finalidades políticas ou religiosas.

5.5. DA OCORRÊNCIA DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO:- Na ocorrência de força maior ou caso fortuito, exemplo do acontecimento de enfermidade repentina dos artistas da CONTRATADA, que impossibilite a realização do evento independente de prévio aviso, as partes obrigam-se a realizá-lo se assim entenderem em

data futura, definida em função da agenda do artista para a nova data.

5.6. DO INADIMPLEMENTO:- Ocorrendo o inadimplemento de quaisquer das cláusulas deste contrato por parte da CONTRATANTE fica estipulada uma multa contratual de valor equivalente a 50% (CINQUENTA POR CENTO) do preço estabelecido no contrato, que deverá ser paga pela CONTRATANTE à CONTRATADA independentemente da perda total de quaisquer parcelas pagas antecipadamente e das obrigações de ressarcir os prejuízos decorrentes da execução por perdas e danos a critério da CONTRATADA.

"Inadimplindo a CONTRATADA pagará esta à CONTRATANTE, o mesmo percentual de 50% (CINQUENTA POR CENTO) conforme estabelecido neste item."

5.7. TRANSFERÊNCIA DA DATA DE APRESENTAÇÃO:- Na possibilidade de ocorrência de casos fortuitos ou de força maior que importem em transferência nas datas de apresentação dos artistas da CONTRATADA, sinistro ou danos de instrumentos musicais, equipamentos ou outros bens, a CONTRATANTE será responsável por todas as obrigações de custos remanescentes que se fizerem necessários para a realização da apresentação.

6. CLÁUSULA QUINTA:- DO CONTRATO

6.1. Este contrato é celebrado com as cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade, não admitindo por isso arrependimento ou rescisão unilateral tornando-se intransferível os seus direitos e obrigações.

7. CLÁUSULA SEXTA:- EXTENSÃO E FORO

7.1. As partes comprometem-se e obrigam-se por si e por sucessores a qualquer título elegendo o foro da Comarca de Lages no Estado de Santa Catarina como único competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele decorram, com renuncia expressa ou qualquer outro mesmo que privilegiado.

E porque assim combinaram, declaram-se CONTRATADOS assinando o presente instrumento em (02) DUAS vias de igual teor e valia, tudo na presença das duas testemunhas abaixo.

Lages/SC, 29 de Abril de 2011.

JOÃO CARLOS MATIAS

Fundação Cultural de Lages

Contratante

LAURI SCHOENHERR

GDO Produções Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

Lindóia do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Carta Convite Captação De Recursos

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 03/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de consultoria municipal por para fins de captação de recursos e acompanhamento de processos e projetos de interesse municipais junto a órgãos e instituições federais, no dia 11 de maio de 2011, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de abril de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal.

Extrato Pregão Pneus Camaras Protetores e Manchões

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de pneus, camaras, protetores e manchão novos, no dia 16 de maio de 2011, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de abril de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº pml.017.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.017.11

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 0001/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME

OBJETO: fornecimento de material e mão-de-obra para execução de 5.325,90 m² de pavimentação em paralelepípedo, sendo 528,62 m² na Rua Fernando Katschor e 1.583,29 m² na Rua Pedro Wolfart; 468,18m² na Rua Marginal; 2.745,81 m² nas Ruas Pedro Pigatto e São Roque; 1.416,00 metros lineares de meio fio, sendo 141,00 m na Rua Fernando Katschor; 407,00 m na Rua Pedro Wolfart; 161,00 m na Rua Marginal; 707,00 m nas Ruas Pedro Pigatto e São Roque, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamento máximo e cronograma

VALOR: R\$ 246.618,30 (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial

DOTAÇÃO:

Conta: 11.1101.15.451.0061.1053.44900000

Reduzido : 094

Órgão : SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Proj/Atividade : PAVIMENTAÇÃO E ALARGAMENTO DE RUAS E PASSEIOS PÚBLICOS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 25 de abril de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

WILSON DA ROSA

Empreiteira de Construção Civil Oliveira LTDA ME

Contratada

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Inexigibilidade Nº. 02/2011

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DE MASSARANDUBA

Estado de Santa Catarina

INEXIGIBILIDADE Nº. 02/2011

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE CLINICA COM RESIDENCIA PROTEGIDA, PARA TRATAMENTO DE ADOLESCENTE COM TRANSTORNOS MENTAIS, COMPREENDENDO 03 CONSULTAS PSIQUIÁTRICAS SEMANAIS, SERVIÇO DE ENFERMAGEM 24 HS, SERVIÇO DE PSICOLOGIA E HOTELARIA COMPLETA.

FORNECEDOR: EQUILIBRIO CENTRO TERAPEUTICO E RESIDENCIA PROTEGIDA

VALOR: R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)

JUSTIFICATIVA: Contratação de clínica especializada em tratamentos psiquiátricos com residência protegida, para internação de adolescente conforme Ordem Judicial expedida pelo Juiz de Direito - Gustavo Schwingel em data de 13 de abril de 2011

Massaranduba, 29 de Abril de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

Termo de Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 30/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2011

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da licitação sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2011, bem como da decisão do Pregoeiro Municipal, designado pela Portaria nº. 513/2011 de 13 de Janeiro de 2011, constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

Isto posto, HOMOLOGO o resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2011, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação, determinando ainda que seja dada ciência aos participantes:

Vencedores	
Fornecedor	Itens
SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA.	00001
R\$ 537.000,00 (QUINHENTOS E TRINTA E SETE MIL REAIS)	

Massaranduba (SC), 28 de Abril de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 130/2011

PORTARIA n.º 130/2011
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei n.º 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei n.º 1409/2009, Lei n.º 1495/2011 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora SABRINA SAVALATO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei n.º 1409/2009 até 31 de dezembro de 2011, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 131/2011

PORTARIA n.º 131/2011
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei n.º 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei n.º 1409/2009, Lei n.º 1495/2011 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora SAMIRA BRISTOT DE FREITAS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei n.º 1409/2009 até 31 de dezembro de 2011, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 132/2011

PORTARIA n.º 132/2011
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei n.º 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei n.º 1409/2009, Lei n.º 1495/2011 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora SANTINA MANOEL FERNANDES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei n.º 1409/2009 até 31 de dezembro de 2011, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 133/2011

PORTARIA n.º 133/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009, Lei nº 1495/2011 e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora VERIDIANA DA SILVA HERMENEGILDO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 até 31 de dezembro de 2011, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 134/2011

PORTARIA n.º 134/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009, Lei nº 1495/2011e edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora JUCIANE MARTINS FREZZA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 até 31 de dezembro de 2011, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 135/2011

PORTARIA n.º 135/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009 e edital do Processo Seletivo,e Lei nº 1495/2011, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA VITORINO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível referencia MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 até 31 de dezembro de 2011, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 136/2011

PORTARIA n.º 136/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, e Lei nº 1495/2011, Lei nº 1408/2009 e edital Processo seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora ROSA MARIA PATRICIO TONETTO, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referencia conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais até 31 de dezembro de 2011, no Centro de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 137/2011

PORTARIA n.º 137/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009 e Lei nº 1495/2011, Lei nº 1408/2009 edital Processo seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora TAYSE CONTI, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referencia conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais até 31 de dezembro de 2011, no Centro de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 138/2011

PORTARIA n.º 138/2011

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1409/2009, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º A servidora pública municipal MARISA DE LUCA PIAZZA, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a licença gestante por 180 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 28/04/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário,

Meleiro, 28 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 139/2011

PORTARIA n.º 139/2011

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei 1408/2009, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º A servidora pública municipal MARISA DE LUCA PIAZZA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 28/04/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 140/2011

PORTARIA n.º 140/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009 e edital Processo seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora JULIANA ANTUNES, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referencia conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais até 31 de dezembro de 2011, na Escola de Educação Básica Alexandre Rocha, em virtude de licença maternidade da servidora Marisa de Luca Piazza, até o retorno da mesma

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 141/2011

PORTARIA n.º 141/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009 e edital Processo seletivo, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora GLADIS SANDRA COLOMBO MACHADO, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referencia conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais até 31 de dezembro de 2011, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole, em virtude de licença maternidade da servidora Marisa de Luca Piazza, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 145/2011

PORTARIA n.º 145/2011

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, Lei nº. 809/2000 e em conformidade com a Lei n.º 1344/2009 de 19 de março de 2009 e Lei nº 1435/2010, 16 junho de 2010, RESOLVE:

C O N C E D E R

Artigo 1.º Ao servidor público municipal FRANCISCO PAULO KRÜGGER - matrícula n.º 503, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a gratificação nível de referencia FG 7, prevista na Lei n.º 1435/2010 do anexo único da Lei, de 16 de Junho de 2010.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 146/2011

PORTARIA n.º 146/2011

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, RESOLVE:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora JANETE DAL MOLIN MICHELS MARTINS, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de termino da licença saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Abril de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 147/2011

PORTARIA nº 147/2011

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO PROFISSIONAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o § 1º do artigo 13 da Lei Complementar n.º14/2005, de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art 1º A Servidora publica municipal, ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO, a promoção por nova titulação pela conclusão do ensino superior, previsto no § 1º do artigo 13 da Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, aplicando-se 20% (vinte por cento) sobre o seu salário.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de abril de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Termo de Habilitação daS empresas da TP Nº 021-2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO nº. 021/2011 - TP

O Prefeito Municipal de Meleiro, Jonnei Zanette, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações habilita as empresas na presente licitação:

Processo nº. 021/2011

Modalidade: Tomada de Preço

Empresas Habilitadas: F.B.B ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA E CARLESSI ENGENHARIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Sendo que a nova data de Abertura do Certame será no dia 06de maio de 2011 as 09:00 horas no Setor de Licitações de Prefeitura Municipal de Meleiro.

JONNEI ZANETTE, 29 de abril de 2011.

Passo de Torres

PREFEITURA MUNICIPAL

Comunicado COMUNICADO

O SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, COMUNICA QUE O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 22/2011 PREGÃO PRESENCIAL (AQUISIÇÃO DE LINK DE INTERNET), QUE A ABERTURA DO REFERENTE PROCESSO SERÁ NO DIA 04/05/2011 AS 14:00 HORAS, NO ENDEREÇO: AV. BEIRA RIO Nº 20, CENTRO- PASSO DE TORRES/SC.

LUCIA ALVES HESPANHOL
Presidente da Comissão de Licitação

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 896/2011

DECRETO Nº 896/2011

“Prorroga a vigência do Decreto nº 875/2011 que declara situação anormal caracterizada como Situação de Emergência as áreas do Município afetadas por enxurradas e inundações bruscas”.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e,

Considerando o Ofício nº 030/2011 da Coordenadora de Defesa Civil Municipal, em razão da deliberação em reunião e seguindo orientações da defesa civil estadual da necessidade da garantia de segurança da população ao retorno a normalidade,

Resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de mais 90 (noventa) dias o presente Decreto de Estado de Emergência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,
em Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de abril de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Edital 001/2011 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL 01/2011.

Abre inscrição para candidatos, fixa horário, local e critérios relativos à escolha, para o Conselho Tutelar do Município de Porto Belo.

A Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal Ordinária nº 1.482 de 15 de dezembro de 2007, Lei Municipal Ordinária nº 1.481 de 15 de dezembro de 2006, e de acordo com a Resolução n. 05/2010,

FAZ SABER que estarão abertas de 25 (vinte e cinco) de Abril a 13 (Treze) de maio do corrente ano, a inscrição dos candidatos para Conselheiro Tutelar do Município de Porto Belo.

1 - INSCRIÇÃO DO CANDIDATO.

1.1. Destina-se a inscrição de candidatos para a eleição de 5 (cinco) cargos de Conselheiro Tutelar Titulares e 5 (cinco) Suplentes, para mandato de três anos.

1.2. Vencimento: R\$ 734,67 (setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

1.3. A jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

2 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHEIRO

2.1. A todos os conselheiros titulares, no exercício de suas funções, compete:

I - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, todas as resoluções e normas emanadas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo e legislação afim;

II - atender as crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

a por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

b por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

c por razão de sua conduta.

III - Aplicar medida de proteção à criança autora de ato infracional: a encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

b orientação, apoio e acompanhamento temporário;

c matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

e requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

f inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

g abrigo em entidade.

IV - Atender e aconselhar os pais ou responsável, podendo aplicar as seguintes medidas:

a encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;

b inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

c encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

d encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

e obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

f obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

V - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto: a requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

VI - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

VII - Encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VIII - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, para o adolescente autor de ato infracional, dentre as seguintes:

a encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

b orientação, apoio e acompanhamento temporário;

c matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio a família, à criança e ao adolescente;

e requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças ou adolescente quando necessário;

f inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

IX - Expedir notificações.

X - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

XI - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem aos seguintes princípios:

a preferência e finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

b promoção de cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação;

c regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

d respeito aos valores éticos e sociais de pessoa e da família. Bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder de família.

XIII - No início de cada mês enviar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relatório detalhando as atividades do Conselho Tutelar referente ao mês anterior, assinado por todos os conselheiros tutelares.

XIV - Manter sigilo profissional, em todas as questões pertinentes.

XV - Elaborar Plano de Ação Semestral, encaminhando ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente.

XVI - Fazer visitas as entidades governamentais e não-governamentais, que prestam atendimento à criança e ao adolescente, trimestralmente e sempre que houver solicitação e ou necessidade, elaborando relatório da visita.

XVII - Informar aos pais, responsáveis e a qualquer cidadão os direitos da criança e do adolescente.

XVIII - Contatar com as autoridades locais para otimizar um trabalho integrado, na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

XIX - Elaborar propostas para divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas, nas entidades e na comunidade, encaminhando-as ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo.

XX - Requerer serviços de diagnóstico e de avaliação para o atendimento adequado à criança e ao adolescente.

XXI - Fazer visitas domiciliares com o objetivo de identificar problemas de crianças e adolescentes, bem como de orientar e estimular o fortalecimento da unidade da família, solicitando serviços

especializados.

XXII - Propor encontros com entidades para intercâmbio de experiências.

XXIII - Fazer e solicitar palestras sobre temas específicos, envolvendo os direitos da criança e do adolescente.

XXIV - Manter contatos com entidades, associações comunitárias e outros, objetivando recursos, assistência médica, assistência psicológica e documentos hábeis pra crianças e para os adolescentes, bem como estágios e cursos de iniciação profissional, de acordo com as normas vigentes e sempre com vista a posterior engajamento profissional.

XXV - Proporcionar oportunidades de treinamentos de entidades e comunidades sobre alimentação, saúde, higiene e cidadania.

XXVI - Realizar reuniões de estudo e debates com equipes especializadas e com entidades sobre problemas de adaptação, permanência ou desligamento da criança ou do adolescente de entidades de atendimento, priorizando sempre seus direitos.

XXVII - Orientar e acompanhar o plano de atividades de cada entidade, verificando-se os objetivos pedagógicos, quanto à formação e a aprendizagem, estão sendo alcançados.

XXVIII - Sistematizar os dados informativos sobre a situação da criança e do adolescente no município.

XXIX - Assessorar e orientar projetos/programas de prevenção de álcool, de drogas e de outras necessidades detectadas na comunidade, podendo requisitar serviços de órgãos governamentais e não-governamentais.

XXX - Comparecer as reuniões semanais do Conselho Tutelar, para análise e decisões dos casos atendidos durante a semana. As sessões deverão ter ata assinado pelos presentes.

XXXI - Realizar visitas a hospitais e postos de saúde, zelando pelo cumprimento da garantia de prioridade absoluta no tocante a saúde.

XXXII - Proceder à orientação e acompanhamento familiar em higiene, asseio e primeiros socorros.

XXXIII - Fazer articulação com estabelecimento de ensino para garantia dos cuidados básicos de saúde da criança e do adolescente.

XXXIV - Desempenhar outras atribuições previstas em lei.

3- CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1. Ser brasileiro;

3.2. Ter 21 anos completos no ato da inscrição;

3.3. Estar no pleno exercício dos direitos civis e políticos.

3.4. Conclusão do ensino médio

3.5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

I - Documento de identificação oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos;

II - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF);

III - Título de eleitor do município;

IV - Certificado de reservista ou documento comprovando estar em dia com o serviço militar;

V - Comprovante de residência no município de Porto Belo;

VI - Certidão da Justiça Eleitoral;

VII - Certidão civil e criminal da Comarca de Porto Belo;

VIII - Estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício de conselheiro tutelar, atestado por médico;

IX - Não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar ou qualquer outra penalidade no exercício da função de Conselheiro Tutelar, nos 5(cinco) anos antecedentes à escolha;

3.6. Os documentos comprobatórios exigidos, no presente artigo, serão os seguintes:

a para o item I, fotocópia da Cédula de Identidade;

b para o item II, fotocópia do CPF;

c para o item III, fotocópia do Título de Eleitor;

d para o item IV, fotocópia do certificado de reservista ou do documento que comprove estar em dia com o serviço militar;

e para o item V, fotocópia do documento comprobatório de

residência no município de Porto Belo;
f para o item VI, certidão expedida pela Justiça Eleitoral no Fórum da Comarca de Itapema;
g para o item VII, certidões expedidas no Fórum da Comarca de Porto Belo;
h para o item VIII, atestado médico fornecido por médico;
i para o item IX, fotocópia do certificado de conclusão do ensino médio ou superior;
j para o item X, declaração do próprio candidato que não foi punido no exercício da função de conselheiro tutelar nos últimos 5 (cinco) anos;

3.7. As candidaturas são individuais.

3.8. A documentação deverá ser apresentada em fotocópias acompanhada dos originais.

3.9. Todos os documentos deverão ser entregues no ato da inscrição.

3.10. São impedidos de servir no Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto e madrasta, além do que determina o parágrafo único do art. 140 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.11. Fica assegurado o direito dos candidatos inscritos no pleito anterior anulado, não impugnados e conforme a inscrição aproveitando os atos já praticados.

4- LOCAL DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 25 (vinte e cinco) de Abril a 13 (Treze) de maio de 2011 na Sala da Coordenação de Conselhos e Projetos do Município de Porto Belo, localizada na Rua José Guerreiro Filho nº 265, Centro de Porto Belo, das 9 (nove) às 12 (doze) horas e das 14 (catorze) às 17 (dezessete) horas de segunda a sexta-feira.

5 - VEDAÇÕES:

5.1. É vedado aos candidatos ao Conselho Tutelar:

I - vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da "máquina eleitoral" dos partidos políticos;

II - o favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública e/ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da administração pública municipal;

III - o abuso do poder econômico tanto durante a campanha eleitoral quanto durante o desenrolar da votação é expressamente proibido o oferecimento de vantagem ou mesmo de transporte aos eleitores;

IV - práticas desleais de qualquer natureza que depõem contra a idoneidade moral do candidato (sem perder de vista as disposições do art. 317 do Código Penal e Lei 8.429/92),

V - o uso de outdoors e espaço na mídia, salvo promovido pelo CMDCA.

5.2 Os candidatos a membros do Conselho Tutelar responsáveis pela violação das regras de campanha terão seu registro de candidatura ou diploma cassados.

6 - DA ESCOLHA

6.1. O processo de escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Porto Belo terá início com a divulgação da resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que estabelece as normas e procedimentos eleitorais.

6.2. O Grupo de Trabalho para Escolha do Conselho Tutelar de Porto Belo deverá analisar e emitir parecer dos documentos dos inscritos a membro do Conselho Tutelar.

Art. 22 da Lei 1482-06

6.3. Em todo o processo de escolha será aplicada, no que couber a legislação eleitoral vigente.

7 - O DIA DA ELEIÇÃO

7.1. A escolha ocorrerá no dia 10 (dez) de julho de 2011 das 9 (nove) horas às 17 (dezessete) horas.

7.2. Haverá seções eleitorais nos seguintes locais:

a Centro Educacional Alda Furtado dos Santos - Bairro Santa Luzia, seções nº 143;

b Núcleo de Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha - Centro, seções 144; 145, 146; 147, 148, 149, 150 e 176;

c Centro Comunitário - Bairro Araçá, seção 151 e 152;

d Escola Municipal Professora Catarina Benedita Guerreiro - Bairro Perequê, seções 153, 154, 155, 156, 167 e 180 ;

e Escola Municipal Fidélis Antonio Garcia - Bairro Sertão de Santa Luzia, seção 157 e 158;

f Escola Municipal "Pedro Alemão" Antonio Richartz - Bairro Alto Perequê, seção 159 e 160;

g Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos - Bairro Vila Nova, seção 161, 162, 163, 164, 165.

h Escola Básica Municipal Olinda Peixoto - Bairro Perequê, seção 187,197 e 206.

7.3. A mesa receptora terá presidente e secretário, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo ouvido o Ministério Público.

7.4. A eleição ocorrerá através de urna eletrônica, na qual os cidadãos de Porto Belo, munidos de título de eleitor e de carteira de identidade, deverão efetivar seu voto, através do número respectivo do candidato de sua escolha;

7.4.1. Em caso de não funcionamento de qualquer urna eletrônica, haverá a imediata substituição por voto em cédulas.

7.5. Os conselheiros titulares serão escolhidos por voto universal, secreto e facultativo, conforme previsto na resolução n. 03/2011. O eleitor votará em apenas um candidato e somente no local de sua seção eleitoral.

7.6. Os candidatos a membro do Conselho Tutelar de Porto Belo serão fiscais natos, tanto para a mesa receptora, quanto para a mesa apuradora, devendo trazer em lugar visível crachá contendo o seu nome. Este crachá será confeccionado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo.

7.7. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo serão fiscais natos, devendo trazer em lugar visível um crachá contendo o seu nome. Da mesma forma, este crachá será confeccionado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo.

7.8. A votação se iniciará com a chamada do primeiro eleitor, o qual será identificado pelo secretário da mesa, através do título de eleitor, dirigindo-se à urna, efetivará seu voto na urna, a qual deverá estar em lugar visível. A seguir, assina a folha de votação, recebendo o seu título de eleitor.

7.9. Declarada encerrada o processo de escolha pelo presidente da mesa, às 17 horas do dia 10 de julho, serão recolhidos os títulos de eleitor dos eleitores presentes, não sendo mais aceito voto de nenhum outro eleitor que chegar depois.

7.11. Encerrada a escolha, o secretário providenciará o preenchimento da ata da eleição, indicando início e termino, bem como qualquer ocorrência que tiver sido registrada, assinando-a em seguida, juntamente com o presidente e os fiscais presentes.

7.12. A urna deverá ser lacrada, após o recebimento do voto do último eleitor e assinada pelo presidente, secretário e fiscais, na ocasião de apor o lacre. Sendo transportada pelo presidente da seção para a Escola de Educação Básica Catarina Benedita Guerreiro.

8 - DA APURAÇÃO

8.1. A apuração será realizada após a chegada da última urna e,

terá como local na Escola de Educação Básica Catarina Benedita Guerreiro.

8.2. As situações relatadas em ata referentes aos votos impugnados serão analisadas imediatamente pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo e/ou do Ministério Público.

8.3. Terminada a contagem dos votos, será lavrada a ata da apuração, a qual deverá ser assinada pelos componentes da mesa apuradora, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo e pelo representante do Ministério Público, devendo as cédulas ser devolvidas à urna, a qual será lacrada e assinada pela Junta Apuradora.

8.4. A apuração será encerrada, após a proclamação dos 05 (cinco) membros titulares em ordem decrescente de maioria relativa de votos, e dos 05 (cinco) membros suplentes, de igual maneira, em sequência imediata.

8.5. Todo e qualquer recurso, por parte dos candidatos e/ou de pessoas interessadas somente serão aceitos, se derem entrada junto ao Grupo de Trabalho eleito entre os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia da eleição, às 17:00.

8.6. As impugnações a votos refletirão em toda a urna, cabendo aos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente anular ou não imediatamente os votos da respectiva urna.

9 - ETAPAS, PRAZOS E RECURSOS

9.1. Inscrição: 25 (Abril) a 13 (Treze) de maio de 2011;

9.2. Publicação da lista dos inscritos e aprovados: 16 (dezesesseis) de maio de 2011;

9.3. Prazo para impugnações das inscrições: 17 (dezesete) e 18 (dezoito) de maio de 2011;

9.4. Prazo para apresentação de defesas em face de impugnações: 20 (vinte) à 23 (vinte e três de maio)

9.5. Decisão de aprovação e homologação das inscrições: 24 (vinte e quatro) de maio;

9.6. Publicação das homologações das inscrições: 25 (vinte e cinco) de maio;

9.7. Curso de participação obrigatória: 27(vinte e sete) e 28 (vinte oito) de maio de 2011;

9.8. Prova escrita e avaliação psicológica: 30 (trinta) de maio na Escola de Educação Básica Catarina Benedita Guerreiro;

9.9. Publicação do resultado da prova escrita: 01 (um) de junho;

9.10. Prazo para recurso do resultado da prova escrita: 02 (dois) à 06 (seis) de junho;

9.11. Publicação do resultado final dos aprovados na prova escrita: 07 (sete) de junho;

9.12. Início do processo de campanha dos candidatos homologados com a população local: 08 (oito) de junho à 08 (oito) de julho de 2011;

9.13. Dia da Eleição: 10(dez) de julho de 2011.

9.14. Prazo para apresentação de impugnação diante de fatos ocorridos durante o período iniciado no item 9.13 e o dia da Eleição: 10 (dez) de julho de 2011, até as 17 horas perante qualquer dos membros do Grupo de Trabalho constituído pela Resolução nº 02/2011.

9.15. Publicação dos Eleitos: 11 (onze) de julho de 2011;

9.16. Diplomação e Posse: 18 (dezoito) de julho de 2011.

Parágrafo único: a ausência de participação em qualquer dos momentos do curso do item 9.7. implicará na eliminação automática do candidato do processo de Escolha ao cargo de Conselheiro Tutelar.

10 - DOS RECURSOS

10.1. As Impugnações de candidaturas ao cargo de Conselheiro Tutelar deverão ser apresentadas junto a qualquer dos membros

do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução nº 02/2011.

11 - DA DIPLOMAÇÃO E DA POSSE:

11.1. A Diplomação e a Posse dos membros titulares e dos suplentes escolhidos na Eleição regida por este edital e ocorrida no dia 10 (dez) de julho de 2011, ocorrerá no dia 18 (dezoito) de julho de 2011 na Sede do Poder Legislativo do Município de Porto Belo.

11.2. Os empossados devem iniciar suas atividades no dia 18 (dezoito) de julho de 2011.

Porto Belo, 25 de abril de 2011.

JOSEANE MENDES BEZERRA

Coordenadora Geral do CMDCA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Coordenador Adjunto do CMDCA

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 037/2008

DECRETO Nº 037, de 12 de fevereiro de 2008.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e do Decreto-Lei nº 3365/41, em seu art. 5º, alínea "i" com as alterações introduzidas pela Lei nº 2786/56,

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, a seguinte área de terra:

160,00m² pertencente a GIÁCOMO JOÃO MONDINI e GIOVANA ANGÉLICA MONDINI,, situada na Rua Basílio Correa de Negredo, centro, neste município, encravada com uma construção em alvenaria com área de 112,80m², matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca sob nº 2286.

Art.2º - A área declarada de Utilidade Pública no artigo anterior, devidamente identificada na planta que integra o presente Decreto, destina-se a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 12 de fevereiro de 2008

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

Portaria Nº 0422/2011

PORTARIA Nº. 0422/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 29/04/2011 o(a) servidor(a) municipal VENERIANA BARDT DE SOUZA, admitido(o) em cargo de provimento efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, de acordo com Art. 39 da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Abril de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº. 0425/2011

PORTARIA Nº. 0425/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0288/RH de 17/03/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Colocar a disposição, sem quaisquer prejuízo do cargo ou função que ocupa e da remuneração e dos direitos respectivos, o servidor FABIO DE CAMPOS FREIRE, ocupante do cargo efetivo Engenheiro Civil, nível “H”, para exercer, entre 02/05/2011 e 17/09/2011, suas atividades junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de Rio do Sul, em atenção ao solicitação da mesma, através do Memorando nº 296/2011 de 19/04/2011.”

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de abril de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Edital de Alteração do Pregão Presencial 006/2011 - FMAS

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação DO ANEXO 01 – MINUTA DE CONTRATO na CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO e CLAUSULA TERCEIRA – PREÇO e do ANEXO 02 – PROPOSTA DE PREÇOS do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2011 - FMAS, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

ITEM	Qte.	Especificações
01	06 un.	Micro computador com as seguintes características mínimas: Placa mãe: portas USB 2.0 - Slot PCI - Saída: Teclado / Mouse / VGA / Porta Serial / Porta Paralela / Áudio I / O Processador: : Intel Core I5 (6MB Cache, 3.00GHZ) ou processador com performance igual ou superior Gabinete: Tipo torre com 4 baías e fonte ATX, para suportar a configuração especificada Disco Rígido: Capacidade de 500 GB Memória: 4 Gb DDR3 Leitora e Gravadora de DVD e CD Monitor de 18 Polegadas de LED Placa de rede: 10/100/1000 Mb Teclado: Padrão ABNT-2 - Conector mini-DIN (PS/2) ou USB sem adaptador Mouse: Conector mini-DIN (PS/2) ou USB sem adaptador - Óptico - Botão de rolagem de tela (scroll) Sistema Operacional: Win7 32bits original. Garantia: 01 ano - Deverá ser prestada no local onde estiver o equipamento, com início do atendimento em no máximo 12 horas a partir do chamado e 36 horas para conclusão ou substituição do equipamento - A garantia dos equipamentos, e eventuais custos relativos a deslocamentos, estadias, gastos com alimentação e transportes serão de responsabilidade da empresa vencedora sem nenhum ônus para a Prefeitura.

Rio do Sul, 29 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 041/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copa e Cozinha e Limpeza, Higienização e Conservação, a serem executados nas instalações da Sede da Companhia de Bombeiros Militar de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 12/05/2011, às 08:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 12/05/2011, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 29 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 029/2011

DECRETO N. 029/2011, DE 28 DE ABRIL DE 2011
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 1.416/2011, de 20 de abril de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 348.000,00 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil Reais), para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0402.2004 - Aplicações Diretas

3390.0000.0100 - Outras despesas R\$ 70.000,00

04.122.0402.2011 - Aplicações Diretas

3350.3000.0100 - Transferências à Instituições Privadas R\$ 53.000,00

12.361.1201.2035 - Manutenção do Ensino Fundamental

3190.0000.0101 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

02.03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ESPORTE E CULTURA

04.121.0403.2017 - Manutenção da Secretaria de Planej. Esporte e Cultura

4490.0000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

02.07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

16.482.1601.1015 - Apoio ao Sistema Habitacional

3390.0000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

02.05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.306.1002.2049 - Manutenção da Merenda Escolar

3390.0000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo anterior, correrão à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

26.782.2601.1069 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos

4490.0000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 348.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Salto Veloso, 28 de abril de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

Pregão Presencial N. 009/2011

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2011

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Travessa das Flores, 058, Centro, em Salto Veloso, SC., torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações, realizará Licitação Pública na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por lote, com a finalidade de contratar aquisição de Material Medico Hospitalar e Ambulatorial para Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante no Processo Licitatório n. 0051/2011 e condições estabelecidas no respectivo ato convocatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feiras, das 08:30h às 11:30 horas e das 13:30h às 17:00 horas, por meio de fotocópia às expensas do interessado, mediante pagamento do valor das cópias, de acordo com o número de folhas, a ser efetivado por funcionário do Executivo, ou por via eletrônica no site municipal: www.saltoveloso.sc.gov.br. O recebimento e abertura dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima, às 14:00h do dia 17 de Maio de 2011, tendo início pela abertura dos envelopes "PROPOSTA". Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 49 3536-0146, no horário de expediente mencionado anteriormente.

Salto Veloso, 28 de Abril de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitações 63/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/05/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2011, PREGÃO 45/2011 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PARA ATENDER CLUBE DE MÃES (REQUISITO MÍNIMO: VEÍCULOS MODELOS MICRO ÔNIBUS, VAN E KOMBI, AMBOS ANO 1993). Informações licitacoes@sao-lourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRENCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 187/2011

PORTARIA n.º 187/2011

Concede Função Gratificada a Servidora CAMILA ALBINO.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 635/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CAMILA ALBINO ocupante do cargo de enfermeiro do Programa Estratégia Saúde da Família, a gratificação de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 188/2011

PORTARIA n.º 188/2011

Concede Função Gratificada ao Servidor ROGÉRIO JOSÉ KOERICH.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 635/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ROGÉRIO JOSÉ KOERICH ocupante do cargo de enfermeiro do Programa Estratégia Saúde da Família, a gratificação de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 189/2011

PORTARIA n.º 189/2011

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR WALDIR JULIO DE MELO.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 630/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor WALDIR JULIO DE MELO ocupante do cargo de Operador de Máquina III, ajuda de custo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 190/2011

PORTARIA n.º 190/2011

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR ELCIO LUIZ PERING.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 630/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ELCIO LUIZ PERING ocupante do cargo de Operador de Máquina I, ajuda de custo de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 191/2011

PORTARIA n.º 191/2011

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR ANTÔNIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 630/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES ocupante do cargo de Operador de Máquina II, ajuda de custo de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 192/2011

PORTARIA n.º 192/2011

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR ERNILDO MULLER.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 630/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ERNILDO MULLER ocupante do cargo de Operador de Máquina II, ajuda de custo de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 193/2011

PORTARIA n.º 193/2011

Exonera ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 025/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de abril de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 194/2011

PORTARIA n.º 194/2011

Exonera LEONETE RIOS DE SOUZA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LEONETE RIOS DE SOUZA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 029/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de abril de 2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 002254/11 de 28 de Abril de 2011

DECRETO Nº 002254/11 DE 28 DE ABRIL DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições

que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 126.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0013.1.007 - REDE DE ESGOTO SANITÁRIO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 126.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 26.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Abril de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.253/2011, de 28 de abril de 2011.

DECRETO Nº 2.253/2011, de 28 de abril de 2011.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que o Município promoveu, durante o ano de 2010 e 2011, tanto concurso público quanto processos seletivos simplificados para a contratação de servidores e docentes, e que não logrou êxito em contratar profissionais necessários para o atendimento das demandas sociais instaladas e que, atualmente, não há listagem de profissionais docentes oriunda de processos seletivos simplificados;

Considerando que está em andamento processo seletivo simplificado para preenchimento de vagas de docentes na rede pública municipal de ensino, mas que a previsão de homologação ultrapassa meados do mês de junho de 2011;

Considerando que a servidora Chelly Jane Figur, docente nos quadros da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, encontra-se em vias de afastamento por licença-maternidade;

Considerando que as informações acima foram prestadas pela Diretoria de Recursos Humanos do Município, em ofício datado de 28 de abril de 2011, bem como pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio do Pedido para Contratação Emergencial de Profissionais - Ofício n.º 044/2011 - SECEL, de 19 de abril de 2011 e que refletem a necessidade imediata de resolução da situação emergencial;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação, em caráter emergencial, pelo Poder Executivo Municipal, de 01 (um) profissional Professor A, B ou C, com carga horária de 20 h/s, para suprir a vacância temporária em razão do afastamento por auxílio-maternidade da servidora Chelly Jane Figur, a partir da data do efetivo afastamento, perdurando por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No3.976/2011, de 29 de abril de 2011

PORTARIA No3.976/2011, de 29 de abril de 2011

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Adilson Gorniack, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº508.202.579-15, CREA/SC nº27.947-3, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica na Rua 03 de Outubro, extensão de 2.760m, perfazendo uma área total de 28.207,50m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com Contratos de repasse nº 329.601-29-2010 e 333.533-71/2010, com o Ministério do Turismo e contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, com o Ministério das Cidades, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 68/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No3.977/2011, de 29 de abril de 2011

PORTARIA No3.977/2011, de 29 de abril de 2011

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Adilson Gorniack, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº508.202.579-15, CREA/SC nº27.947-3, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para a construção de Espaço Educativo Infantil, Tipo C, com área de 564,47m², situada a Rua Guaramirim, Bairro Schroeder I, no município de Schroeder/SC, de acordo com Convênio nº. 701896/2010, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 49/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No3.978/2011, de 29 de abril de 2011

PORTARIA No3.978/2011, de 29 de abril de 2011

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Adilson Gorniack, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº508.202.579-15, CREA/SC nº27.947-3, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para A Pavimentação Asfáltica da Rua Florianópolis, perfazendo a área total de 5.522,70m², localizada no Município de Schroeder/SC, de acordo Contrato de repasse nº. 330.094-00/2010, com o Ministério das Cidades, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 63/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No3.979/2011, de 29 de abril de 2011

PORTARIA No3.979/2011, de 29 de abril de 2011
NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Marcelo da Silva, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº987.724.149-87, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para a construção de quadra de esportes polivalente coberta com arquibancada e fechamentos laterais, com área de 854,90m², localizada junto a Escola Santos Tomaselli, na Rua Candido Tomaselli, Bairro Tomaselli, no município de Schroeder/SC, de acordo com Convênio nº. 11.690/2010-4, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaragua do Sul, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 35/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.975/2011, de 29 de abril de 2011.

PORTARIA Nº. 3.975/2011, de 29 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do funcionário, Sr. Tiago Roque Grzybowski, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de abril de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Ata de Registro de Preço PR 30/2010-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abaixador de língua , desc. Pact com 100 unidades	PC	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,6100	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	1,6200	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,8700	3
2	Agulha desc. 25 x 7 est.oxido de etileno 22G1 cx c/ 100 unid	CX	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,8750	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,2200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	3,2900	3
3	Agulha desc. 25 x 6 est.oxido de etileno 23G1 cx c/100ml	CX	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,1900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	3,2000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	3,6130	3
4	Agulha desc. 25 x 8 est.oxido de etileno 21G1 cx c/ 100ml	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	2,8700	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,8750	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,2200	3
5	Agulha desc. 30 x 08,est. Oxido de etileno	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0270	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,0280	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0360	3
6	Agulha desc. 40 x 12 est.oxido de etileno 18G1/2" cx c/ 100 unidade	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	3,2000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	3,2500	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,5000	3
7	Água destilada com 10ml cada	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0910	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,0980	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1130	3
8	Almotolia de plástico incolor 120ml	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,8500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,8700	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,9030	3
9	Almotolia de plástico cor escura 250ml	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,1100	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,2500	3
10	Álcool etílico hidratado 70% com 1000ml	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,3500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,7480	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	2,8300	3
11	Algodão etílico hidratado c/ 500 gramas	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	5,7500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	6,1100	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	6,3800	3
13	Anti- séptico tópico a base de PVPI - uso externo	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	7,8850	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	8,9380	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	9,1000	3
14	Atadura de crepom 4cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	2,0200	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,0500	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	2,3100	3
15	Atadura de crepom 6cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades	PC	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,0500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	2,2000	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	2,3100	3
16	Atadura de crepom 8cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades	PC	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,7380	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	2,9300	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Atadura de crepom 10cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	3,4200	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	3,4380	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,8500	3
18	Atadura de crepom 12cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades	PC	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	4,1000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	4,1250	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	4,4300	3
19	Atadura de crepom 15cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades	PC	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	5,1100	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	5,1200	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	5,7800	3
20	Atadura de crepom 20cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fio/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Podem ser utilizadas várias vezes sem perder suas propriedades elásticas, é a quantidade de fios por cm2 que confere o poder de elasticidade. Pct c/ 12 unidades.	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	6,8500	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	6,8630	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	7,7000	3
21	Avental desc, sem manga, na cor branca, dimensões 1,00 x 1,30m, na gramatura de 20g, hipoalergênica 100%	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,6000	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,6100	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,6900	3
22	Butterfly nº 23	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,0860	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0880	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,0980	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Buterfly nº 24	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,1000	4
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,0810	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0850	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,0980	3
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,1000	4
24	Buterfly nº 25.	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,0810	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0850	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,0980	3
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,1000	4
25	Buterfly nº 21	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,0850	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0880	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,0980	3
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,1000	4
26	Cateter endovenoso, poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico, Tm - 24 x 0,7 x 19mm	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,3920	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4250	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,4870	3
27	Cateter endovenoso, poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico, Tm - 20 x 0,7 x 19mm	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,3920	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4250	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,4500	3
28	Cateter endovenoso, poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico, Tm - 18 x 0,7 x 19mm	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,3920	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4250	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,4500	3
29	Catgut simples 3-0, agulha AT - 20mm ½, corpo triangular, cx c/ 50	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	43,9600	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	50,0000	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	66,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Catgut simples 5-0, agulha AT - 20mm ½, corpo triangular, cx c/ 50	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	43,9600	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	56,2500	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	66,8800	3
31	Catgut simples 6-0, agulha AT - 20mm ½, corpo triangular, cx c/ 50	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	43,9600	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	66,8800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	95,5790	3
32	Cloridrato de lidocaina 2%, s/ vaso contritor, vol. 1,8ml . Cx c/ 50 unidade	CX	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	20,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	22,3660	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	22,3900	3
33	Compressas de Campo Operatório, alto poder de absorção, 100% algodão 4 camadas, 23cm x 25cm pacote com 50 unidades	PC	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	22,1000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	22,1900	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	22,4000	3
34	Compressas de Campo Operatório, alto poder de absorção, 100% algodão 4 camadas, 45cm x 50cm pacote com 50 unidades	PC	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	39,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	39,2260	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	41,5900	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	43,0300	4
35	Compressas de gase hidrófila esterilizada 13 fios,tamanho 7,5cm x 7,5cm (aberta 15cm x 30 cm) com 5 dobras e 08 camada pacote com 500 unidades.Peso mínimo 495 à 525 gramas,conforme normas da ABNT,NBR 13843 com dados do fabricante e nº registro na anvisa	PC	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	11,1900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	11,2000	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	13,1250	3
36	Compressas de gase 7,5 x 7,5;5cm,11 fios dobras e 8 camadas,com 05 unidades estéril.tecido em tela de puro algodão, com trama altamente absorvente e isento de impurezas,dimensões e números de fios projetados para melhor adequação às necessidades dos usuários.Compressa hidrófila,de cor branca,100% algodão;isenta de amido e alvejantes ópticos e impurezas;confeccionadas em tecido macio	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,2440	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,2450	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3130	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Compressas de gase 7,5 x 7,5;5cm,11 fios dobras e 8 camadas,com 10 unidades estéril.tecido em tela de puro algodão, com trama altamente absorvente e isento de impurezas,dimensões e números de fios projetados para melhor adequação às necessidades dos usuários.Compressa hidrófila,de cor branca,100% algodão;isenta de amido e alvejanter ópticos e impurezas;confeccionadas em tecido macio	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,3440	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,3450	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3540	3
38	Coletor de material perforante e cortante 07 litros útil 05,3 lts	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,4700	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,5630	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	1,9300	3
39	Cloreto de sódio 0,9% sol injetável estéril apirogênica frs com 250 ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,2530	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,7400	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,7500	3
40	Cloreto de sódio 0,9% sol injetável estéril apirogênica frs com 500 ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,6690	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,8750	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,8900	3
41	Cloreto de sódio 0,9% sol injetável estéril apirogênica frs com 1000 ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,9480	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	2,1800	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,5000	3
42	Soro glicosado 5% sol injetável estéril apirogênica frs com 250ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,6690	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	2,0900	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,2380	3
43	Detergente enzimático c/ mínimo 03 enzimas frs com 05 litro	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	62,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	71,6850	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	92,4000	3
44	Dreno de penrose c/ gase esterilizado nº 2, c/ 01 unidade	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,4100	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,3900	3
45	Dreno de penrose c/ gase esterilizado nº 1, c/ 01 unidade	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,3200	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7880	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,1500	3
46	Envelope para esterilização 15 x 25 cm com lacre c/ 200 envelope	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	21,5300	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	42,5600	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	45,7500	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	52,6000	4
47	Envelope para esterilização 20 x 33 cm com lacre c/ 200 envelope	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	39,6000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	69,9600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	82,1790	3
48	Envelope para esterilização 9 x 16 cm com lacre c/ 200 envelope	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	12,3500	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	23,2000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	23,3410	3
49	Esparadrapo impermeável de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco á base de borracha e resina, no tamanho 10cm x 4,5m.	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,5000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	4,0400	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	4,1250	3
50	Equipo de soro- aplicador p/ soluções parenterais est.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3580	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,4900	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,5200	3
51	Fio p/ sutura mononylon preto 45 cm 3-0 c/ agulha cx c/ 24	CX	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	15,2800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	15,7710	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	16,2500	3
52	Fio p/ sutura mononylon preto 45 cm 4-0 c/ agulha cx c/ 24	CX	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	15,2800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	15,7710	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	16,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Fio p/ sutura mononylon preto 45 cm 5-0 c/ agulha cx c/ 24	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	15,2700	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	15,2800	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	16,2500	3
54	Fio p/ sutura mononylon preto 45 cm 6-0 c/ agulha cx c/ 24	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	15,2700	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	15,2800	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	16,2500	3
55	Fita de autoclave à base de celulose, borracha natural, óxido de zinco e resina acrílica, pct c/ 1 unidade	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,1500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	2,1600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,4660	3
56	Fita crepe 16mm x 50m, pct c/ 01 unidade	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,2200	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,2300	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	1,2900	3
57	Fita cirúrgica microporosa hipoalérgica, fita de tecido não tecido à base de fibras de viscose com adesivo acrílico, TM - 2,5cm x 4,5m	UN	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,1200	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,3200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	1,3600	3
58	Gel inodoro na cor azul, especialmente preparado p/ uso externo como meio de contato p/ transmissão ultra- sônica, ecógrafos, doppler e aparelho de elétrons, não gorduroso, hidrossolúvel, não irritante, hipoalergênico, não abrasivo, umectante. Sua composição é água esterilizada, polímero carboxivinílico espessante, frasco com 5 litros	FR	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	12,9000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	12,9500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	13,7000	3
59	Lâmina de bisturi aço inox - est. cobalto 60x15cm cx c/ 50 unidade	CX	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	5,8500	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	9,7500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	13,6200	3
60	Lanceta desc. p/ punção digital, em aço inoxidável embutida em corpo plástico ou outro material desc. compatível, com tampa protetora de fácil remoção. Embalagem resistente que garanta a integridade do produto até o momento de atualização, e trazendo externamente dados de identificação e procedência, lote e data de validade. Acondicionada em frasco/embalagem com no mínimo 50 unidades.	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	3,0500	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	3,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	3,6250	3
61	Lâmina de bisturi aço inox - est.cobalto 60 x11cm cx c/ 50 unidades	CX	METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	5,8500	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	9,7500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	13,6200	3
62	Lençol descartável, hospitalar 70cmx50mts	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	3,6800	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	3,9380	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	4,1300	3
63	Luvas cirúrgi de látex - TM 8,0,pct c/ 1 par	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,7100	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7500	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,8400	3
64	Luvas cirúrg. De látex - TM 7,5,pct c/ 1 par	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,7100	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7500	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,8400	3
65	Luvas cirúrg.de látex - TM 6,5,pct c/ 1 par	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,7000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7080	2
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,8400	3
66	Luvas de látex p/ procedimentos,não estéril TM - EP caixa c/ 100unid	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	8,7000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	10,2500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	10,8960	3
67	Luvas de látex p/ procedimentos,não estéril TM - P caixa c/ 100unid	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	8,7000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	10,2500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	10,8960	3
68	Luvas de látex p/ procedimentos,não estéril TM - M caixa c/ 100unid	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	8,7000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	10,2500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	10,8960	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Luvax de látex p/ procedimentos,não estéril TM - G caixa c/ 100unid	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	8,7000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	10,2500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	10,8960	3
70	Soro fisiológico 0,9%,ampola de 10 ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1170	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1380	2
71	Seringa c/ agulha desc.Parede fina bisel trifacetado,13x38,27,5G1/2 c/ 50 unid (insulina)	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4380	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,7730	2
72	Seringa descartável 3 ml	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,0950	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,0970	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,1400	3
73	Seringa descartável 5ml;	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,1100	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,1130	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1630	3
74	Seringa descartável 10 ml.	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,2290	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2300	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,2750	3
76	Seringa descartável de 60 ml	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	1,2000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	1,2400	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,1250	3
77	Solução de glicose 0,5% 250 ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,6690	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,9600	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,2380	3
78	Sonda de aspiração traqueal nº20	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4480	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,4500	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,5300	3
79	Sonda de aspiração traqueal - tubo de PVC 16	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3540	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010

Número do Registro de Preços: 14/2010

Data do Registro: 02/12/2010

Válido até: 02/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Sonda de aspiração traqueal - tubo de PVC 18	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,3600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,4000	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4190	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,4200	2
81	Sonda de foley látex 2 vias nº 14 (siliconizada)	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,4670	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,7800	1
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	0,8000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,9750	3
82	Sonda uretral descartável nº 10;	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,2950	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,3080	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3090	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,3100	4
83	Sonda uretral descartável nº 06	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,2880	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3140	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,3300	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,3000	1
84	Sonda uretral descartável nº 12;	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3060	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)		0	0,3190	3
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	2,5500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	2,6000	2
85	Termômetro clínico p/ verificar a temperatura do corpo.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,7960	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,5600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,6450	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0		
86	Vacutainer de plástico c/ gel separador 5ml, sst II advance, plymouth, PL 6 7 BP. UK	PC	STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (11885)		0	0,5600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,6450	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2010**Número do Registro de Preços: 14/2010****Data do Registro: 02/12/2010****Válido até: 02/12/2011****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED - COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA (10874)		0	1,2100	3

SCHROEDER, 2 de Dezembro de 2010.

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria No 2026, de 07 de Abril de 2011

PORTARIA No 2026, DE 07 DE ABRIL DE 2011

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Nair João da Silva Ribeiro (Subst.Renilda B.Wenceslau, que se encontra em Lic.Para Trat. de Saúde e aumento do número de alunos)	09/10/62	069.809.829-31	44h	08/04/2011 a 05/05/2011

Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Viviane Bonamigo (Subst. Marlize Lindner, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	21/12/80	004.968.490-05	40h	07/04/2011 a 02/05/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de abril de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2027, de 08 de Abril de 2011

PORTARIA No 2027, DE 08 DE ABRIL DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora ocupante do cargo efetivo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 04/04/2011 a 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL		CARGA HORÁRIA TOTAL
		Efetiva	Substituição	
Carmen Maria Fistarol Montibeler	1835/2011	16h/a	09h/a	25h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2028, de 08 de Abril de 2011

PORTARIA No 2028, DE 08 DE ABRIL DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor-Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente, para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, para o ano letivo de 2011, a contar de 01/04/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		De	Para
Franciele Elaine Tais	1833/2011	26h/a	29h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2030, de 11 de Abril de 2011

PORTARIA No 2030, DE 11 DE ABRIL DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jéssica Popowicz (Subst. Ingelore Andreatta, que se encontra em Lic.Para Tratamento de Saúde)	14/01/91	083.003.759-45	40h	11/04/2011 a 26/04/2011
Vanessa Fernanda Kannenberg (Subst.Aldina Cristofolini até 20/04 e após esta data Subst. Giuvana Salvador-férias)	15/10/84	048.763.709-74	40h	11/04/2011 a 05/05/2011

Cargo: Professor C

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Everaldo Paulo Ferrari (Aumento do número de alunos)	26/01/72	692717209-20	09h	12/04/2011 a 06/05/2011
Ladir Willrich (Programa Educação de jovens e Adultos-EJA)	14/01/91	311.516.479/34	16h	12/04/2011 a 06/05/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2029, de 08 de Abril de 2011

PORTARIA No 2029, DE 08 DE ABRIL DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2011/57, para construção de uma ponte pênsil, a ser edificada na TBO-010.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2011/57, para construção de uma ponte pênsil, a ser edificada na TBO-010:

- a) ORLEI PEDRON - Secretário de obras e Serviços Urbanos;
- b) LUCIANA HARTMANN JUNGLOS - Engenheira Civil;
- c) ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO - Diretor;
- d) DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
- e) ROGÉRIO ROEDEL - Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2031, de 11 de Abril de 2011

PORTARIA No 2031, DE 11 DE ABRIL DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Denise Anunciata Merini Wolter, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 29 de abril do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.49 da Lei Complementar no 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal DENISE ANUNCIATA MERINI WOLTER do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pela Portaria nº 672, de 04 de janeiro de 2006, do Quadro de Servidores Públicos do Município, a contar de 29 de abril do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de abril 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2032, de 11 de Abril de 2011

PORTARIA No 2032, DE 11 DE ABRIL DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão Permanente para Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPAEIV

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 2325, de 11 de abril do corrente,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA-CPAEIV, sob a presidência do primeiro, os seguintes servidores:

- a) LUCIANA HARTMANN JUNGLOS - Engenheira Civil;
- b) FABIANO MARTINS ADRIANO - Assessor Institucional de Trânsito;
- c) RICARDO LONGO ORSI - Coordenador da Divisão do Meio Ambiente;
- d) JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS - Fiscal de Posturas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de abril de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 14, de 29 de Abril de 2011

PORTARIA Nº 14, DE 29 DE ABRIL DE 2011

Prorroga a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, c/c art. 1º da Lei Ordinária nº 2045 de 22/12/1998 com redação dada pela Lei Ordinária nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação da Servidora abaixo relacionada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

Nome	Portaria de Contratação/Alteração	Data do Término
Soely Cavalheiro de Souza	Nº 11 de 09 de fevereiro de 2011	30/06/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Párrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA
Diretor Presidente FCT

Aviso de Pregão Presencial 40-2011 Aquisição de Papel Toalha e Alcool gel

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000040/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAPEL TOALHA E ALCOOL GEL DESTINADO AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 12 de maio de 2011. ABERTURA: dia 12/05/2011 às 09:15 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 28/04/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Retificação edital 38-2011 Aquisição de redes

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE PREGÃO Nº. 000038/2011
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 000038/2011, do tipo menor preço, por itens, que trata da aquisição de redes esportivas, foi publicado com erro na descrição da unidade de medida dos itens

1.1 e 1.2. Onde consta Cm (centímetro) leia-se M (metro). Fica acrescido ainda no anexo I as seguintes observações:

*As redes deverão ser tipo malha 10.

*A empresa deverá fornecer declaração de garantia mínima de 05 anos.

A íntegra das alterações e o edital poderão ser obtidos pelo site www.timbo.sc.gov.br ou diretamente no setor de licitações da Prefeitura de Timbó. Fica prorrogada a entrega e abertura dos envelopes para o dia 12/05/2011 as 10:15h. Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Timbó, 25 de março de 2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Contrato Administrativo Nº. 2011/97

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/97

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADO: Ortofísio Clínica de Ortopedia e Reabilitação Ltda
OBJETO: Consultas e Procedimentos de Profissional habilitado em Ortopedia

PRAZO: 15 de Abril a 31 de Dezembro de 2011

VALOR TOTAL: R\$108.000,00 (cento e oito mil reais).

Timbó, 15 de Abril de 2011
ELSON A.A. MARSON JR.
Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato da Ata de Registro de PreçoPP 13 2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão 13/2011

Órgão Gestor: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Objeto: Contratação de Serviços para Manutenção da Frota do Samae.

Empresas fornecedoras: Mecfar Mecânica Automotiva Ltda ME; M.D.M Comércio Serviço Ltda EPP; Duwe Clínica Automotiva Ltda ME.

Valor Total Estimado: R\$ 234.700,00 (duzentos e trinta e quatro mil e setecentos reais).

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: Até 31/12/2011

Órgãos Participantes: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

A íntegra da Ata está disponível no Departamento de Licitações

Timbó, 26 de abril de 2011
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 01

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01-2011

2011/Pregão 001

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Timbó

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, UNIDADES PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2011

Empresa fornecedora: SUPERMERCADO BUSARELLO LTDA

Valor Total Aditivado: R\$ 1.618,70.
Modalidade: Pregão Presencial
Validade da Ata: 06 meses
Data da Assinatura 05/04/2011.
Órgãos Participantes: Secretaria de Educação.

Timbó, 28/04/2011
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 55/2011 Material hidráulico

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2011
Edital de Pregão Presencial nº 42/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item, para entrega imediata referente aquisição de material hidráulico, destinados para instalação, ampliação, e manutenção do sistema de abastecimento de água no interior e sede do município.

Entrega das propostas até às 9h do dia 13/05/2011
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 29 de abril de 2011.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 34/2011

DECRETO Nº 034/11, de 20 de abril de 2011.
ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 027/11, DE 06 DE ABRIL DE 2011

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 52 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257 de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

DECRETA

Art. 1º. O Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 027/11, de 06 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de Turvo.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 20 de abril de 2011.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 35/2011

DECRETO NO 035/11, de 20 de Abril de 2011.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.

O Prefeito Municipal DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.838/2007, de 25 de Abril de 2007 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB, conforme segue:

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular - Maria Jose Teixeira

Suplente - Dione Maria Ricken

II - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular - Roberto Carlos Patel

Suplente - Elenita Scarabelot Pazini

III - Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular - Marlene da Silva Ferreira

Suplente - Sonia Beatriz Gava Martignago

IV - Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular - Maria Aparecida Brina Mondardo

Suplente: Mariete Monteiro Rodrigues

V - Dois Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular - Valéria Cordeiro

Suplente - Caroline Teixeira

Titular - Sayonara Casteller

Suplente - Katia Carminati Parolo

VI - Dois Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular - Jaqueline Peron

Suplente - Luciane Gianizzella

Titular - Camila Borges

Suplente - Vanderli da Silva Tomé Marques

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Valdete Cordeiro

Suplente - Susana Barbosa de Oliveira Bardini

VIII - Representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

Titular - Fátima Miguel

Suplente - Rosangela Teixeira

IX - Representante dos servidores técnicos administrativos das

Escolas Básicas Públicas:
Titular: Luciane Fontana Vitto
Suplente: Graziela Bendo Gabriel Pezente

X - Representante do Conselho Tutelar:
Titular - Daiane Lodetti
Suplente - Lorena Meister Ribeiro

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

Art. 3º. O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de abril de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 36/2011

DECRETO Nº 036/11, de 20 de abril de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 - VIAS URBANAS, PAVIM.,PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (63) - Aplicações diretas
R\$ 490.000,00

17.512.0057.1.032 - SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (114) - Aplicações diretas
R\$ 77.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, conforme convênio celebrado com o Governo Federal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de abril de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 37/2011

DECRETO Nº 037/11, de 20 de abril de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º, inciso I e II da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 87.255,63 (oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0003.10(20) - Aplicações diretas R\$ 87.255,63

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do Superávit Financeiro dos recursos recebidos do PSF, PACS e PAB, ocorridos no exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de abril de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 9.683/11

DECRETO Nº 9.683/11 DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.008 - Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0045.0 41.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 41.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27º dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0242/11

PORTARIA nº 0242/11

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 5801/2011

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 5801/2011.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0243/11

PORTARIA nº 0243/11

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, datada de 27 de abril de 2011 (anexa),

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, MIGUEL ALBERTO VIECELI E MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, o seguinte imóvel, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 17.851, com a seguinte descrição:

"Um terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 4.354,10 m2(quatro mil trezentos e cinquenta e quatro metros e dez

decímetros quadrados), pertencente a Mário Ferlin, constante do lote "12", do Loteamento Josefina Carelli, situado no Rio das Pedras, nesta cidade e Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao Norte, com a Videplast Indústria de Embalagens Ltda; ao Sul, com a Rodovia SC-303, Km 04; ao Leste com a Mecânica Auto Peças Trentin Ltda e ao Oeste, com o Rio das Pedras, matriculado sob o nº 17.851 no Registro de Imóveis da Comarca de Videira, situado no 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira-SC."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0244/11

PORTARIA nº 0244/11

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, datada de 27 de abril de 2011 (anexa),

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, MIGUEL ALBERTO VIECELI E MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, o seguinte imóvel, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 7380, com a seguinte descrição:

"Uma área de terras com 1.029,58 m2 (um mil e vinte e nove metros e cinquenta e oito decímetro quadrados), parte integrante de uma área maior com 21.600,00 m2 (vinte e um mil e seiscentos metros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 7380, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com área remanescente de Leandro Crestani,; ao Sul,confronta-se com o Rio do Peixe; ao Leste, confronta-se com a Rua Anita Garibaldi ; e ao Oeste, confronta-se com a Rua Anita Garibaldi."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0245/11

PORTARIA nº 0245/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, o gozo de férias da servidora SÔNIA MARIA CARDOZO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, referente ao período aquisitivo de 20 de agosto de 2009 a 19 de agosto de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Chamada Pública Nº 02/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2011 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar a Chamada Pública nº 02/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEMEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, VERBA FNDE/PNAE, EM CUMPRIMENTO DA LEI Nº 11.947/2009 E DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2. ENTREGA DOS ENVELOPES: Os interessados deverão protocolizar os envelopes contendo a documentação e proposta de preços até às 14:00 horas do dia 08 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC, no Departamento de Protocolo. 3. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 4. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 28 de Abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 80/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 80/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONER PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 16 de Maio de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível

no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 29 de Abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Resolução Nº 07/2011.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 07/2011.

Dispõe sobre a Criação de Comissão Especial para Organização da Conferência Municipal de Assistência Social 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob ata nº 152 de 25 de Abril de 2011, a criação de Comissão Especial para fins de organização da Conferência Municipal de Assistência Social. A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- 1 - Daiane Rostirola, (Represente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE);
- 2 - Ademar Gaedek (Representante das Igrejas);
- 3 - Valdenice Maria Schneider (Representante da Secretaria Municipal de Educação);
- 4 - Edivane de Jesus (Representante do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS).

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do CMAS

Consórcio

CINCO

Acordo de Cooperação Técnica n.0001/2011

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 0001/2011

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO E BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE LICITAÇÕES

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.075.748/0001-32, com sede em FRAIBURGO, Estado de SANTA CATARINA, à avenida Rio das Antas, 185, Centro, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nelmar Pinz, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Fraiburgo, portador do RG nº 491.907 e inscrito no CPF sob nº 298.619.779-53, doravante denominado CONSÓRCIO PÚBLICO, e a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - BLL, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.321/0001-84, com sede à Rua Emiliano Pernetá, 390 conjts 805/807, Centro, Curitiba, Paraná, neste ato representada por seu Dir.Superintendente, Ademar Nitschke, portador do RG nº 1.230.075-1 e inscrito no CPF sob nº 093.730.120-53, doravante denominada BOLSA, ajustam entre si

o presente Acordo de Cooperação Técnica, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento de cooperação técnica tem por finalidade dispor sobre as condições de utilização pelo Consórcio Público de sistema informatizado desenvolvido pela BOLSA, denominado LICITAÇÕES (BLL compras), que possibilita realizar, por intermédio da Internet, processos licitatórios de bens e serviços comuns, podendo, ainda, auxiliar nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços definidos no artigo 24, incisos I e II, da Lei de Licitações, junto a fornecedores previamente cadastrados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DO SISTEMA

A BOLSA fornecerá o acesso para a utilização do sistema LICITAÇÕES (BLL compras), assim como prestará todo o apoio técnico necessário para o correto uso, sem a imputação de quaisquer ônus para o Consórcio Público e seus representantes legalmente designados para condução dos processos licitatórios.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A Bolsa de Licitações e Leilões manterá sistema eletrônico de negociação, acessível por meio da rede mundial de computadores - internet -, para apoio técnico-operacional na realização de negócios de aquisição e alienação de bens e de contratação de serviços.

II. A utilização do Sistema Eletrônico de Licitações será realizada em conformidade com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações, que está disponível no site www.bll.org.br, visando padronizar procedimentos e torná-los mais céleres e eficientes.

III. São responsabilidades do Promotor:

- manter infra-estrutura e controles necessários para garantir a celeridade, a eficiência e a lisura de procedimentos e das negociações;
- assegurar a participação no Sistema Eletrônico de Licitações apenas de usuários devidamente treinados e capacitados, visando o cumprimento da legislação e a regularidade nos procedimentos;
- indicar os usuários responsáveis pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações, conforme o anexo do presente Termo de Adesão;
- designar a pessoa responsável pelas informações sobre a liquidação financeira dos negócios realizados, conforme o anexo do presente Termo de Adesão;
- divulgar a utilização do Sistema Eletrônico de Licitações; e
- observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento.

IV. O presente Termo de Adesão é firmado pelo prazo de 48(quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado e rescindido a qualquer momento, mediante notificação prévia e por escrito.

V. A utilização do sistema LICITAÇÕES (BLL compras) exigirá o uso de senha pessoal.

VI. O sistema BLL-LICITAÇÕES poderá ser acessado diretamente nos endereços eletrônicos www.bll.org.br. O Consórcio Público poderá providenciar, no seu próprio portal da Internet, link com este endereço, visando facilitar o acesso as informações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA

I - O sistema LICITAÇÕES (BLL compras) está estruturado em

funcionalidades gerais e específicas. As funcionalidades gerais são de acesso comum a todos os interessados. As específicas são de acesso restrito aos licitantes e aos licitadores.

II - O sistema LICITAÇÕES (BLL compras) contará com, no mínimo, as funcionalidades previstas na legislação federal e estadual em vigor, que serão classificadas em: (a) funcionalidades de acesso exclusivo do Consórcio Público; (b) funcionalidades de acesso exclusivo dos licitantes; e (c) funcionalidades de ajuda e de consultas diversas de interesse do público-alvo e dos cidadãos em geral.

III - A BLL poderá agregar novas funcionalidades ao sistema LICITAÇÕES (BLL compras) e estudar a implantação de outras sugestões do Consórcio Público.

IV - Todas as transações realizadas nas funcionalidades específicas registrarão os usuários que as realizaram e utilizarão procedimentos de segurança, tais como: autenticação, assinatura digital de documentos eletrônicos, segurança criptográfica, histórico de chaves/senhas, cópia de segurança etc.

V - As modalidades de licitação passíveis de serem efetuadas no sistema serão aquelas permitidas em Lei. O sistema possibilitará, ainda, auxiliar na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, nos casos de dispensa de licitação previstos no incisos I e II, do artigo 24, da Lei de Licitações.

VI - O sistema disponibilizará após o encerramento do processo licitatório, ao órgão ou entidade licitadora, arquivo retorno com as informações relativas às liquidações das operações realizadas e outros dados pertinentes ao certame.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CONSÓRCIO PÚBLICO

a) Responsabilizar-se pelo uso sigiloso e correto da senha, não cabendo à BLL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, inclusive por terceiros.

b) Observar as disposições legais vigentes para a realização dos procedimentos de cada modalidade de licitação ou os referentes à aquisição de bens, obras e serviços nos casos de dispensa ou inexistência de licitação, por intermédio de meio eletrônico.

c) Responsabilizar-se pelo correto uso e por todas as transações eletrônicas efetuadas nas funcionalidades específicas restritas ao seu âmbito, no sistema LICITAÇÕES (BLL compras), por parte de seus representantes legais.

d) Homologar os resultados das licitações no sistema.

e) Responsabilizar-se por todas as condições legais, técnicas, financeiras e econômicas pactuadas com os licitantes, através do sistema LICITAÇÕES (BLL compras) e durante qualquer fase do processo licitatório, não cabendo a BLL qualquer participação ou responsabilidade, em especial, na elaboração de editais e avisos, julgamento de recursos e impugnações, formalização de contratos e acompanhamento e fiscalização de sua execução.

f) Decidir sobre os casos de suspensão e prorrogação dos processos licitatórios em casos de desconexão de seus computadores ou do sistema LICITAÇÕES (BLL compras), da rede mundial de computadores - Internet.

g) Responsabilizar-se pelo armazenamento dos dados referentes a cada processo licitatório, após o prazo de armazenamento de responsabilidade da BLL.

II - DA BOLSA

a) Manter o funcionamento do sistema, comprometendo-se em analisar e fornecer, a seu critério, quando necessárias e viáveis, alterações e implementações para melhoria do sistema.

b) Restabelecer o mais rápido possível o sistema LICITAÇÕES (BLL compras) quando eventualmente ocorrer a sua indisponibilidade, por motivos técnicos ou falhas na Internet ou por outras circunstâncias alheias à vontade da BLL, não assumindo qualquer responsabilidade pela(s) ocorrência(s) a que não tiver dado causa.

c) Indisponibilizar para utilização, com prévio aviso ao Consórcio Público, o sistema LICITAÇÕES (BLL compras), em função da necessidade de realização de manutenção, reparos inadiáveis, alterações e outras exigências técnicas.

d) Manter sigilo sobre as transações bancárias e/ou financeiras, na forma da Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001, e sobre as informações consideradas como sigilosas pelo regulamento do pregão eletrônico (senhas; identificação do licitante autor do menor lance, até o momento da divulgação do resultado da licitação; etc.), realizadas ou informadas no sistema.

e) Prestar atendimento técnico presencial ou via telefone, serviço de e-mail, conforme a necessidade, ao órgão ou entidade pública usuária do sistema LICITAÇÕES (BLL compras).

f) Suspender, temporariamente, o uso da(s) senha(s) em caso de tentativa de invasão do sistema LICITAÇÕES (BLL compras), violação da lei, descumprimento das obrigações previstas neste acordo, ou qualquer outro ato ou fato que possa colocar em risco a segurança e integridade do sistema, da Administração Pública ou da licitação em curso, mediante comunicação imediata ao Consórcio Público e, se for o caso, ao(s) licitante(s).

g) Responsabilizar-se pelo armazenamento, por trinta dias, dos dados de cada processo licitatório gerados pelo sistema. Após esse prazo, o armazenamento será de responsabilidade do órgão licitador.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE

Fica assegurado ao Consórcio Pública e para a BLL o direito de anunciar ao mercado o termo de cooperação ora celebrado, de forma e maneira a atender a estratégia de "marketing" de ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO

Fica vedado a qualquer das partes, sem a expressa anuência da outra, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESILIÇÃO

As partes, unilateralmente, poderão resilir o presente acordo, independentemente do motivo, mediante prévio aviso de 90 (noventa) dias. Da resilição não caberão direitos indenizatórios, devendo as partes cumprir suas obrigações até o final do prazo referido nesta cláusula.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por mais 01 (um) ano e ser resilido a qualquer tempo, nos termos da cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

O Consórcio Público CINCO publicará extrato do presente instrumento no seu órgão oficial de publicação, Diário Oficial dos Municípios, veiculado eletronicamente no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, o que deverá ocorrer até 20 (vinte) dias após a sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado mediante lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de FRAIBURGO - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam decorrer do presente instrumento.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, que leram e acharam conforme, na presença das testemunhas que também o assinam.

Fraiburgo, 14 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

ADEMAR NITSCHKE
Diretor Superintendente

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Anexo ao Termo de Adesão

Indicação de Usuários do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões

Promotor da licitação: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO
Nome: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO
Endereço: Avenida Rio das Antas, 185
Cidade: Fraiburgo UF: SC
Telefone: (49) 3256-3013 Fax: (49) 3246-6426
CNPJ: 12.075.748/0001-32
Responsável legal: Nelmar Pinz
Cargo: Presidente Telefone: (049) 3256-3000

Responsável por informações sobre pagamentos:
Nome: Elói Ronnau
Telefone: (049) 3256-3012
Celular: (049) 9921-6452
E-mail: cinco@cinco.sc.gov.br

Usuários do sistema:
1 Nome: ELÓI RÖNNAU
CPF: 590.962.419-91
Função: Diretor Executivo
Telefone: (049) 3256-3012
Celular: (049) 9921-6452
Fax: (049) 3256-3063
E-mail: eloi@fraiburgo.sc.gov.br

2 Nome: LUCÉLIA FEDRIGO
CPF: 041.109.019-44
Função: Pregoeira
Telefone: (049) 3256-3039
Celular: (049) 8404-8447

Fax: (049) 3256-3063
E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

3 Nome: WILLIAN MORSOLETTTO
CPF: 009.894.899-73
Função: Diretor de TI
Telefone: (049) 3256-3047
Celular: (049)9999-6464
Fax: (049) 3256-3063
E-mail: willian.morsoletto@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo, 14 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

